



## Ata Número Onze

Aos vinte e nove dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte e três, pelas dezoito horas e trinta e cinco minutos, reuniu ordinariamente, no auditório da Biblioteca Municipal Comendador Montenegro, a Assembleia Municipal, com a seguinte **ORDEM DE TRABALHOS:**-----

- 1 - Apreciação de uma informação escrita do Senhor Presidente da Câmara sobre a Atividade Municipal bem como da situação financeira; -----
- 2 - Apreciação e votação da 1.ª alteração ao mapa de pessoal do ano 2023;
- 3 - Apreciação e votação da organização dos serviços municipais; -----
- 4 - Apreciação e votação da prestação de contas consolidadas do ano 2022;
- 5 - Apreciação e votação da revisão ao Orçamento n.º 2 e da revisão às Grandes Opções do Plano n.º 2 do ano 2023; -----
- 6 - Apreciação e votação da alteração da Tabela de Taxas e Preços Municipais anexa ao Regulamento das Taxas e Preços Municipais - no que diz respeito à sua adaptação ao novo Regulamento de Ação Social Escolar; -----
- 7- Apreciação e votação da retificação do Regulamento de Concessão de Apoios a Instituições que exercem funções de interesse municipal no domínio da proteção civil; -----
- 8 - Apreciação e votação da minuta de adenda n.º 2 do Auto de transferência de recursos no âmbito da transferência de competências do Município da Lousã para a União de Freguesias de Foz de Arouce e Casal de Ermio, ao abrigo da Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto; -----
- 9 - Apreciação e votação da minuta de adenda n.º 2 do Auto de transferência de recursos no âmbito da transferência de competências do Município da Lousã para a Freguesia das Gândaras, ao abrigo da Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto; -----

*(Handwritten signatures in blue ink)*

**10** - Apreciação e votação da minuta de adenda n.º 2 do Auto de transferência de recursos no âmbito da transferência de competências do Município da Lousã para a União de Freguesias de Lousã e Vilarinho, ao abrigo da Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto; -----

**11** - Apreciação e votação da minuta de adenda n.º 2 do Auto de transferência de recursos no âmbito da transferência de competências do Município da Lousã para a Freguesia de Serpins, ao abrigo da Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto; -----

**12** - Apreciação e votação do Regulamento Municipal de Emergência Social;

**13** - Apreciação e votação do regulamento de Ação Social Escolar; -----

**14** - Apreciação e votação relativa à autorização da concessão de utilização privativa do domínio público para instalação e exploração publicitária (através de outdoors) no concelho da Lousã; -----

**15** - Apreciação e votação do Plano Municipal para a Igualdade e Não discriminação. -----

**A Senhora Presidente da Mesa** apresentou cumprimentos e agradeceu a presença do Executivo Municipal, membros da Assembleia Municipal, comunicação social, público presente e trabalhadores da autarquia. Cumprimentou ainda e agradeceu a disponibilidade dos senhores membros da comissão executiva da APIN presentes, Senhor Eng.º Jorge Alves Custódio, Senhor Eng.º Pedro Batalhão e Senhor Dr. Rui Simões, que disse irem intervir no período antes da ordem do dia, após a intervenção do público. Seguidamente deu a palavra à segunda-secretária, a fim de proceder à chamada. -----

**CHAMADA:** -----

Feita a chamada, verificou-se do grupo Municipal do Partido Socialista, a ausência de Luís Martins, que justificou a falta e foi legalmente substituído por João Fernandes. Da coligação PSD/CDS, verificaram-se as ausências de Sérgio Pedroso que justificou a falta e foi legalmente substituído por Rui Morais, Daniela Guerreiro que justificou a falta e foi legalmente substituída por António Agostinho de Carvalho, Carolina Henriques que justificou a falta e foi

AX  
ab  
Q

legalmente substituída por Daniela Santos e Maria Fernanda da Franca, que faltou injustificadamente. -----  
-----

**INTERVENÇÃO DO PÚBLICO:** -----

**Inscrições:** Dois cidadãos inscritos: -----

**1. Paulo Magro** -----

O munícipe disse que a sua primeira intervenção estava relacionada com a alteração do tarifário registada em fevereiro relativamente ao saneamento, sobre a qual afirmou "*deixamos de ter os 42%, para passar a ter 90% sobre o consumo da água*". Afirmou que quando questionou o Senhor Presidente da Câmara, estava a pensar nos dez milhões que "*agora temos de não receita*." Disse que uma empresa municipal como a APIN, "*o princípio básico é que tem de ser "sustentável", "autossustentável" e que, com a diminuição de preço, "o que é bom para o consumidor na altura, mais tarde poderemos vir a ter problemas"*, porque se as pessoas não estavam a pagar essa quantia, temos agora "*os famosos dez milhões*". -----

Em segundo lugar o munícipe, afirmando que nem sempre acompanhava a assembleia municipal, questionou se o novo tarifário da APIN tinha sido ratificado pelo órgão Assembleia Municipal da Lousã, nos termos da cláusula vinte e dois, por não haver lugar à aceitação tácita por parte da Assembleia Municipal. -----

Relativamente ao parecer sobre a proposta de revisão extraordinária do contrato de gestão delegada da APIN, cuja decisão por parte da entidade reguladora, ERSAR, datada de novembro, disse não ter conseguido ver mais nenhum desenvolvimento relativamente à informação dada às pessoas sobre o conteúdo da recomendação/parecer. Disse ser um pouco "*preocupante*" e que o parecer era exaustivo no que dizia respeito ao que deve ou não ser feito no âmbito da revisão do contrato, revisão essa que deve ser feita de cinco em cinco anos. O munícipe leu a parte final do parecer, que disse estar disponível no site da ERSAR, tal como o novo tarifário: "*tratando-se de um parecer com caráter vinculativo, o órgão competente para a decisão está obrigado a seguir as conclusões vinculativas do parecer emitido, conforme resulta do n.º 1 do artigo 91.º do Código do Procedimento Administrativo, deve ser ainda atendida às recomendações preconizadas pela ERSAR, mais se sublinhando*

AS  
g

que, caso o clausulado adotado pelas partes se revele desconforme a estas recomendações, mantém-se o dever especial de fundamentar esse parecer, circunstanciada nos fundamentos de facto e de direito." O munícipe terminou questionando se já tinha havido alguma evolução da situação após a emissão do parecer. -----

## 2. José Pires Bento-----

O munícipe disse ter vindo à reunião para esclarecer "porque não houve passagem de ano na Lousã". Afirmou que sempre ajudou as coletividades da Lousã, ser cozinheiro de profissão e gostar do que faz. Referiu ainda ter a Câmara Municipal emitido uma "licença para haver uma festa na nave de exposições, para uma coisa que, sem qualquer dúvida, somos todos solidários e estamos todos de acordo, para um menino que se chama "Afonso"". Disse ter sabido que a Câmara Municipal chamou os pais do Afonso e que todos os vereadores da Câmara estiveram de acordo em "prolongar por mais meia hora essa festa", o que afirmou que "qualquer pessoa de bom senso estará de acordo com isso". Disse nada ter tido a ver com a decisão, que o seu filho "infelizmente" tem uma discoteca e que na altura o seu filho falou consigo dizendo "temos uma festa para angariação de fundos para aquisição de uma cadeira para o Rafa" e que "a discoteca foi oferecida tanto ao pai do Afonso, como oferecida ao Rafa". Referiu que na altura decidiu-se fazer a festa do Rafa e que se a licença da festa do Afonso era até às duas horas e trinta minutos, ofereceram-se para fazer a festa solidária "do Rafa" a partir dessa hora, que afirmou ser a hora que habitualmente começam a trabalhar as discotecas. Referiu que "a intenção foi esta", que não sabia se era uma má ideia ou uma boa ideia, mas que não tinha sido sua, pelo que por isso é que não admite que o seu nome fosse chamado ao assunto. Disse que quando foi a passagem de ano, houve uma reunião com o Sr. Dr. João Santos que "corretamente, chamou a advogada da Câmara" e que o Sr. Dr. João Santos chegou à conclusão que "para se fazer a festa, tinham que ser cumpridas as leis" e que para se cumprir as leis, "é preciso seguranças, é preciso inspeções, é preciso gastar-se dinheiro" e que "foi proposto à banda, fazer a festa a meias", isto é, fechava-se a discoteca, traziam-se da discoteca os seguranças e as pessoas dos bares, a banda explorava as entradas e a "os outros exploravam os bares" e que desse modo a Lousã não tinha perdido a

AT  
@

passagem de ano. O município concluiu dizendo que, "se não houve passagem de ano na Lousã, não foi por culpa da Câmara Municipal que disponibilizou o espaço, não foi por culpa da Padaria que quis fazer a meias, mas foi por causa de uma banda que resolveu ir para mais longe porque não quis cumprir aquilo que foi exigido pela Câmara." Disse ainda que o que foi exigido pela Câmara foi seis seguranças e o cumprimento da lei. O município referiu ainda que, passados três dias, a APIN foi retirar o contador da Padaria. Disse que o pagamento da água estava em atraso por causa da pandemia, que nesse período a discoteca foi o único estabelecimento fechado, no qual só o gerente podia entrar, e que terá sido o último a abrir e que, "como é lógico, nesses meses que esteve fechado por ordem do governo", não pagamos à APIN a água, mas também estávamos proibidos de a consumir e não pudemos pagar resíduos sólidos porque estávamos proibidos de os fazer". Isso não estava a ser sido explicado à APIN. Felizmente na APIN "tiveram a consciência de perceber que, no mínimo, era imoral e ao ser imoral a APIN mandou ligar a água e com a água ligada, tivemos oportunidade de ganhar dinheiro para pagar a água e já pagamos, mas a atitude ficou lá".

Sobre a atitude da câmara disse nada ter a dizer, que tem de agradecer o restabelecimento da ligação da água à APIN e sobre a passagem de ano, "só não houve passagem de ano porque alguém resolveu não cumprir a lei", que o seu nome tem andado associado ao assunto, quando nada tem a ver com o mesmo. -----

Dada a palavra pela Senhora Presidente da Assembleia Municipal o **Senhor Presidente da Câmara** afirmou que, sobre as questões colocadas pelo Sr. Paulo Magro, os senhores membros da Comissão Executiva e vogal do conselho de Administração da APIN, poderiam responder "com mais propriedade" e que relativamente a intervenção do Sr. José Pires Bento, não tinha sido colocada nenhuma questão pelo que não usaria da palavra, nesta fase. -----

**A Senhora Presidente da Mesa** retomou a palavra para, no âmbito do ponto antes da ordem do dia, convidar os membros do conselho de Administração da APIN, na pessoa do Sr. Eng.º Jorge Custódio, a apresentar a sua sessão de esclarecimentos. -----

O Sr. Eng.º Jorge Custódio apresentou cumprimentos aos membros da mesa da Assembleia, aos senhores deputados, aos senhores Presidentes de Junta, ao Senhor Presidente da Câmara e aos restantes membros do executivo e disse ser para si uma honra poder vir à Assembleia Municipal dar conta da sociedade APIN que afirmou não ser um elemento estranho ao território. Referiu ainda sentir-se muito satisfeito por se terem levantado questões e ter sido dada hipótese à APIN de poder esclarecer. Disse estar na reunião na qualidade de vogal do conselho de administração porque o Senhor Presidente do conselho de administração estava no gozo do seu período de férias. Aproveitou para fazer a apresentação dos restantes representantes da empresa APIN presentes, o Senhor Dr. Rui Simões, Gestor do Conselho Executivo, quem disse ter a parte administrativa e financeira da APIN e o Sr. Eng.º Pedro Batalhão, responsável pelas operações. Referiu ir apenas fazer uma *"pequena introdução"* e falar do que *"é genérico da APIN"* porque, os casos e exemplos mais concretos, a APIN estaria sempre disponível, até nas instalações do seu polo na Lousã, para esclarecer e solucionar, na medida do possível. Fazendo um *"enquadramento muito rápido do que foi, do que é e do que nós pretendemos que seja a APIN"* reafirmou que a APIN não era uma entidade estranha ao território e que quando as Câmaras Municipais decidiram compor a sociedade, *"não foi por acaso"* e que o que aconteceu foi um exemplo do que aconteceu pelo país todo. Disse que nessa altura foram criados muitos mais sistemas agregadores pelo país e que a agregação não teve a ver com uma *"questão política"*, esclarecendo que fazia esta afirmação *"despido de qualquer conotação política do que quer que seja porque a decisão de criar a APIN não teve a ver com se era da ala esquerda ou da ala direita ou se era por simpatia partidária do A ou do B, teve a ver com o que era intenção das Câmaras municipais porque percebemos que, se não fizessemos esse passo, por ventura hoje estaríamos numa situação pior."* No que diz respeito à constituição da APIN, o Senhor Eng.º Jorge Custódio disse que *"para os mais otimistas que julgariam que, pela constituição da APIN, os problemas da rede de água, saneamento e recolha de resíduos sólidos ficassem solucionados, obviamente que não"*, pelo menos a curto prazo, como todos desejariam porque, quando se deu o passo era para tentar melhorar os serviços e não ter tanto prejuízo nas várias câmaras municipais,

mas *"todos sabemos que esse processo não se faz de um momento para o outro"*. Referiu que se *"numa empresa normal"*, nos seus primeiros anos de vida é difícil começar a dar resultados, *"imaginem o que é uma empresa que não começou do zero, mas trouxe consigo o somatório dos vários problemas e dos vários deficits que existiam em cada concelho."* Disse que, na verdade, os onze concelhos tinham um *"pormenor, um grande pormenor em comum, todos eles eram deficitários no tarifário da água, do saneamento e da recolha dos resíduos"* e que a grande intenção da APIN foi claramente perceber que esse não seria o caminho a continuar e que, se não houvesse o sistema e a possibilidade de *"nos agregarmos"*, para além de continuarmos a somar prejuízos, teríamos sempre o ónus da impossibilidade de podermos concorrer a candidaturas de fundos europeus no âmbito do POSEUR ou de outros novos ciclos urbanos da água. Os municípios perceberam que estavam a dar um passo gigantesco, *"percebemos que ainda hoje não está tudo bem, que há muito a caminhar"* porque o grande problema deste território, quando comparado com os demais, estando a APIN implantada em dois mil quilómetros quadrados, com dispersão de população em todo o território e, para conseguir fazer com que a APIN seja rentável e possa dar lucros há um caminho brutal, imenso a percorrer e que era isso que tinham feito até agora e continuavam a fazer. No que diz respeito a candidaturas, o exemplo claro acontecia na Lousã porque tem havido um forte investimento, fruto da sinalização que a própria Câmara Municipal deixou à APIN em projetos que já estavam indicados. Neste momento, no conjunto, há onze empreitadas a decorrer e, só no caso da Lousã, há cerca de nove quilómetros de ampliação de condutas de águas e de saneamento, cerca de dois quilómetros e meio de ampliação de rede de saneamento. O Sr. Eng.º Jorge Custódio disse ainda que, se, àqueles dados for acionada a questão da eficiência hídrica, que disse ser uma das questões que a todos mais preocupa pelas perdas que o sistema tem, recordando que *"não é por o facto de os municípios passarem a pertencer à APIN que o problema das perdas deixa de existir, como se um truque mágico acontecesse"*. Disse haver um caminho que tem sido feito, haver no momento uma candidatura no âmbito da eficiência hídrica e que estavam a ser implementados em todos os concelhos, inclusive na Lousã, contadores caudalímetros, precisamente para fazer essa medição e variação



entre condutas para perceber onde é que há verdadeiras perdas e atuar mais em concreto, pelo que, como todos perceberiam, "é um caminho longo que se tem que se fazer". O Senhor Eng.º Jorge Custódio disse ainda que "nenhum município pode achar que fez mal". Afirmou que "sendo certo que todos nós sofremos com o tarifário porque foi aumentado significativamente", mas recordou que houve municípios em que o tarifário aumentou três vezes e que, sabendo o sacrifício que "todos nós, sem exceção, temos passado nesta atualização". Referiu ainda que é preciso que todos os municípios vão fazendo face, no final de cada ano, ao deficit que a APIN ainda continua a ter, mas que "se não fosse por esta via, neste momento todos estaríamos a pagar muito mais porque a diferença e o deficit que iria existir na rede de saneamento, águas e recolha de resíduos urbanos, era muito maior do que hoje é." O Senhor Eng.º Jorge Custódio disse ter sido esse o "ponto fulcral", para fazer esta agregação de sistemas, verificou-se uma economia de escalas para reduzir custos e não estar a "multiplicar uns em cima dos outros". Disse que o tempo de todos acharem que "a minha quinta é melhor que a quinta do vizinho, é um tempo que já lá vai" que era tempo de "todos percebermos que vivemos todos numa região e que temos que trabalhar todos em conjunto porque só assim podemos fazer mais e melhor pela nossa população, que é esse o nosso objetivo". O Senhor Eng.º Jorge Custódio afirmou que iria passar a palavra ao Senhor Dr. Rui Simões "para vir dar números porque, mais do que justificações é preciso números" e saber que todos estavam ávidos desses números e que, após essa apresentação, ficariam à disposição para dúvidas e esclarecimentos. -----

O **Senhor Dr. Rui Simões** começou por cumprimentar a Senhora Presidente da Assembleia Municipal e a restante Mesa, o Senhor Presidente da Câmara e o restante Executivo, os Senhores e Senhoras Deputados da Assembleia Municipal e o público presente. Disse que lhe competia passar em revista uma pequena apresentação, com alguns slides, que têm sintetizada a evolução e a atividade da APIN, desde dois mil e vinte até dois mil e vinte e dois, com especial enfoque no município da Lousã e dar a posição financeira e operacional da empresa no final de dois mil e vinte e dois. -----



Disse que o primeiro *slide* dizia respeito aquilo que foi o processo de constituição da empresa no ano dois mil e dezanove, uma empresa responsável pela gestão dos três serviços, águas, que afirmou incluir águas e saneamento, e resíduos, ao abrigo de um contrato de gestão delegada, outorgado pelos onze municípios, que cobre um universo de oitenta mil habitantes, o que disse corresponder a um universo de cinquenta e cinco mil alojamentos no universo de APIN. Disse que a Lousã era o município com o maior número de clientes e que o universo territorial da APIN era de cerca de dois mil quilómetros quadrados de rede. Disse também que a APIN foi criada em conformidade com a legislação vigente, tendo identificado os ganhos de qualidade e de racionalidade económica acrescida ao modelo, face ao que era a situação de partida, a qual apresentava um *deficit* operacional, reportado pelos municípios, de seis virgula três milhões de euros. Referiu ter sido este o dado de partida e ter sido com ele que foi apurado a racionalidade económica acrescida associada ao modelo de gestão integrada. Sobre o *governance* da empresa, disse que era tida por onze municípios na sua exclusividade, cada um com uma participação social diferente, tendo a Lousã uma expressão mais significativa, de cerca de dezoito por cento. Disse que este percentual teve por base o número de contratos ativos à data da criação e que o capital, de um milhão e cem mil euros, está repartido com base no número de clientes. Em termos de organização disse haver uma sede, que concentra os serviços de suporte centrais, instalada no município de Penela, com exceção da central de gestão de operações, que está sedeadada no município da Lousã. Disse ainda estar dividida em três polos, um deles na Lousã, outro na Pampilhosa da Serra e outro em Penela que afirmou designarem-se por centros operacionais e que depois agregam cada um dos municípios que a compõem. Disse que, no caso da Lousã, o centro agrega a própria Lousã, Penacova e Póvoa. Referiu ainda que em termos de número de funcionários, à data de trinta e um de dezembro de dois mil e vinte e dois, estavam duzentos e três postos de trabalho completos, trinta e cinco acordos de cedência, dezoito contratos a termo e cento e quarenta e oito sem termo e dois estágios profissionais. Disse que, neste ponto, chamava a atenção para os trinta e cinco acordos de cedência que, mais não eram, do que funcionários dos municípios que decidiram, ainda que mantendo o seu

contrato à função pública, trabalhar na empresa, na gestão dos serviços de águas e resíduos. A seguir o Senhor Dr. Rui Simões apresentou um slide com uma breve descrição para cada uma das atividades, *"com alguns números, por forma a perceberem a dimensão da empresa, quando gerida de forma integrada"*. A propósito disse estar a falar-se de cento e noventa e oito captações de água subterrâneas, quatro superficiais, três ETAS, outras oitenta e quatro instalações ligadas à água, oitenta postos de recloragem, dois mil e novecentos quilómetros de rede de condutas de água, sessenta e quatro mil ramais, trezentos e noventa e três reservatórios e setenta e três estações elevatórias. Disse ser, em termos de infraestruturas, uma rede muito completa, porque a dispersão geográfica é muito grande. Disse que a APIN tem quase tantos clientes como a empresa Águas da Figueira e que, em termos geográficos, a Águas da Figueira é tão grande como a Pampilhosa da Serra. Disse que estes dados serviam para *"se perceber um pouco"* o que é gerir um sistema integrado com estas características ou gerir um sistema, ainda que isolado, em que a dispersão geográfica não é tão significativa. Continuando a exposição *"em termos de organização, naquilo que tem a ver com a distribuição de água"*, foi referido que os municípios delegaram na empresa APIN a gestão em baixa e que a gestão em alta já tinha sido concessionada em empresas do grupo Águas de Portugal, em grande medida e que cerca de oitenta e sete virgula dois por cento da água que é distribuída, é adquirida a essas entidades e que, *"mais à frente, quando se for ver a questão dos custos, dá para ter uma noção do que é que isso significa."* O Senhor Dr. Rui Simões continuou a sua exposição, referindo que a central de operações que estava implementada na Lousã desde dois mil e vinte e um acompanhava remotamente a atividade de circuito e redes, que analisava o regular funcionamento dos sistema e que, estava em curso uma candidatura que compõe investimentos ao nível de eficiência hídrica, de cerca de cinco milhões de euros e que tem precisamente o objetivo de controlar e reduzir o nível de perdas de água em baixa que afirmou ser ainda bastante significativo e que salientou ser *"importantíssimo e vital para ganhar mais sustentabilidade operacional."* Seguidamente e, ao nível do saneamento, o Senhor Dr. Rui Simões disse que *"as infraestruturas não são tão densas"*, afirmou que a empresa tem uma taxa de cobertura do saneamento no sistema de cerca de



cinquenta por cento mas que, *"ainda assim, estamos a falar de seiscentos e sessenta e um quilómetros de coletores, dos quais cento e setenta e seis estão identificados como unitários, embora na prática possam não ser tantos, estamos a falar de vinte e seis mil ramais de saneamento, trinta e três ETARS, trinta e seis fossas sépticas coletivas e cinquenta e três estações elevatórias."* Fazendo o paralelismo com a questão da água, disse que a empresa entrega o efluente a entidades que fazem o seu tratamento em grandes ETARS, no caso, oitenta e dois por cento desse efluente é entregue a duas entidades do Vale do Tejo para o seu tratamento. Com uma cobertura de sensivelmente cinquenta por cento, disse caber ainda à APIN fazer a limpeza das fossas sépticas domésticas. A este propósito referiu que, no ano dois mil e vinte e dois, foram realizadas três mil e setecentas limpezas de fossas, o que se traduziu em trinta e seis mil metros cúbicos de lamas recolhidas, que são devidamente encaminhadas para estações de tratamentos. Por último, ao nível dos resíduos urbanos, o Senhor Dr. Rui Simões disse que a APIN tinha a obrigatoriedade de fazer a recolha e a entrega dos resíduos urbanos indiferenciados, que tudo o que tem a ver com recicláveis, está na esfera de atuação de uma empresa que é a ERSUC, que faz a recolha e encaminha os indiferenciados para destino final, maioritariamente para aterro. Disse que a APIN tinha afeto a essa recolha vinte e quatro viaturas de resíduos, um parque com onze mil contentores instalados e que, no ano dois mil e vinte e dois, fizeram a lavagem de oito mil e setecentas contentores e entregaram à ERSUC vinte e cinco mil toneladas de resíduos indiferenciados, das quais, vinte e um por cento é relativo à Lousã. O Senhor Dr. Rui Simões deu ainda nota que a APIN tem em curso dois projetos ligados à questão dos bio resíduos cuja separação, disse ser uma obrigatoriedade da empresa. Disse que, no caso da Lousã, há um projeto específico, que tem a ver com a recolha, sendo o único município onde a APIN vai massificar a recolha nas três freguesias mais populosas, contemplando o projeto a implementação de duzentas e oitenta e seis eco box, mais oitenta contentores para deposição desses resíduos que serão posteriormente recolhidos pela empresa e entregues à ERSUC. Um segundo projeto abrange todo o restante território e passa pelo *"tratamento na origem, o que mais não é, do que entregar compostores às pessoas que tenham condições para usar o composto que é feito nesses compostores"*. Disse que a

APIN tem já adquiridos e em stock vinte e sete mil e quinhentos compostores domésticos para entrega e cento e dezasseis compostores comunitários. Sobre os números financeiros, o Senhor Dr. Rui Simões disse terem dividido os rendimentos e os custos. Que, em termos de rendimentos, a APIN tem um volume de negócios que se iniciou com onze milhões de euros, que, no ano dois mil e vinte e dois chegou aos doze, ponto nove milhões. Disse ter havido uma pequena redução entre dois mil e vinte e um e dois mil e vinte e dois, que a tarifa não tinha sofrido qualquer ajustamento naquele período, mas que houve uma redução dos volumes faturados na ordem de um ponto um por cento, que se traduziu numa quebra de receita de dois ponto quatro por cento. Referiu ainda que os valores apresentados *"estão significativamente abaixo daquilo que era a perspetiva inicial, muito por via do que foi a redução tarifária levada a cabo no início da criação da empresa, bem como da metodologia de faturação do serviço de saneamento, quando coberto através de bens móveis"*. Nos termos das palavras do Senhor Dr. Rui Simões, essa redução *"foi na ordem de quatro vírgula cinco milhões de euros."* Foi ainda dito que o município da Lousã *"mais uma vez, se destaca"* e que vinte e um por cento da receita, advém deste município. Em termos de contratos foi afirmada a existência de sessenta mil e quinhentos contratos de abastecimento de água ativos, dos quais dez mil, ou seja, dezoito por cento, dizem respeito à Lousã. O expoente deu ainda *"uma nota muito particular, que tem a ver com os contratos sociais domésticos"*. A esse propósito disse que a APIN tem implementado um automatismo de atribuição de contratos sociais domésticos, não em todos os municípios, mas *"na Lousã, está assim"* e que no total dos sessenta mil contratos ativos, cerca de nove por cento são sociais domésticos, o que significa que essas pessoas, a quem foi atribuído esse tarifário não suportam tarifa fixa e têm uma redução ao nível das tarifas variáveis. Em termos de gastos operacionais. O Senhor Dr. Rui Simões disse que a APIN, em dois mil e vinte, tinha um gasto de onze ponto oito milhões, que em dois mil e vinte e dois aumentou para dezasseis milhões. Como explicação foi dito que *"em dois mil e vinte, contou com o apoio dos municípios que deu origem a um contrato de novação de dívida"* e que *"do total de gastos operacionais em dois mil e vinte e dois, dezasseis ponto oito milhões, quarenta e nove por cento são respeitantes a custos com os tratamentos em alta"*, ou

seja, "quase cinquenta por cento dos nossos gastos são entregues às entidades em alta". O orador disse que aqui faria um "parêntesis, para alertar para uma situação que acompanha muito de perto na Lousã, que tem a ver com o tratamento dos resíduos, em que a tarifa dos resíduos que nos é aplicada aumentou cerca de cento e doze por cento em dois anos". Paralela e adicionalmente a este aumento, o Senhor Dr. Rui Simões disse que, por imposição governativa, houve um aumento na taxa de gestão de resíduos, que declarou ser também aplicada ao cliente final, de cento e vinte e sete por cento desse valor, entre dois mil e vinte e dois mil e vinte e três. Assim, "em três anos, a TGR aumentou cento e vinte e sete por cento e a tarifa, à qual nós depositámos as vinte e oito mil toneladas de resíduos, aumentou cento e doze por cento." Prosseguindo a apresentação, o Senhor Dr. Rui Simões disse que o segundo custo mais significativo tem a ver com os gastos com o pessoal e "aqui um especial relevo também para os resíduos, porque é um setor com mão de obra intensiva e representa vinte e três, virgula oito por cento desse valor, o que se traduz sensivelmente em quatro milhões de euros em dois mil e vinte e dois". Relativamente a investimentos, o Senhor Dr. Rui Simões disse que a APIN tem executados ou previstos executar até final do ano corrente trinta e cinco, virgula cinco milhões de euros de investimento, dos quais se repartem em: "água seis virgula quatro, saneamento vinte e seis ponto sete e resíduos dois ponto quatro". Referiu ainda que, "deste valor, três virgula três milhões é relativo ao município da Lousã, que, por sua vez, se reparte em um ponto nove em obras de água e saneamento, quinhentos e noventa e dois mil euros para as obras de eficiência hídrica e o projeto dedicado à Lousã dos bio resíduos oitocentos e seis mil euros." O orador salientou ainda haver já um levantamento feito para dois mil e vinte e quatro e anos subsequentes de investimentos necessários para o sistema de cerca de quarenta milhões de euros, "dos quais dezasseis milhões já têm projetos de execução feitos e prontos para avançar, assim haja aprovação das candidaturas, uma vez que estamos a terminar o ciclo urbano da água que é financiado pelo POSEUR e vamos passar para o PO Centro, o que significa que isto vai ser discutido a nível regional e não já a nível nacional, estamos neste período de transição, estamos a aguardar os avisos e os regulamentos para poder submeter já estas candidaturas para estes investimentos de dezasseis milhões de euros". O

Senhor Dr. Rui Simões referiu ainda que "adicionalmente a este montante", em dois mil e vinte e janeiro de dois mil e vinte e um, houve a necessidade de estabelecer um protocolo com os municípios, que deu origem a um valor de dois ponto seis milhões de euros, que foi convertido num acordo de novação de dívida e que "à Lousã cabe uma fatia de quinhentos e cinquenta e dois mil euros que se traduz em investimento adicional", significando isso "que era investimento que a empresa não iria fazer porque não tinha cabimento orçamental para fazer, não fosse a constituição deste acordo". Disse ainda que "desses quinhentos e cinquenta e dois mil euros, na Lousã, já estão consignados cento e setenta e cinco mil euros: sessenta e seis para um projeto da Ponte Velha de abastecimento de água, vinte e oito numa extensão de saneamento na Corte Velha e oitenta mil euros numa extensão de abastecimento de água, também da Corte Velha". Quanto ao financiamento para as obras, o Senhor Dr. Rui Simões disse que, "por via da constituição da APIN, foi possível alavancar dezoito ponto dois milhões de euros de fundos comunitários que estavam dedicadas a entidades agregadas, dos quais um virgula oito, específico para a eficiência hídrica". Foi ainda referido que "para além deste valor, e já depois de dois mil e vinte, foram submetidas candidaturas no montante de dois ponto seis milhões de euros, que se repartem nestes projetos, quatro deles relativos aos resíduos e um relativo ao saneamento, neste último com a aquisição de duas viaturas limpa fossas, uma que já chegou e acabamos de a ver, há pouco, no polo da Lousã". No que diz respeito a resultados, o Senhor Gestor do Conselho Executivo da APIN disse que "em trinta e um de dezembro a empresa apresentava capitais próprios positivos de dezassete ponto um milhões, já incorporando os resultados líquidos negativos de dois mil e vinte e um e dois mil e vinte e dois, que no caso de dois mil e vinte e dois foi de um ponto sete milhões de euros." O Senhor Dr. Rui Simões afirmou ainda que "este está obviamente influenciado pelo reconhecimento dos subsídios ao investimento porque são fundos não reembolsáveis". Foi também dito que em trinta e um de dezembro de dois mil e vinte e dois, os empréstimos bancários contraídos eram de três virgula oito milhões de euros e que, à mesma data, o ativo da empresa era de trinta e nove milhões de euros. Por último, o Senhor Dr. Rui Simões enumerou alguns indicadores que disse terem sido selecionados por serem considerados os mais

At  
ch  
Q

importantes que davam "alguma percepção da dimensão da empresa e do trabalho que tem sido feito". Nesse âmbito referiu o seguinte: "só em dois mil e vinte e dois, foram substituídos três mil e quatrocentos contadores, que quarenta e dois por cento do nosso parque de contadores à data tinha idade igual ou inferior a oito anos; registámos duzentas e cinquenta e cinco reclamações também em dois mil e vinte e dois; tínhamos, à data, cinquenta e dois por cento dos nossos clientes com débito direto ativo, um valor bastante significativo; conseguimos que cinco mil e oitocentos clientes se registassem no nosso balcão digital, uma plataforma que os clientes têm privilegiado cada vez mais; faturámos quatro virgula dois milhões de metros cúbicos de água; registámos duas mil e setecentas avarias na rede; detetámos com o nosso programa de pesquisa ativa de fugas seiscentas e seis; a nossa qualidade da água tem uma percentagem de noventa e nove virgula um por cento; construímos duzentas e sete ramais de abastecimento de água; fizemos três mil e setecentas serviços de limpezas de fossas; fizemos intervenções em número de quatrocentos e vinte e cinco, ao nível dos coletores e fizemos oito mil e setecentas lavagens de contentores." O Senhor Dr. Rui Simões terminou agradecendo e manifestou-se disponível para prestar os esclarecimentos que entendessem. -----

AS  
CB  
A

---  
A **Senhora Presidente da Mesa** agradeceu ao Senhor Dr. Rui Simões e Senhor Eng.º Jorge Custódio pela apresentação e declarações, disse que aquela presença na reunião era uma vontade manifestada por todos os deputados da Assembleia, pelo que daria a oportunidade para que se inscrevessem para colocarem as questões e pedirem os esclarecimentos que considerassem pertinentes. Disse ainda que, por uma questão de metodologia, passaria a palavra a todos os membros da Assembleia, e que, no final, os membros da comissão executiva da APIN presentes responderiam de forma conjunta. Solicitou ainda a Presidente da Mesa, que os membros da comissão executiva da APIN incluíssem nas suas respostas a resposta ao público, identificando o Senhor Paulo Magro. -----

-----  
O **Senhor António José Gonçalves** pediu a palavra e apresentou-se "aos Senhores da APIN, que certamente não me conhecem". Disse que o seu nome

era "António José, sou do PSD, orgulhosamente do PSD e pertenço à coligação "É Hora de Mudar", aqui na Lousã". Começou por dizer que achava inadmissível o Senhor Presidente do Conselho de Administração, Presidente da Câmara de Vila Nova de Poiares, não estar presente na reunião, em virtude de estar de férias. Afirmou que "isto não é nada de urgente e podia passar para outra Assembleia, mas parece que se está aqui a fugir a alguma coisa". Disse também que gostou muito de ouvir os números apresentados, mas que "a nós não nos interessa o que é que os senhores fizeram nos outros concelhos, a nós o que nos interessa é que a Câmara Municipal da Lousã já injetou cerca de dois milhões de euros na APIN, mais meios humanos, perdemos as receitas que são cerca de um milhão de euros por ano, sei que os senhores estão a faturar menos dez milhões de euros do que o previsto, não consegui perceber quais são os ativos de trinta e dois milhões e até gostaria de perguntar qual é o passivo da APIN neste momento, porque parece-me muita parra e pouca uva". Referiu ainda que lhe parecia que, a longo ou curto prazo, seria uma empresa com um deficit de milhões, e que, entretanto, a Lousã já perdeu e nada ganhou, salientando "nós não ganhámos nada aqui na Lousã, com a vinda da APIN". Terminou afirmando esperar, no futuro, estar enganado. -----

O **Senhor Deputado Nelson Lopes** tomou a palavra, apresentando cumprimentos à Senhora Presidente da Assembleia e respetiva Mesa, ao Senhor Presidente da Câmara e Vereadores presentes, a todos os membros da Assembleia Municipal, Presidentes da Junta, colaboradores da autarquia, comunicação social e público presente. Cumprimentou, de forma particular, os representantes da APIN, a quem agradeceu a disponibilidade para estar na Assembleia. Sobre o tema em discussão afirmou que todos sabiam que a formação da APIN não seria um processo propriamente fácil, que o tema "água", por si só, já era bastante sensível e muito atrativo para posturas populistas e disputas político/partidárias. Que uma agregação envolvendo onze municípios, com as especificidades de cada um, "é sempre um exercício extremamente desafiante." Disse ainda que a empresa foi constituída assente num plano de negócios que, devido a circunstâncias totalmente extraordinárias, pouco tempo após a sua validação estava totalmente

desajustado da realidade. Disse também julgar que todos terão consciência que nenhum plano de negócios, nem nenhuma projeção resiste a dois anos de uma inesperada pandemia à escala global, seguidos de uma guerra na Europa com todo o seu impacto social e económico, pelo que, pensava que existia a perceção clara das enormes dificuldades e desafios que a empresa enfrentou nos primeiros anos de atividade, acreditando que existe um grande trabalho pela frente de ganho de eficiência e, principalmente, de redução de perdas na rede e ter noção que as empresas públicas que têm como missão fornecer serviços básicos à população não têm como objetivo o lucro. Referiu que, tendo em conta o enquadramento feito, mas considerando os objetivos e pressupostos para os quais a empresa pública foi constituída e os seus cerca de três anos de atividade, pretendia formular algumas questões. Considerando o que tinha sido dito, que em dois mil e vinte e dois tinham existido duzentas e cinquenta e cinco reclamações e que, de acordo como o relatório de contas publicado do exercício do ano dois mil e vinte e um, terão existido quatrocentas e setenta e quatro, lhe parece haver uma evolução positiva e bastante significativa no que à satisfação do serviço diz respeito. Disse ter reparado também que no relatório de gestão e contas do exercício de dois mil e vinte e um, nesse ano teriam ocorrido duas mil cento e dezoito ocorrências de falhas de rede/avarias pelo que questiona: em dois mil e vinte e dois, qual foi o número de reclamações e de avarias/falhas na rede no conjunto da gestão delegada e em particular no concelho da Lousã? Qual tem sido a evolução destes indicadores? Até ao momento, qual foi o trabalho desenvolvido pela APIN para reduzir as perdas na rede no conjunto dos onze municípios e em particular no concelho da Lousã e qual o resultado desse trabalho? Continuou afirmando que, da análise que fez ao relatório de gestão e contas dos exercícios de dois mil e vinte e dois mil e vinte e um, ficou com a ideia que o custo das vendas é superior às próprias vendas, o custo de matérias vendidas, matérias consumidas, seria uma verba superior ao volume de vendas, pelo que, pergunta quais as razões que identificam para essa diferença negativa. Questionou ainda do investimento referido, de trinta e cinco milhões para os onze concelhos, em particular três ponto três milhões, para o concelho da Lousã, quanto deste investimento foi alavancado por fundos comunitários, em que percentagem ou em que valor absoluto. Por

AX  
qu

último, questionou, considerando o conhecimento e experiência detida no setor e nos respetivos instrumentos de financiamento comunitário, como será o próximo ciclo de fundos comunitários no que diz respeito ao setor, nomeadamente se irá continuar a privilegiar beneficiários que sejam empresas intermunicipais ou se haverá alterações substanciais neste domínio. -----

O **Senhor Deputado João Santo** começou por apresentar cumprimentos à Mesa, à comunicação social e aos representantes da APIN presentes. Disse que, de acordo com o que percebeu, a Lousã tem uma percentagem de trinta e nove por cento do volume de negócios da APIN, que o passivo que está previsto de dez milhões, a Lousã teria que responder, se fosse necessário, por um milhão, oitocentos e trinta e nove mil euros, pelo que, colocaria algumas questões: primeiro, já foi feita a pergunta, qual o passivo, neste momento, da APIN; segundo, qual o *deficit* anual que estão a registar desde a constituição; depois, qual a perspetiva de evolução de contas ou quando se prevê que os problemas de rede sejam resolvidos ou quando se prevê que possa ter uma expressão positiva; desde a constituição, qual foi a melhoria conseguida em relação às perdas, qual o plano de investimentos em marcha e se já conseguiram resolver algumas questões das perdas que disse já ser uma situação conhecida à data da criação da empresa. Por último, afirmou que *"a água é um bem público e o Bloco de Esquerda vai pugnar sempre por tornar este setor público."* -----

O **Senhor Deputado João Curvelo** cumprimentou a Senhora Presidente, os membros da Mesa, os Senhores Presidente e Vereadores e Senhores representantes da APIN, funcionários da Câmara e restante público. O Senhor Deputado começou por dizer que pelo Grupo Municipal "É Hora de Mudar" teria sido preferível fazer no formato de assembleia municipal extraordinária esta sessão para que não houvesse tantos constrangimentos de tempo, para tudo ser esclarecido "com a devida calma" e não inserido numa agenda grande como a da reunião de hoje. Disse ainda que a empresa APIN representa um grande investimento para a Lousã e que, como tal, *"esta empresa tem que prestar contas, de modo que os munícipes consigam aferir se os seus recursos estão a ser bem geridos."* Disse que, nesse sentido, em catorze de dezembro de dois mil e vinte e dois, o grupo municipal "É Hora de

Mudar” apresentou à Assembleia Municipal uma moção pela transparência da APIN, propondo que se convocasse para a Assembleia Municipal seguinte que se realizou em fevereiro de dois mil e vinte e três o Presidente do Conselho de Administração da APIN, Dr. João Henriques, de forma a ver esclarecidas as questões concretas, convite que foi, sendo adiado pelo grupo municipal do partido socialista, mas que finalmente aconteceu, esperando que hoje, na Lousã, possam ser obtidos os esclarecimentos que, há muito, deviam ter sido obtidos. Disse ainda que no relatório anual dos serviços de águas e resíduos em Portugal, de dois mil e vinte e um, a APIN, considerada na globalidade dos concelhos que serve, apresenta cerca de cinquenta e seis, virgula nove por cento de água não faturada, sendo a média do continente de apenas vinte e oito, virgula sete por cento. Disse ainda o Senhor Deputado Municipal que, contudo, não estava discriminada qual a média do nosso concelho em particular, como de nenhum outro e que, no relatório anterior, de dois mil e vinte, o concelho da Lousã, individualmente considerado, apresentava cerca de sessenta e cinco, virgula quatro por cento de água não faturada, tendo sido a média continental de vinte e oito, virgula oito por cento e que, no mesmo relatório de dois mil e vinte, a Lousã apresentava perdas reais de água de quatrocentos e noventa e sete litros por ramal por dia, ocupando o segundo lugar nos concelhos do país que mais água perde, sendo a média nacional de apenas cento e vinte e cinco litros por ramal, por dia. Referiu que o relatório de dois mil e vinte e um, dá-nos a oportunidade de perceber se a constituição da APIN resultou em avanços sobre esta matéria central que esteve na raiz da sua criação. Disse que *“infelizmente, a APIN não respondeu sobre quais são as suas perdas reais de água no relatório de dois mil e vinte e um, assim como não respondeu sobre as ocorrências de falhas no abastecimento, respostas a reclamações e sugestões, ocorrências de avarias em condutas e rentabilização do seu parque de viaturas”*. Questionou por isso o Senhor Deputado quais são os dados do nosso concelho individualmente considerado e porque é que não se respondeu a estes indicadores. No relatório de dois mil e vinte e dois já responde, apresentando perdas reais de água de duzentos e vinte e um litros por ramal, por dia, globalmente considerada. Na Lousã e noutros concelhos *“não sabemos”*. Disse ser necessário saber os números de dois mil e vinte e um para se poder concluir se

existiu uma evolução positiva ou negativa. Questionou se a APIN não contabilizou as perdas reais de água de dois mil e vinte e um ou apenas não prestou essa informação e porque é que não a prestou. Quanto à água não faturada, a APIN apresentou uma melhoria de zero virgula sete por cento, passando de cinquenta e seis virgula nove por cento de água não faturada para cinquenta e seis virgula dois por cento, uma melhoria residual classificada como *“insatisfatória”* no relatório e que é quase o dobro da média do continente, que se situa. em dois mil e vinte e dois. nos vinte e oito, virgula oito por cento. O Senhor Deputado disse ainda que outro indicador preocupante no relatório de dois mil e vinte e dois é a cobertura de gastos. Disse que as receitas tarifárias e outros subsídios da APIN apenas cobrem sessenta e quatro por cento dos seus encargos quando a média do continente é de noventa e seis por cento. A APIN, quando comparada a outras entidades gestoras, não a Câmaras Municipais, apresenta o pior resultado do país. *“Está em causa a viabilidade financeira da APIN? A que se deve esta medalha de último lugar?”* Sobre a adequação dos recursos humanos, pretende-se avaliar a produtividade física dos recursos humanos e das entidades gestoras no que respeita à existência do número adequado de empregados. Disse que o indicador é definido como o número total equivalente de empregados, a tempo inteiro, afetos ao serviço de abastecimento de água por mil ramais ou por unidade de volume tratada exportada. Neste indicador, o Senhor Deputado Municipal afirma que a APIN obtém a classificação de um ponto dois, tida como insatisfatória, sendo a média nacional de dois, ponto dois. Afirmou que a *“diferença pode parecer pouca, mas é enorme”* e ser o suficiente para passar de uma classificação insatisfatória para uma classificação boa, passando pela mediana. Sobre a acessibilidade física do serviço através de redes fixas de saneamento de águas residuais urbanas pretende-se avaliar a acessibilidade física do serviço, no que respeita à possibilidade de ligação do utilizador às infraestruturas físicas da entidade gestora. Referiu que o indicador é definido como a percentagem do número total de alojamentos locais na área de intervenção da entidade gestora para os quais infraestruturas do serviço de recolha e drenagem, através de redes fixas, se encontram disponíveis ou para as quais existem infraestruturas em alta ligadas ou com possibilidade de ligação ao sistema em baixa. O Senhor

Deputado João Curvelo afirmou que *"aqui a APIN apresenta um resultado catastrófico, de apenas quarenta e seis por cento, quando a média continental é de oitenta e seis por cento"*. Sobre a gestão de resíduos urbanos, referiu três indicadores. Primeiro, a frequência de lavagem dos contentores, dada pelo rácio do número de lavagens de contentores de recolha indiferenciada relativamente ao número total de contentores de recolha indiferenciada e depois a mesma coisa para os da recolha seletiva. Aqui a APIN apresenta, conforme referido pelo senhor deputado municipal, um resultado de um ponto dois, sendo a média continental de cinco ponto um, o que significa uma lavagem quatro virgula vinte e cinco vezes inferior à referida média e que *"se fosse normal lavar os contentores uma vez por semana, a APIN lavava uma vez por mês"*. Sobre o assunto afirmou ainda *"parece-me que apenas podemos estar a colocar em causa a higiene urbana"*. Segundo a acessibilidade do serviço de recolha efetiva, que pretende avaliar a acessibilidade do serviço no que respeita à proximidade dos alojamentos aos equipamentos de recolha seletiva de resíduos. O indicador é definido como a percentagem de alojamentos familiares e coletivos com serviço de recolha seletiva coletiva, ecopontos localizados a uma distância máxima de cem metros nas freguesias classificadas como áreas predominantemente urbanas e a duzentos metros nas restantes áreas e/ou porta a porta disponibilizado pela entidade gestora na sua área de intervenção. O Senhor Deputado Municipal disse que aqui, mais uma vez, a APIN mostra maus resultados, apresentando trinta e cinco, virgula três por cento, quando a média nacional é de sessenta e cinco por cento, *"uma diferença bastante considerável"*, questionando se era falta de investimento ou má gestão. Em terceiro falou da emissão de gases, com efeito de estufa, da recolha indiferenciada, por quilograma de dióxido de carbono, por tonelada, onde *"outra vez"* a classificação insatisfatória é atribuída pelo relatório. A média continental é de quinze quilogramas de CO<sub>2</sub> por tonelada e a APIN apresenta vinte quilogramas de CO<sub>2</sub> por tonelada. *"Será possível associar a falta de uma rede de recolha seletiva eficaz com este dado?"* Em suma, *"temos poucos contentores, que estão sujos e que, por serem poucos de recolha seletiva, acabam por poluir acima da média continental."* Por último disse *"vamos ao campeonato do não responde do relatório de dois mil e vinte e dois: ocorrências e inundações, não responde;*

ocorrências de falhas de abastecimento, não responde; ocorrências de avarias em condutas, não responde; eficiência energética de instalações elevatórias, não responde". Espero poder ver estas questões esclarecidas "aqui, hoje e agora" e esperar também que a APIN faça um esforço sério para ser mais transparente e apresentar melhores resultados, que os lousanenses já colocaram muito dinheiro nessa empresa e até agora não têm tido qualquer tipo de retorno palpável. -----

O **Senhor Deputado Joel Fernandes** tomou a palavra e disse que iria usar os cumprimentos dos seus antecessores por uma questão de "eficiência de tempo." Seguidamente afirmou "A APIN é um tema político, além de um tema operacional. É um tema tão político, que falamos dele todas as assembleias. Não há assembleia sem exceção desde a sua criação que não seja um tema debatido", o que disse ser "normal" e "até seria sobranceiro da parte da minha parte ou da parte de alguém não acreditar que não se fizesse política com a APIN", "se se faz política com tantos assuntos, também neste será normal que quem faz oposição, faça à sua maneira e é democrático como diz o Senhor Presidente, é um jogo democrático". Relembrou que esta foi uma reivindicação constante, que estão presentes alguns deputados das assembleias e da altura da constituição da APIN e que era uma reivindicação constante da oposição e que era uma reivindicação que incidia em três pontos que destacou, que eram considerados "fulcrais para o futuro do concelho e acredita também para outros concelhos da região": o deficit da autarquia, nos três serviços, abastecimento de água, recolha de resíduos e saneamento; o acesso a fundos comunitários futuros e, já na altura, presentes, que cada vez mais se perspectivava que não seria possível cada município, individualmente, aceder a eles, tal como agora se consegue e, acima de tudo, o combate às perdas e a inoperacionalidade das redes, por serem antigas. Disse terem sido estes "os três pontos fulcrais que nos levaram, na altura, quer na assembleia municipal da Lousã, quer em mais dez assembleias municipais da nossa região a votar esmagadoramente na constituição da APIN." Disse que na assembleia municipal da Lousã "se a memória não me falha", tivemos duas abstenções, por motivos diferentes, um motivo "jurídico" e outro "mais político", de resto "votamos favoravelmente a constituição da APIN". Relembrou ainda, o que para si "foi um marco" que talvez tenha sido

APX  
H

dos processos "onde mais debatemos, mas também onde mais tivemos informação." A primeira vez que tivemos uma sessão de esclarecimento sobre a constituição da empresa, foi realizada "se a memória não me falha, em Vila Nova de Poiares, onde nos foi apresentada uma solução de uma empresa muito similar" e onde "nos disseram e que se veio a concretizar" que muitos dos procedimentos a APIN se iriam aí inspirar. "O modelo não era para nós desconhecido" e foi esse modelo que foi implementado. Disse ainda que foi também, na altura, por decisão das assembleias municipais, que foi definido o modelo, que os onze municípios seriam os detentores da empresa. A propósito, disse ser este o modelo que permite ter "maior grau de fiscalização da atividade da empresa", mas que também permitiu ter "algumas intervenções sobre a atividade da empresa, nomeadamente uma, o reajuste do tarifário que já ocorreu". Disse "é certo, e que o grupo municipal do PS vai sempre exigir, sabemos que a realidade não é perfeita e que nem a empresa pode estar a funcionar já a cem por cento, com tão pouca atividade e também como já nos foi relatado hoje, o peso que trazia era grande e era conhecido de todos, das assembleias municipais e das forças políticas e por isso é que tomámos a opção de avançar para esta solução, mas isso não significa que não estejamos sempre atentos à atividade e que não continuemos sempre a reclamar melhorias, que já são palpáveis, na atividade da APIN". Referiu que uma das melhorias "que nós vemos, naqueles três pontos que referi no princípio, é notória, no deficit que as autarquias suportam neste momento, no acesso a fundos comunitários pelos investimentos que já foram relatados, também é notório no combate às perdas, apesar de sabermos que há muito trabalho pela frente, também já nos foi relatado vários trabalhos e seria importante sim, conhecer a percentagem de melhorias, se for possível, neste combate às perdas". O Senhor Deputado continuou a sua intervenção fazendo uma referência à questão dos tarifários. Afirmou ser importante a APIN ser detida pelos municípios para um melhor controlo da sua intervenção e ação social. Disse que na Lousã e noutros municípios são implementados os tarifários sociais e familiares, que do que entendeu, a questão dos tarifários não cobre os custos operacionais da APIN e que seria interessante saber, para "nosso esclarecimento", qual o peso dos tarifários sociais e familiares no total dos tarifários da APIN porque "se a nossa função é ter também esta

intervenção social também é importante esclarecer este número." Disse ainda ter sido relatado continuar a existir avarias e fugas, mas que "seria muito de estranhar que elas não existissem, se os sistemas são os mesmos, se só agora é que os estamos a começar a renovar, só agora é que está a ser feito esse investimento, presumo e, pergunto se esta minha presunção é disparatada, se a APIN não existisse e os municípios não tivessem capacidade para fazer esses investimentos porque não teriam acesso a fundos comunitários, se estas avarias, estas perdas e estas fugas, não seriam em grau muito superior". Continuou "porque pensa que não ficou totalmente esclarecido e nem sei se têm esse dado, mas acho que seria pertinente elucidar os ganhos ambientais que o aumento de eficiência da operação da APIN, também nesta questão das perdas, potencia para toda a nossa região" A este propósito disse acreditar que "quanto mais forte for a nossa região, mais forte será a Lousã, a Lousã é um polo catalisador de desenvolvimento e queremos continuar a sê-lo, queremos ser liderantes na região, mas não estamos sozinhos, de forma alguma queremos ficar isolados, queremos continuar a apontar caminho neste caminho de crescimento e de desenvolvimento coletivo." Finalmente e porque "temos alguns relatos de alguns municípios", afirmou pretender saber se a APIN tem algumas perspetivas de melhoria numa debilidade que nos é apontada que é a reposição dos pavimentos após as intervenções, a qual disse por vezes não ser feita com a celeridade suficiente ou da maneira que os municípios entendem que deveria ser. Terminou a sua intervenção afirmando que "o grupo municipal do PS sente-se vigilante, mas acreditamos que a decisão que tomámos há muitos anos foi uma decisão arriscada, foi uma decisão que não foi fácil, foi uma decisão ponderada, mas que é a decisão correta e vamos continuar a pugnar para que a APIN continue a dar um contributo positivo para a Lousã e para a região." -----

O **Senhor Deputado Santinho Antunes** começou por cumprimentar a Senhora Presidente da Mesa, o Executivo na pessoa do Senhor Presidente, os Excelentíssimos Senhores Membros da Assembleia e os Senhores Representantes da APIN, público presente, sobre o que afirmou "ser sempre um prazer ver cá mais gente do que o normal", comunicação social e funcionários da câmara. Antes de mais referiu uma "questão prévia" sobre a



solução proposta pela Senhora Presidente, no sentido de os representantes da APIN serem ouvidos antes da Assembleia, que disse ser uma *"opção própria, nós não fomos consultados, mas acho que não deve prejudicar o normal decurso dos trabalhos da Assembleia, principalmente em tempo."* Disse que o convite feito em dezembro *"é um convite não político, mas de interesse público"*, que basta ler artigos para saber-se que a empresa *"Águas de Portugal"* e outras têm várias questões de valência técnica e outras e que, não acompanhar a evolução da APIN, quando a APIN é de todos, *"não é político, é uma negligência e isso não pode acontecer"*. Acrescentou, por isso, que três anos depois da constituição e ser a primeira vez que vêm à Assembleia Municipal da Lousã *"acho que é negligente da nossa parte e é muito mau estar desde dezembro até hoje à espera do convite, convite esse de que só agora tive conhecimento pela convocatória"*. Acrescentou ser para si lamentável *"uma convocatória onde não aparece o nome dos representantes da APIN"* porque disse ser *"do interesse público que isto seja público"*, que é como ter *"um festival de música e a banda secundária não constar do cartaz, é inadmissível"*. Dito isto, dirigindo-se aos senhores representantes da APIN, disse que iria ser muito direto, começando por uma questão relativa ao Regulamento da APIN, ou seja, aquilo que disse ser *"o principal instrumento que regula as relações entre a entidade gestora e os utilizadores, por força do dever de informação que impende sobre o prestador de serviços essenciais, não existe."* Referiu que *"a APIN dispunha do prazo de um ano contado a partir da assinatura do contrato de gestão delegada, dois de outubro de dois mil e dezanove, para elaboração e posterior apresentação aos municípios de um projeto de regulamento de serviço, mas da consulta do site, verifica-se que mantém em vigor o regulamento para o município de Góis, deliberado e aprovado em trinta e um de dezembro de dois mil e dezanove."* Questionou o Senhor Deputado se a APIN não tem capacidade técnica para elaborar um regime geral para todos os municípios e como é que qualifica esta situação em termos legais. Referiu também que *"no histórico da APIN, nestes três anos, aconteceu algo que foi conhecido de todos que é um impulso da APIN, à revelia dos consumidores, da transferência dos débitos diretos para o banco CTT"*. Disse nunca ter visto justificação sobre o assunto e que gostaria de saber o motivo. Seguidamente o Senhor Deputado fez uma

AAJ  
od  
@

referência à aplicação indevida do IVA, pela APIN, que depois foi regularizada. Questionou se a situação não importa hoje, um aumento de tarifário para os utentes para compensar a dedução de IVA que não era permitida fazer. Quanto às finalidades prometidas que levaram à constituição da APIN, disse dever ser prioridade a baixa dos tarifários, a qualidade do serviço prestado, aumentar a eficiência, garantir a equidade, privilegiar a reciclagem, fomentar a inovação. Questionou sobre se estas finalidades ficaram escritas. Quanto aos tarifários, disse ter a APIN decidido para dois mil e vinte e três aumentos de quarenta e um, virgula oito por cento ao nível dos resíduos e de seis virgula sessenta e oito por cento ao nível do serviço de abastecimento de água, nas tarifas fixas e variáveis, *"ou seja, existiram subidas em dois mil e vinte e dois, preveem-se subidas para dois mil e vinte e três, quando era suposto baixarem-se os valores."* Questionou *"como justificam a subida anual e o que vão fazer para reverter ou se em dois mil e vinte e quatro vamos continuar a ter subida de tarifários?"* Relativamente à falta de ratificação do tarifário, o que disse saber já ter acontecido no concelho de Penacova, disse pretender saber como gerem esta situação, quais as consequências para a falta de ratificação dos tarifários. Questionou também sobre a situação conhecida de Penacova, como estava o processo. Disse que aquilo que lhe trazia maior preocupação e que julgava que aos senhores representantes também, é a *"degradação sistemática do desempenho da ERSUC e os aumentos inadmissíveis nas tarifas aprovadas pela ERSAR"*. Sobre este tema questiona se não vai ser colocado em cima da mesa, a todos os municípios, a saída da ERSUC e disse ser importante ver opções. Perguntou se pretendem continuar a pagar mais por um serviço que disse estar cada vez pior. Sobre a sustentabilidade da APIN, disse fazer-se uma previsão que vê como *"demagógica"* no sentido de *"se não estivéssemos na APIN, estaríamos pior, hoje"*. Questionou se *"tenho algum simulador, algo que me consiga garantir isso?"* Se em dois mil e vinte e dois, com três anos de funcionamento, o resultado líquido foi negativo de três, virgula três milhões de euros. Sobre o valor afirmou já ter visto três intervenções e todas elas dizerem valores diferentes, facto esse do qual se aferia a importância de *"estarmos aqui hoje"*. Referiu ainda que o mencionado valor foi transmitido para os municípios para garantir o valor zero e a sustentabilidade, questiona se *"isto não é subverter os*

resultados". Disse ser evidente que, "em termos técnicos, temos que ter o valor zero, a APIN tem que ter o valor zero, mas é evidente que existe aqui uma obrigação, que é esta esta obrigação que se coloca em causa que é a empresa não pode gerir-se a ela própria porque está sempre obrigada a pagar a despesa, ou seja, uma empresa livre é aquela que diz eu vou gerir aquela despesa e não aquela e consigo ir aguentando as coisas. Nós não conseguimos fazer isso, todos os municípios da APIN são obrigados, no final do ano, a porem lá o dinheiro." Disse ser esta a diferença e a parte que reclamamos. Acrescentou ainda que entendeu, da leitura do orçamento municipal sobre a APIN, que para dois mil e vinte e três, estar previsto que a Lousã entregue setecentos e oitenta e seis mil, setecentos e oitenta e cinco euros. Questionou o Senhor Deputado se vai receber em obras, em dois mil e vinte e três, o valor correspondente. Disse também que "sendo a previsão total de compensação de todos os municípios, para dois mil e vinte e três, de quatro milhões, quatrocentos e quarenta e sete mil, tal significa que existe uma previsão de aumento de passivo para a APIN?" Para terminar o Senhor Deputado Santinho Antunes afirmou que gostaria da "vossa avaliação atendendo a tudo isso, se estamos a cumprir objetivos ou se estamos perante um falhanço difícil de admitir." -----

**A Senhora Presidente da Mesa** tomou a palavra para, antes de passar a palavra aos senhores representantes da APIN, dizer que "o senhor deputado pode aqui dizer o que entender e não concordar com as opções da Presidente ou da Mesa, agora não tem o direito de dizer inverdades, não é verdade que só apenas hoje soube que vinha aqui a APIN", "todos os líderes tiveram conhecimento porque eu tive o cuidado de lhes ligar e dizer", "inclusivamente troquei emails com o senhor porque o senhor não concordava logo de início, dizendo que não deveria ser no ponto zero, mas sim no ponto um, disse que eventualmente isto era uma irregularidade e eu respondi-lhe, tive o cuidado de lhe responder, que isto de facto não é nenhuma irregularidade, é a aplicação do regimento, o regimento no seu artigo dezanove diz que de facto e sendo isto uma sessão de esclarecimento, digamos assim, tem de facto enquadramento no artigo dezanove porque é um assunto para o município." A Senhora Presidente da Mesa acrescentou

que "se for verificar o artigo vigésimo do regimento diz que na ordem de trabalhos serão discutidos e analisados todos os assuntos e votados os assuntos, ou seja, deve haver uma deliberação, que não é o caso aqui." Disse ainda que "aqui houve um convite que resultou da manifestação da vontade de todos os membros, um convite ao conselho de Administração da APIN no sentido de virem aqui esclarecer quem tivesse alguma questão ou alguma dúvida" e que "por isso tem enquadramento ao nível do artigo dezanove do regimento e não ao nível do artigo vigésimo porque não há de facto uma apreciação de nada, não há uma votação, não há uma deliberação, por isso ao nível do regimento, o entendimento continua a ser que deveria ser neste ponto". -----

O **Senhor Deputado Santinho Antunes** requereu novamente a palavra para dizer que a Senhora Presidente tinha falado em pontos diferentes, pelo que questionou: "Quando é que me notificou e à Assembleia de que a presença da APIN seria hoje?". -----

A **Senhora Presidente da Mesa** respondeu ter sido dia vinte. -----

O **Senhor Deputado Santinho Antunes** reformulou a questão: "Ou seja, com a convocatória? e perante a resposta em sentido positivo da Senhora Presidente da Mesa, afirmou "foi o que eu disse" e passou a um segundo ponto: "A Senhora Presidente referiu agora mesmo, que estávamos a criticar se se incluía no ponto zero ou outro ponto, nunca foi referido isso aqui, o que eu referi é que era inadmissível que não constasse do edital, foi isso que eu referi, ou seja, um assunto de interesse público para a Lousã não consta do edital." Disse ser isto que criticava e que voltava a dizer "não digo inverdades" e "por falar em inverdades, Senhora Presidente refira-me quando é que me informou que o convite foi aceite e quando é que me informou que o convite foi feito. Não me informou Senhora Presidente! É isto que é criticado!" -----

A **Senhora Presidente da Mesa** respondeu "o assunto não é este, mas a verdade é que o Senhor faltou a uma convocatória da Presidente da Assembleia para uma reunião." -----



O **Senhor Deputado Santinho Antunes** respondeu que a convocatória tinha sido feita no dia para o próprio dia e que *"isto não é forma para fazer convocatórias"*.

A **Senhora Presidente da Mesa** informou que o Executivo tinha reunido no dia dezanove e que, por isso, só tinha tido acesso a toda a documentação no dia vinte e concluiu o assunto dizendo que *"deveremos aproveitar a presença dos membros da APIN no sentido de nos esclarecerem, que foi para isso que nós os convidámos"* e passou a palavra ao Senhor Eng.º Jorge Custódio. -----

O **Senhor Eng.º Jorge Custódio** retomou a palavra, começando por dizer que teria que pedir a *condescendência da Senhora Presidente porque iria precisar de quatro horas, pelo menos, para conseguir responder a todas estas questões, mas que ainda assim, com a minha capacidade de síntese e obviamente dando conta de que estará sempre disponível, como todos os elementos, para respondermos, vou tentar ser rápido o suficiente.* O Senhor Eng.º Jorge Custódio disse que iria deixar as perguntas/respostas mais técnicas, *"sobretudo no que diz respeito aos deficits, etc."* ao Senhor Dr. Rui Simões e que tentaria responder, na generalidade, às restantes. Seguiu-se um pedido de desculpa porque na sua primeira intervenção não tinha cumprimentado o público e, *"na verdade, todos nós somos público, mas estamos cá pelo público e a gerir e a trabalhar para o público."* Começando, pois, por responder às questões do Senhor Paulo Magro, sobre a sustentabilidade da empresa, pergunta que disse ser comum a muitas outras perguntas que fizeram, *"se a empresa está a ser sustentável"* disse *"não, não está."* Acrescentou que *"não merece a pena rodeios, não merece a pena darmos conta do que quer que seja porque repito aquilo que tinha dito no início, todos nós temos de ter consciência que o facto de todos os municípios terem um deficit brutal quando foi a transição para a APIN, não significa que, pelo facto de haver a empresa, por si só, de repente, de um ano para o outro, passaríamos todos a ter lucro."* Adiantou ainda *"sim, é essa a nossa expectativa e já temos dado esses passos", "é precisamente na redução desse deficit que os municípios tinham todos os anos é que é o caminho, que eu acredito e que todos os municípios acreditam, que no mais curto espaço de tempo possamos ter resultados positivos para não incrementar no*

orçamento de cada câmara municipal." Sobre o assunto, concluiu afirmando "não merece a pena rodeios, o que eu digo é sim, a questão da sustentabilidade da APIN ainda se mantém, neste momento e temos todos que fazer um esforço brutal" e que já iria falar da questão das candidaturas e sobre as perdas, "um dos motivos donde vem essa grande diferença e termos que fazer esse caminho, que é um caminho árduo". Sobre a questão da ratificação, disse que diria que isso não era um assunto porque confessava que achava que sim, que todas as Câmaras Municipais tinham ratificado em reunião de Câmara e que todas tinham dado conta da ratificação, pelo que era um problema "que nem se coloca". Depois, tentando responder ao Deputado António José Gonçalves, sobre a questão de o Senhor Presidente do Conselho de Administração não estar, "nem eu próprio adivinho quando é que ele poderá estar de férias, acho que isso é um assunto de menor importância e não vem para o caso". Sobre a questão da sustentabilidade e sobre os números apresentados pelo Deputado, nos termos do qual a Lousã já terá injetado dois milhões de euros, mais os meios humanos, disse não ir "esquematizar estes valores, mas que relativamente aos meios humanos que passaram para a APIN, passaram a ser da massa salarial da APIN e não da Câmara Municipal". Sobre a questão dos valores e sobre o prejuízo disse ser precisamente aqui que vem a questão. Disse que, "se não me falha a memória" e esperar não estar a cometer nenhum lapso, o concelho da Lousã tinha um deficit anual no que diz respeito ao sistema de águas, saneamento e recolha de resíduos urbanos que andava, em média, em um virgula dois milhões de euros, por ano, por isso, era bom lembrar que "na verdade, se todos os anos a Câmara Municipal da Lousã e dou o exemplo da Lousã porque estamos aqui porque em todas as outras isso aconteceu também, na minha Câmara acontecia também do mesmo modo", "se ainda assim, havendo prejuízo como há, ninguém o está a esconder, se esse valor é menor, afinal sempre é verdade que, pelo facto de nos termos agregado e nos termos juntado, conseguimos reduzir essa fatura porque se não estaríamos todos neste momento a falar de um valor pior". O Senhor Eng.º Jorge Custódio disse que "no fim, o Deputado António José Gonçalves deixou a pergunta se vai ser uma empresa que vai sempre apresentar prejuízos" e que tem que "dar um passo atrás, para justificar isto." Disse que o sistema de gestão da APIN, o modelo de

gestão da APIN é um sistema que é muito mais difícil de gerir e muito mais difícil conseguir dar lucro do que, por exemplo, Coimbra, realçando que *"num sistema municipal de uma qualquer empresa de uma cidade, se calhar, com cinquenta metros de uma condutora de uma adutora consegue abastecer um prédio com duzentos clientes. Quantos quilómetros de conduta nos nossos territórios temos que fazer para abastecer duzentos clientes?"* Disse ser essa a diferença e que, obviamente, que temos que fazer um esforço sempre muito maior, em termos operacionais e em termos financeiros, comparativamente a outros. Acrescentou, não ter sido por acaso que, na altura da constituição da APIN, muitos dos Senhores Presidentes, tentaram fazer uma agregação de maior dimensão onde pudéssemos incluir esses tais sistemas de abastecimento que, *"comparativamente, são mais rentáveis, relativamente aos nossos"*. O Senhor Eng.º Jorge Custódio referiu que *"se estamos nós, é esse papel que temos que fazer, é verdadeiramente batalhar para tentar reduzir custos, para tentar reduzir perdas."* Respondendo diretamente ao deputado António José Gonçalves, disse *"não tenho dúvida que durante os próximos tempos não sei se vamos conseguir já dar resultado positivo"*, mas que obviamente era para isso que estavam a caminhar e que esperava que *"o mais rápido possível."* Sobre as questões referidas pelo deputado Nélon Lopes, relativamente à *"questão do caso que esteve na base de constituição da APIN"*, afirmou que *"honestamente, estava desajustado"* e estava desajustado porque em todos os municípios, muita da informação que passou das Câmaras Municipais para a APIN, não era a mais fidedigna. Disse que, durante muito tempo, como todos os deputados sabem, as câmaras Municipais tinham mais obrigação de responder, no imediato, às solicitações dos munícipes do que propriamente andarem a fazer relatórios de avaliação técnica, financeira e contabilística como hoje somos obrigados, pelo que, se lhe perguntassem se o que esteve na base era de facto o real, *"eu, hoje, olhando para trás, percebo verdadeiramente que não, porque a APIN tem essa obrigação de, em termos económicos, fazer uma outra avaliação, fiscal e económica muito mais assertiva, que antigamente não existia."* Referiu ainda que não nos podemos esquecer que, conforme tinha sido dito pelo deputado Nelson Lopes, nada pior para uma empresa que acabava de ser constituída do que levar com dois anos de pandemia. Disse que, no que diz respeito à sustentabilidade

económica e logística de uma empresa, não foi fácil. Relativamente às reclamações, disse que as reclamações estão a diminuir. Recordou que, no início, com a constituição da APIN e com todos os problemas que houve na constituição, *"tínhamos aproximadamente oito pessoas no call center porque, como todos percebem, no primeiro ano, não havia mãos suficientes para conseguir atender tantos clientes"*. Disse ser este o caminho *"que temos estado a fazer, paulatinamente tentar corresponder, tentar clarificar"*, que continuam a existir reclamações, que *"no último ano houve duzentas e cinquenta e cinco reclamações"*, *"para bem não devíamos ter nenhuma"*, *"mas é o que é!"*. Relativamente à questão da redução das perdas disse que iria falar *"de modo genérico"* porque houve muitos senhores deputados a falar sobre isso. Disse que a questão das perdas *"é, porventura, o maior problema que a APIN tem para resolver"*, precisamente pela extensão enormíssima que tem de quilómetros de condutas porque *"muitas delas, como os senhores deputados todos sabem, são condutas que têm umas largas dezenas de anos, que porventura não estão fisicamente habilitadas para o que é hoje os consumos e as necessidades que não foram programados no início"*, pelo que, o grande problema que a APIN tem para resolver, nem é tanto pela questão tarifária, *"é urgentemente tentarmos reduzir estas perdas que o sistema continua a ter"*. Acrescentou que *"em muitos deles, como sabem, nós também temos que pagar a água em alta e o que recebemos na baixa não chega para pagar o que temos que pagar em alta."* Disse que por isto é que tinham feito o projeto de eficiência hídrica, para tentar colocar *"os tais contadores, os tais caudalímetros"*. *"Não estamos a metê-los por acaso, estamos a metê-los precisamente nos troços e nas adutoras que nós sabemos que podem ter mais percas"*. Referiu ainda *"é com este projeto da eficiência hídrica que também estamos a substituir muitas das condutas, muitas delas foram sinalizadas pela Câmara Municipal, que obviamente são as mais antigas e que sabemos, à partida, que tinham mais problemas. Afirmou que "sinceramente, este é o grande problema que temos para resolver e é brutal porque para conseguir substituir tantos quilómetros de condutas, não vai ser fácil"*. Sobre a questão do alavancamento das candidaturas, no âmbito do POSEUR, disse que *"de alguma maneira já tinha sido dado conta, que este foi um dos grandes desafios e foi a grande questão que esteve na constituição*

da empresa". Respondendo a um Senhor Deputado que abordou este assunto, disse "Espero eu, esperamos todos, que na verdade este governo corresponda ao que nos foi prometido, ou seja, na altura da constituição da APIN o que nos foi garantido era que todos os municípios que se agregassem teriam vantagem em termos de candidaturas relativamente aos demais, ou seja, os que se agregavam podiam ter vantagem e podiam ter benefício e bonificação nas candidaturas e quem não fizesse isso não teria acesso a determinados fundos comunitários, situação que se verificou no âmbito do POSEUR e que só espero "verdadeiramente" se repita que no próximo ciclo urbano da água. Confesso que todos os Senhores Presidentes de Câmara já deram conta disso ao conselho de administração, inclusivamente já demos conta disso também ao Senhor Ministro do Ambiente, Sr. Dr. Eduardo Cordeiro e espero sinceramente que haja esta continuidade, se não aí algo não está a funcionar bem." Disse ainda que, num projeto inicial, a APIN tinha tido trinta e cinco milhões de euros aprovados em candidaturas no âmbito do POSEUR e que "obviamente que era este que podia ser a grande alavanca". Sobre o questionado pelo Senhor Deputado João Santo "se fosse necessário cobrir o passivo" disse confessar que gostaria mais de responder a questões "se existe ou não existe, hoje não existe essa necessidade, a APIN não está para terminar, não estamos a fazer as contas do deve e do haver porque amanhã vamos fechar as contas, confesso que a nossa necessidade e o nosso objetivo é claramente pôr a APIN a funcionar melhor e não estou muito preocupado com essa questão." Sobre a questão do setor público e do setor privado que o Senhor Deputado também referiu, o Sr. Eng.º Jorge Custódio disse que "obviamente todos nós temos muito essa noção de querermos que este sistema fique nas mãos das Câmaras Municipais", e que por isso é que "na altura da constituição houve outros cenários também de base e todos nós abandonámos porque entendemos que queríamos ter a verdadeira gestão da APIN na nossa mão." Acrescentou que "se me perguntar se nós achamos que isto deve ir para o setor privado, eu não estou mandatado por ninguém para dizer que sim ou que não, mas o que eu digo é que, por princípio, direi sempre que não, mas também direi e não tenho problemas de dizer isso e só me vincula a mim, não vincula o conselho de administração e muito menos a APIN, é não aceitando e não concordando, todos nós temos que ir

caminhando e ir percebendo o que vai existir na vida. Por princípio tenho isso por pedra basilar, mas acho que todos temos que ir caminhando". Sobre a questão do deputado João Curvelo e sobre as comparações que fez, o Senhor Eng.º Jorge Custódio disse "percebo perfeitamente a comparação e o cuidado que teve na avaliação dos números, mas que na minha terra costumam dizer que "uma coisa é uma coisa e outra coisa é outra coisa", isto para dizer que "eu acho que temos que comparar o que é comparável." Referiu que, "quando caímos na tentação de fazer a análise de um relatório nacional, com a diversidade de sistemas que existem em termos nacionais, com o local, podemos cair nessa má comparação e eu vou dar este exemplo: com todos os dados que o senhor deputado nos deu, eu diria apenas isto, não há termo de comparação possível quando nós estamos a falar, por exemplo, na questão das condutas de água e do impacto que têm dos vários quilómetros, temos que fazer a comparação do que é fazer a recolha de resíduos sólidos urbanos ou até mesmo das lavagem de caixotes do lixo, quando muitas vezes para fazermos a recolha de um caixote, o camião tem que fazer uma hora quase de viagem para determinada aldeia e voltar, não podemos fazer esta comparação relativamente a outros locais urbanos que, numa rua são capazes de conseguir fazer cinquenta ou cem caixotes. É essa a diferença." Acrescentou que "ninguém está a esconder nada". "Continuo a dizer que os números que temos para apresentar não são os melhores, não tenho problemas nenhuns em assumir isso", mas "não conseguimos comparar, por mais que possamos fazer, não conseguimos comparar os resultados do meio rural onde nós estamos na grande maioria, independentemente da Lousã ter o seu maior núcleo urbano e ter a sua maior dimensão", "mas como todos sabem a própria Lousã e os restantes concelhos, estamos a falar de concelhos puramente rurais e, portanto, não se consegue comparar números de uns relativamente aos outros". Relativamente à questão que o Senhor Deputado Joel Fernandes deu conta, disse não poder estar mais de acordo, sobre a questão de um jogo político. Acrescentou que "eu próprio acabo por ter essa guerrilha, saudável, a mim nunca me incomodou". O Senhor Eng.º Jorge Custódio afirmou que houve um problema com a constituição da APIN. Todos os Senhores Presidentes de Câmara, do PS ou do PSD, sem exceção, foram "literalmente anjinhos quando acharam que se devia fazer isto a um

ano de eleições autárquicas." Afirmou que foi essa a questão, "que o modelo de agregarmos ou não, não havia e ainda hoje, decorridos estes anos eu continuo a dizer a mesma coisa, agora fazer uma empresa desta envergadura, desta dimensão a um ano de eleições" obviamente que, percebemos agora, olhando para trás, que ia ter esta questão política, mas volto a dizer, é bom sinal, é sinal que a democracia funciona e todos nós estamos cá para dar a cara e responder por ela." Sobre as três questões que falou que era sobretudo "o deficit, a idade das condutas e a questão dos fundos comunitários, de alguma maneira já respondi." Disse esperar que esses três objetivos que estiveram na base da constituição da APIN, sejam verdadeiramente os que vamos conseguindo colmatar. Disse não ser por acaso que, no novo ciclo urbano da água, a APIN, ou melhor, os municípios da Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra que pertencem à APIN, já têm lá cerca de vinte milhões de euros, para um total de cem concelhos que tem cerca de sessenta milhões de euros, "se não me falha a memória". Disse que as próprias Câmaras Municipais "continuam a sonhar e bem, que é tentar ter o máximo de projetos possíveis para tentar ir buscar o máximo de financiamento possível." Disse que "só assim, podemos aproveitar melhor a APIN." Sobre a questão do tarifário social e dos tarifários familiares disse não querer falhar e não ter consigo o que era o passado relativamente ao concelho da Lousã mas diria que, até aqui, a APIN veio trazer uma solidariedade que não existia porque "aquela versão que durante muito tempo passou que as pessoas, coitadinhas, não conseguiam", "que obviamente ninguém gosta de pagar" e que "a água e a tarifa da água têm sempre o eterno problema, é que toda a gente sabe onde vai reclamar relativamente à água porque, quando nos aumentam a eletricidade, os telefones, a internet ou outra coisa qualquer, ninguém reclama porque ninguém sabe onde vai reclamar", "no que diz respeito à água isso já não acontece" mas, "ainda assim, houve aqui uma solidariedade de todos porque muitas pessoas que não tinham a tarifa social e passaram a ter relativamente à constituição da APIN." Sobre os ganhos ambientais disse que "ainda estamos muito aquém daquilo que pretendíamos, claramente, não só pela questão das perdas" e ao impacto direto e indireto que tem, "mas, por exemplo, uma das questões em que ainda estamos aquém do pretendido é fazer um

Atg  
@

*dimensionamento diferente nos circuitos da recolha de resíduos porque, antigamente, os municípios não passavam das suas fronteiras administrativas e, neste momento, a APIN tem essas fronteiras administrativas mais alargadas e estamos a fazer essa reorganização dos circuitos, mas ainda não estamos lá e espero conseguir o mais rápido possível." Ao Senhor Deputado Santinho Antunes, o Senhor Eng.º Jorge Custódio disse que percebia e afirmou que "vimos à Assembleia Municipal da Lousã, assim como viremos novamente se nos voltarem a convidar, já perceberam que não temos qualquer problema nisso, aliás como iremos a qualquer outra Assembleia Municipal que nos convidem". Disse julgar, salvo melhor opinião, que a questão da fiscalização da APIN e "a vertente do bom ou mau funcionamento tem sempre o garante, através da Câmara Municipal porque não só é a Câmara Municipal que é acionista, como são os próprios representantes da Câmara Municipal que têm lugar na assembleia geral e essa questão de acompanhamento está salvaguardada." Sobre a questão do Regulamento, deixará a questão para o Senhor Doutor Rui Simões responder. Sobre o aumento das tarifas disse que sim, que neste último ano, houve de facto o aumento das tarifas, mas que era preciso lembrar que no ano dois mil e vinte e dois não houve alterações de tarifas e que, portanto, por uma questão de obrigatoriedade tinha que haver esta alteração. Pediu ainda que o deixassem recordar que, independentemente da obrigação ou não, o grande problema que aconteceu em muitos concelhos foi precisamente este, as tarifas eram a verdadeira ferramenta que as câmaras tinham na mão e que durante muito tempo não as aumentaram, "quando se deu o caso, o problema ainda foi maior." Disse que essas atualizações "doem a todos, que ninguém gosta de pagar, mas temos que as fazer". Sobre a questão de Penacova disse que "eu aí, precisava de mais cinco horas", mas que se lhe permitissem o que diria é que, neste momento, o processo está nas instâncias próprias e está a ser discutido e "há uma coisa que todos nós temos que perceber: as Câmaras Municipais, as Assembleias Municipais e a constituição destas empresas não têm uma gestão arbitrária, ou seja, eu não posso achar que hoje é uma coisa e amanhã é outra. A constituição da APIN foi sufragada por todas as Câmaras Municipais e por todas as Assembleias Municipais. A partir do momento que uma câmara municipal ou, neste caso, também uma assembleia municipal*

decide o contrário, obviamente tem que responder sobre essa medida." Disse não ter problemas nenhuns em dizer que "ninguém está a prender ninguém. Penacova sairá quando as situações se proporcionem, mas para nós, do concelho da Lousã, Alvaiázere, Ansião, etc, também achamos que não devemos ser prejudicados relativamente a outros que tomem uma posição diferente". Referiu ainda que "quando não há entendimento, é para isso que servem os Tribunais, e o assunto terá o seu termo quando assim se entender." Sobre a questão da sustentabilidade da APIN e sobre essa "questão do simulador, achei curioso, mas de facto não temos um simulador, é uma falha enorme", mas com todos estes números que foi dando e pondo em cima da mesa, não tem problemas nenhuns em dizer novamente que "não, não estamos na situação ideal" e "sim, a APIN continua com problemas de sustentabilidade e provavelmente ainda vai continuar durante mais algum tempo", mas não ter dúvidas nenhuma que, se todos continuássemos a fazer o mesmo que fizemos, "porventura hoje estaríamos pior". Disse não ser da área financeira, mas "pelo menos, esses números ainda consigo ir fazendo". Para terminar e para responder a "se este processo foi um falhanço", "se fosse um falhanço, se eu sentisse, ou se cada um dos senhores presidentes e executivo sentíssemos que era um falhanço, confesso senhor deputado que nós eramos os primeiros a dar o tiro e sair". Disse continuar a achar que é um caminho difícil que temos que fazer, mas não ter dúvidas que esse é o processo. Acrescentou, aliás, não ser por acaso que muitos outros municípios que não se agregaram e fizeram disso um exemplo porque "foram uns heróis porque não se agregaram", curiosamente vemos agora tantas abordagens na tentativa de se tentarem agregar ou a nós ou a outros municípios mais rentáveis, para tentar tirar partido de uma iniciativa que nós já tomámos, difícil, mas que o fizemos. Concluiu dizendo "o caminho está cheio de pedras, temos é que as saber ir tirando". -----

O **Senhor Eng.º Pedro Batalhão** começou por cumprimentar a Senhora Presidente da Assembleia Municipal, o Senhor Presidente da Câmara e restante executivo, os senhores deputados municipais e lousanenses presentes. Disse que ia tentar ser sucinto, responder a algumas das questões e que o seu colega, Senhor Dr. Rui Simões faria o favor de responder às restantes, mas que começaria por dizer essencialmente àqueles que falaram antes que "não vou

AX  
ab

ter tempo com certeza para responder a tudo, mas que a minha primeira intervenção é para dizer a todos aqueles que puseram questões que são pertinentes, da máxima pertinência, que estou disponível, numa data que podemos agendar já, num local que entenderem, para responder a todas as questões, uma por uma, para aquelas que não conseguir resolver agora". Disse que se iria concentrar essencialmente em duas questões que foram suscitadas, tanto pelo deputado Nelson Lopes como pelo deputado João Curvelo. E, "sem qualquer ambição de dar algum tipo de lição", disse que iria tentar centrar-se em algo que é essencial "que vocês aqui falaram, que é a redução de perdas, diminuição dos nossos consumos porque isso pesa-nos na fatura". Disse também que juntaria àquilo que disseram "algo que não falaram". Afirmou agradecer-lhe especialmente que tenham falado na redução de perdas, mas podermos também falar naquilo que é a diminuição das infiltrações no sistema porque disse que "nós falamos sempre nas perdas de água, e nunca falamos nas infiltrações indevidas no sistema que custam tanto ou mais que as perdas de água e pesam na nossa fatura igualmente de uma forma relevante". Continuou a sua intervenção dizendo que, no que à respeito à redução de perdas, "não estamos a falar de algo que seja um tiro curto, acho que todos temos a noção que é um tiro longo, que não é algo que se comece a fazer hoje e que esteja terminado sequer daqui a um ano, todos temos que ter a consciência disso porque essa é a realidade e a verdade." Respondendo a uma questão que foi colocada pelo deputado Nelson Lopes sobre o que estava a ser feito relativamente à redução de perdas, afirmou que a redução de perdas "é um caminho, que tem várias etapas" e que, sem querer estabelecer com o que vai dizer uma ordem de sequência, passa essencialmente por várias etapas: que a primeira era a substituição do parque de contadores e aí ser importante que todos os senhores deputados tenham a noção que a APIN tem mais de sessenta mil contadores, a grande maioria migrou dos municípios com uma idade em que o seu erro de leitura, por si só, aduz uma perda significativa. Disse que uma situação também da máxima importância, é a colocação nesses sistemas, "feitos conforme o estado da arte no momento", muitas vezes sem as ventosas, válvulas, questões de pressão necessárias, o que significa que "os nossos problemas estão cheios de problemas e patologias por fadiga", pelo que, um dos passos "que estamos a

Q  
A  
L

fazer é a colocação de válvulas de redução de pressão e ventosas que são órgãos que têm que ser colocados ao longo do sistema, nos quais é necessário investir e não estamos a fazer isto em dez quilómetros, estamos a falar em fazer isto em cerca de dois mil e novecentos quilómetros de rede, que não vão da Avenida da Liberdade até ao Bairro de Alvalade, vão por todos os locais que os senhores conhecem, que são estes municípios porque, mesmo fora da Lousã, todos têm a noção que as coisas não são diferentes, as nossas condutas estão maioritariamente em ambiente rural, uma coisa é haver uma rotura aqui na avenida principal, em que qualquer um dos senhores passa vê e telefona e outra coisa é existir uma rotura no meio do pinhal e do mato, onde não é fácil neste momento detetar, enquanto este investimento dos tais cinco milhões que aqui já foram falados não estiverem concretizados, só com grande sacrifício e com as equipas de inspeções que criámos, a empresa neste momento tem oito equipas de inspeção de rede a trabalhar diariamente, a detetar fugas com equipamento adequado, equipamento que foi possível adquirir porque houve apoio através do POSEUR para isso." Disse que podia dar um exemplo e que, dos onze municípios que constituíram a APIN, só dois é que possuíam equipamento para detetar roturas antes da existência da APIN. Referiu que "estamos a falar de dois mil e novecentos quilómetros de rede que provavelmente eu terei que vos dizer a seguir que são uma falácia e são uma falácia porque nós hoje conhecemos aquilo que nos é permitido conhecer e os municípios anteriormente conheciam aquilo que conheciam. Todos nós ainda somos, provavelmente, do tempo em que os cadastros era o Senhor António e Joaquim que trabalhavam no setor das águas e eles é que tinham o conhecimento na cabeça. Os Senhores António e Joaquim, foram-se reformando e levaram muito desse conhecimento consigo. Existiram municípios, entre os quais o vosso, a Lousã, que em tempos tiveram o cuidado de fazer cadastro, mas provavelmente alguns desses senhores António e Joaquim já tinham falecido e os cadastros não são perfeitos. O que é que isso significa? Só para vos dar um exemplo, um dos municípios que constitui a APIN pura e simplesmente não tinha nenhum cadastro, ainda que fosse um daqueles cadastros em que qualquer semelhança com a realidade é mera coincidência, não tinha pura e simplesmente e esse município reportava, tal como o deputado João Curvelo falou há bocado, esses números e a ERSAR

Arxi  
Q

recebe e não vem auditar, portanto cada um reporta o que quer." Disse que esse município que não tinha cadastro reportava sistematicamente à ERSAR, há cinco ou seis anos, trezentos e seis quilómetros de rede, "como não tinha cadastro e já foi feito por nós, pegando nos senhores António e Joaquim que já não estavam no município porque quando a APIN entrou o último deles reformou-se, pegando neles, na boa vontade, com a ressalva de ele nos dizer "atenção que eu não conheço tudo, porque quando cá cheguei já havia muita coisa feita que eu não vou descobrir", tínhamos cadastrado trezentos e setenta e seis quilómetros de rede, ou seja, mais vinte e sete por cento". Disse que, "se pegarem neste número, mais vinte e sete por cento e colocarmos em cima dos dois mil e oitocentos quilómetros, a APIN pode ter quase quatro mil quilómetros de rede." Acrescentou que "isto não é algo de irreal e virtual porque todos os dias somos confrontados com pessoas que nos vêm pedir "tire-nos a conduta do meu pinhal" e muitas vezes essas condutas não estão nos nossos cadastros." Concluiu dizendo que "quando nós falamos em redução de perdas, para fazermos uma das coisas que é importantíssima que é pesquisa ativa de fugas, através das tais equipas com o equipamento apropriado, temos que saber onde pesquisar. Se nós não conhecermos o que temos, não conseguimos cumprir essa missão, mas também não adianta ficar quieto e calado, temos é que fazer e avançar, nada é perfeito, vamos ter que fazer algo e estamos a fazê-lo.". Continuou o Senhor Eng.º Pedro Batalhão explicando que a redução de perdas implica a colocação de válvulas de percurso. Disse que muitos destes sistemas pura e simplesmente não têm válvulas e que muitos destes sistemas têm condutas, não sendo o caso da Lousã, que "nós nem conseguimos perceber qual é a classe da pressão e estão a funcionar com pressões que vão dos seis, às vezes, aos dez quilos". Disse que a APIN "não tem uma varinha mágica para substituir todas estas condutas numa semana, nem num ano, nem em dois." Referiu ainda que "há bocado já aqui foi falado pelo Presidente Jorge Custódio o seguinte: neste projeto de eficiência hídrica, cujo investimento são cerca de cinco milhões de euros, estamos a substituir trinta e dois quilómetros de condutas, sendo que desses trinta e dois quilómetros de conduta, cerca de dois quilómetros e duzentos ou dois quilómetros e meio estão na Lousã." Acrescentou que estes trinta e dois quilómetros foram ainda sinalizados pelos municípios que

conheciam o sistema quando a APIN foi criada e que "nós, neste curto período que levamos de operação da empresa", "em dois anos de operação, além destes trinta e dois já sinalizamos mais setenta e cinco, que vamos candidatar, como já aqui foi referido, assim que exista a abertura das candidaturas do ciclo urbano da água, vamos ver se conseguimos apoio para tudo, se conseguirmos, ótimo". Disse serem setenta e cinco quilómetros e perguntou "E com setenta e cinco, fica tudo resolvido?", ao que respondeu negativamente, informando ainda que "Aqueles que aqui estão e tiveram a oportunidade de ter uma cadeira que era "Resistência dos Materiais" sabem que quando nós substituirmos por condutas novas alguns troços de condutas que hoje são problemáticas, vamos ter uma resposta do material imediatamente a jusante". Afirmou que "isto é um caminho que se vai fazendo, caminhando, não é uma coisa que se consiga com um tiro curto resolver, é um tiro longo." Prosseguiu a exposição, afirmando "estamos a fazer remodelação de condutas, além destas que resultam das candidaturas, nós, nos nossos centros operacionais, através das nossas equipas, vamos fazendo substituições de troços de condutas, como já fizemos aqui na Lousã e em diversos locais, estamos a anular as câmaras de perda de carga que são órgãos que foram colocados nestes sistemas de forma indiscriminada em muitos dos municípios e que conduzem a elevadíssimas perdas de água". Disse ser este o caminho. Dirigindo-se mais diretamente ao Deputado João Curvelo, disse "esses números são importantes e muitos deles são muito pertinentes", mas é importante, como já tinha sido referido pelo Presidente Jorge Custódio, perceber que as folhas de cálculo muitas vezes são cegas e a análise que se faz delas, sendo meramente numérica, pode-nos levar a erros diferentes. Disse que o Presidente Jorge Custódio tinha dito que "estamos num ambiente rural", deu o exemplo que é o exemplo "mais básico que podemos dar que é alguém que more em Coimbra ou na Avenida da Liberdade, com a extensão de cinquenta metros de tubo vai-se buscar um prédio que acabou de ser construído e onde vão existir duzentos novos clientes, nós no município da Pampilhosa da Serra, dando como exemplo o município onde o Presidente Jorge Custódio é autarca, provavelmente para servir três pessoas, nalgumas situações, temos que fazer quilómetros e quilómetros de conduta." Referiu que "o desequilíbrio no investimento e que se repercute imediatamente na tarifa

ASX  
Jm

que todos vocês pagam é uma coisa inevitável". O Senhor Eng.º Pedro Batalhão prosseguiu dizendo que fugindo um pouco ao tema da eficiência hídrica "onde quero voltar de seguida" queria aproveitar para fazer uma nota relativa ao indicador das lavagens de contentores, que disse pensar ter sido mencionado também pelo deputado João Curvelo. Disse que se lhes perguntarem se a APIN está a lavar os contentores todos, o número máximo de vezes que poderia lavar, responderá "Não, não está". Se perguntarem se "A APIN está a lavar os contentores seguindo um critério de análise custo/benefício, mantendo a qualidade do serviço?" responde que "Alguns de vocês poderão discordar, eu digo-vos que a APIN pensa que está." Disse que não sabia se cada um dos presentes teria noção de quanto custa uma campanha de lavagem de contentores. Disse que para a APIN seria extremamente fácil mandar fazer doze por ano e ter os melhores números da folha de cálculo, mas não saber se os presentes teriam ideia de quanto é que isso iria penalizar a tarifa que todos pagam. "Estaremos a falar de muitas centenas de milhares de euros, naquilo que é a conta da APIN com repercussão na tarifa que todos pagam". Acrescentou que "se nós quisermos trabalhar meramente para os números, podemos fazê-lo", "nós habituamo-nos a ver alguns municípios, na imprensa nacional, na imprensa regional, na imprensa ligada ao ambiente, todos os anos a receberem prémios por causa das suas boas práticas e por causa dos seus bons indicadores. Alguns desses municípios hoje já não estão sozinhos, estão dentro de entidades gestoras. Portanto, a folha de cálculo e o papel já não são feitas da mesma forma e os números já não podem ser colocados da mesma maneira", "vem ao de cima e provavelmente os prémios que recebiam sozinhos, hoje já não os conseguiriam receber". Para terminar, falando ainda nas perdas, o Senhor Eng.º Pedro Batalhão disse que "muitos destes municípios, apesar de serem abastecidos pelas entidades fornecedoras de água e serviços em alta", "também possuíam captações próprias, que transitaram para a APIN", que para os municípios, a água das captações próprias é algo que lhes compete reportar. E "quando reportam, se reportavam muito, pagavam muito de TRH", pelo que, muitas vezes o reporte que era feito relativamente a tudo o que era captações próprias, não era o correto. Disse que o objetivo era não onerar muito a conta no que tem a ver com a TRH e que isso, por si só, desvirtua

completamente aqueles indicadores que vimos na página da ERSAR ou noutros tipos de rankings. Disse que a APIN está empenhada e que a sua prática operacional e gestão diária *"vai para a resolução dos problemas e essa prática de resolução dos problemas segue o caminho e as etapas que eu, há bocado, foquei. Se me perguntarem daqui a quanto tempo é que temos o problema das perdas resolvido, não sei dizer, nem eu, nem ninguém."* *"Quem vos vier aqui dizer, é no ano tal é tanga, é mentir". "Porquê?", "Este investimento que nós estamos a fazer dos cinco milhões e meio, não é só em reabilitações de condutas de perdas elevadas, é muito mais do que isso. É a instrumentação de todo o sistema, com equipamentos de comunicação, loggers ou data loggers, como queiram chamar, com válvulas que vão, em tempo real, segmentar o sistema da forma que for entendido, para percebermos, através da criação das chamadas zonas de medição e controlo, a água que em cada momento está a entrar no sistema num ponto e a água que está a sair por vários pontos para perceber os troços em que, em cada momento, podemos ter fugas e podermos perceber como é que devemos decidir melhor, no futuro, os nossos investimentos. Depois disso, estaremos preparados para planear e fazer muito melhor e poder dar esse tipo de respostas. No entanto, as perdas nunca serão zero, acho que todos têm essa noção".* Referiu existirem as *"perdas infraestruturais"* que dependem do número de quilómetros de rede, dos materiais dessa rede, do número de ramais que temos associados a essa rede e do número de bocas de incêndio que temos associados a essa rede que provocam sempre, *"mesmo que não haja rotura daquela forma convencional que nós conhecemos a rotura, do tubo rebentado"*, há sempre perdas no sistema nesses pontos críticos e que essas perdas, se forem calculadas *"para os dois mil e novecentos quilómetros que supomos que temos na APIN, o número de ramais e o número de bocas de incêndio que temos, essas perdas cifrar-se-ão sempre na casa dos vinte por cento."* Deu como exemplo a empresa das *"Águas de Coimbra"*, que disse *"estar aqui bem perto"*, que atuava em ambiente urbano e tinha uma vida longa, *"tenham curiosidade de ir ver os dados que reportam relativamente a perdas"*. Dito isto, o Senhor Eng.º Pedro Batalhão afirmou *"não vos vou maçar mais, vou passar a palavra ao meu colega Senhor Dr. Rui Simões, reforçando novamente que estou inteiramente disponível para responder a todas as*

*outras questões que suscitaram, é só agendar um momento.” Agradeceu ainda “a paciência por me ouvirem.” -----*

O **Senhor Dr. Rui Simões** começou por referir ter tomado notas das questões, riscando as que, entretanto, foram respondidas e que, tal como o seu colega, estaria disponível para esclarecer aquilo que não puder ser esclarecido ou ficar mal-esclarecido. Relativamente ao aumento de tarifário, este teve a ver com uma exigência da ERSAR. Referiu que, quando a empresa foi projetada *“foi já com este indicador dos noventa por cento, a margem para nós continuarmos abaixo dos noventa por cento extinguiu-se e este ano tivemos que fazer essa conversão”*. Relativamente à ratificação, disse que a APIN tinha onze municípios, que recebeu dez ratificações, incluindo da Lousã, mas que houve um município que não ratificou, mas que, contudo, não foram identificados, da não ratificação desse município, razões para que tal não ocorresse, pelo que, relembra o tarifário está aprovado via contrato de gestão delegada. Disse estar a falar de uma atualização e essa atualização não carece de aprovação, carece sim de uma ratificação que tem que ser fundamentada e ter sido isso que a viabilizou. Referiu que a ERSAR se pronunciou também nesse sentido, que tiveram dúvidas em como agir num cenário destes que disse *“não ser um cenário antecipável”* e que tinha sido com base nessas dez ratificações e numa não ratificação não fundamentada que foi implementado o tarifário. Sobre as questões do Senhor Deputado António José Gonçalves, relativamente ao detalhe do ativo disse poder afirmar que o valor total de catorze milhões é relativo a obras já realizadas em trinta e um de dezembro e que treze milhões são relativos a fundos comunitários que, à data, tinham por receber. Sobre o valor do passivo disse que estava expresso na apresentação, que era de quarenta milhões. Passando às questões do Senhor Deputado Nelson Lopes sobre a redução das reclamações, disse sim ser um facto que reduziram significativamente. Disse que, no ano dois mil e vinte, a APIN teve dias de receber duas mil e duzentas chamadas e que hoje recebe pouco mais de cem chamadas telefónicas dos clientes. Sobre a evolução das avarias da rede em dois mil e vinte e dois foi de dois mil setecentos e sessenta e dois, valor muito próximo do valor de dois mil e vinte e um. Quanto à questão da divergência entre o custo das vendas e as vendas, disse ser verdade, que no custo das vendas está a compra da água

9  
Axi  
h

em alta, que as vendas incluem apenas a tarifa variável da venda da água. Salientou que no primeiro escalão o custo é abaixo do custo de metro cúbico que a APIN compra a água em alta, pelo que, quem só consome nos primeiros cinco metros cúbicos, não compensa o custo do metro cúbico de água em alta e *"ainda a falta transportar do reservatório até casa das pessoas."* Disse que as contas não se podem fazer assim, desta forma, com esta simplicidade, haver a chamada tarifa fixa que vinha compensar este delta, mas que não está nas vendas, está nas prestações de serviços. Relativamente aos investimentos em curso, já executados ou a executar até dois mil e vinte e três, relativamente à Lousã, afirmou serem três ponto três milhões de euros, que as candidaturas da Lousã estavam todas muito próximo dos oitenta e cinco por cento de fundos comunitários. Ao Senhor Deputado João Santo, sobre qual o passivo, qual o deficit anual, o Senhor Dr. Rui Simões informou que o passivo é na ordem dos quarenta milhões e que o deficit anual foi de um ponto sete milhões de euros em dois mil e vinte e dois, que compara com dois pontos um milhão de euros em dois mil e vinte e um e que em dois mil e vinte a APIN teve resultado líquido positivo. Sobre a intervenção do deputado João Curvelo e em relação ao ponto sobre a acessibilidade física ao nível dos resíduos urbanos, o Senhor Dr. Rui Simões respondeu julgar haver alguma *"informação um bocadinho distorcida"*. Acrescentou querer clarificar que apresentou dados de dois mil e vinte e dois e que os mesmos ainda não estão disponíveis pela ERSAR, que os dados a que o deputado municipal tinha tido acesso eram dados preenchidos em dois e vinte e dois, relativos a dois mil e vinte e um. Disse ainda que, em dois mil e vinte e dois mil e vinte e um, a APIN não tinha sido autónoma na gestão do sistema e que, por esse facto não tinham conseguido apurar *"com a fiabilidade mínima necessária entendida pela ERSAR para completar todos os indicadores"*. Disse que tinham dados para quase todos os indicadores, mas que não apresentavam fiabilidade e que, por esse motivo, nas fichas da ERSAR, esses dados não aparecem. Disse que este ano, por uma questão de requisito do POSEUR, *"apressamo-nos a preencher os dados de dois mil e vinte e dois para não pôr em causa sequer qualquer penalização por parte do POSEUR"*. Passando às questões do Senhor Deputado Joel Fernandes, no que diz respeito ao peso dos tarifários especiais, que disse dividirem-se em tarifários sociais e famílias numerosas, afirmou que

"*não tenho de cabeça*", mas ser um valor muito residual e não ter grande expressão e que os tarifários sociais, para os municípios que os têm, "*rondam sensivelmente dez por cento em termos de número de clientes e, em termos de faturação, não haverá de fugir muito disso*". Passando às questões do Senhor Deputado Santinho Antunes, sobre a questão do regulamento de serviços, disse ter acontecido que a APIN e as entidades gestoras que nascem de sistemas que são geridos de forma individual e passam para sistemas agregados têm um ano para apresentar o seu regulamento de serviços a todas as entidades delegantes. A APIN cumpriu escrupulosamente com esse prazo e remeteu a todas as entidades delegantes, ainda em dois mil e dezanove, o regulamento de serviços e esse regulamento de serviços não foi aprovado por dois municípios. Por não ter sido aprovado por esses dois municípios a APIN não o pode aplicar. O Regulamento existe, a Lousã também o terá, todos os municípios o terão, até já foi publicado em Diário da República, mas nós não o podemos implementar porque ele não está aprovado. Diz o Decreto-lei 194/2009 que "*enquanto esse regulamento de serviços não estiver aprovado, a entidade gestora deve escolher um dos regulamentos dos municípios integrados e nós escolhemos o de Góis*". Foi escolhido o de Góis porque era o mais recente que existia e aquele que mais coincidia com a versão que a APIN submeteu. Disse ser essa a razão pela qual no site está o regulamento de Góis, "*nós escolhemos esse, por ser o mais recente, não estamos a incumprir com nada, simplesmente houve dois municípios que não o aprovaram*". Referiu ainda que devido à questão do processo de Penacova, o regulamento não foi submetido novamente a aprovação. Sobre a questão dos débitos diretos, disse que a APIN não entregou os débitos diretos aos CTT, que herdou débitos diretos por parte dos municípios, "*débitos diretos como tudo o resto*". Com a agregação destes sistemas há uma entidade, cem por cento pública, que passa a gerir o sistema e também tem que gerir a base de dados. Aconteceu que "*nós, à cautela e à salvaguarda, enviámos cartas registadas para todos os clientes que tinham débitos diretos, a informar que a autorização iria passar para a nova entidade gestora e que, caso não concordassem, podiam cancelar esse débito direto*." Disse ter sido este o procedimento recomendado pela assessoria jurídica da APIN e que "*foi isso que fizemos*". Aparecer lá os CTT disse que era uma

questão *"muito técnica"*: foi lançado um concurso público para saber qual era a entidade que iria centralizar os pagamentos, os CTT por via do preço ganharam e não têm forma de alterar *"aquele nome"*, *"nós pedimos, mas todos os clientes dos CTT, aparece no extrato bancário o nome dos CTT e não o da APIN. A APIN tinha todo o interesse que as pessoas identificassem o débito direto associado à empresa, "não faz sentido, é uma tecnicidade que os CTT não nos conseguiram resolver, mas o contrato já estava assinado"*. Relativamente ao IVA afirmou que *"não, nós não nos enganámos"*. Disse estarem conscientes que a questão do IVA é uma mais-valia, não para a entidade gestora, porque todas as mais valias da entidade gestora se refletem nos consumidores. Disse ter acontecido que a autoridade tributária tem uma opinião divergente relativamente às empresas intermunicipais, que a APIN com base nesse parecer que apenas vincula a Autoridade Tributária e não a entidade gestora *"resolvemos alterar o paradigma"*. Disse que há muitas entidades gestoras como a APIN que aplicam IVA no saneamento e não aplicam nos resíduos porque são geridos pela Câmara. Disse que a APIN continua convencida *"que estamos com o entendimento certo"*, que a ERSAR, a tutela e a tutela das finanças têm o mesmo entendimento, mas a autoridade tributária continua a emitir aqueles pareceres. Disse ainda que, entretanto, a APIN já tem um parecer de um escritório de advogados que vai ao encontro daquilo que são as suas orientações e que tenciona, com esse parecer, colocar uma ação contra a autoridade tributária *"no sentido de reaver, de tirar o benefício de não termos deduzido os custos de IVA associados às despesas que fazemos"*. Acrescentou que a aplicação desse IVA será sempre benéfico para os utilizadores e ter sido por isso que iniciaram o processo de cobrança do IVA no saneamento e nos resíduos. Relativamente ao processo da ERSUC disse que, de facto, *"é uma pedra no sapato que nós temos, não era expectável ter aqueles aumentos abissais que, entretanto, ocorreram, quem é acionista da ERSUC não é a APIN, quem tem o contrato de concessão não é a APIN, nós não podemos, nem gerimos esta matéria da questão das tarifas com essa empresa. Apenas lhe entregamos resíduos e pagamos a fatura, mais nada."* Referiu que os municípios acionistas, esses sim, teriam voz ativa naquilo que são as soluções em termos de tarifários, que a APIN já se queixou e continua a queixar-se, que acha que não faz sentido, que

são aumentos colossais. A ERSUC continua a dizer que são obrigados a fazer os aumentos, *"no meu entendimento muito pessoal o modelo de relatório que subjaz à criação da ERSUC não faz sentido"*. O Senhor Dr. Rui Simões disse ainda que podia dar um exemplo muito prático: não fazem expansão dos contentores multimateriais porque não há interesse nenhum, a APIN recebe chamadas a dizer que faltam contentores multimateriais e acha que faz todo o sentido que esse contentor lá esteja, ao lado do contentor de indiferenciados porque as pessoas estão a depositar papel cartão e embalagens no contentor de indiferenciados, mas não há interesse em a ERSUC aumentar a sua rede de ecopontos e *"isso também nos penaliza e quanto mais indiferenciado nós lá colocarmos, maior é a fatura que eles recebem"*. Relativamente ao resultado líquido efetivo, informou ser, em dois mil e vinte e um, dois ponto um milhões de euros negativos e, em dois mil e vinte e dois, um ponto sete milhões de euros negativos. Por último, *"se o passivo vai aumentar em dois mil e vinte e três"*, o Senhor Dr. Rui Simões disse que este setor é um setor de capital intensivo, nomeadamente no período inicial *"em que estamos a fazer extensões de rede, estamos a fazer cinco mil ramais, são muitos quilómetros de extensão de rede e enquanto estivermos num período expansionista em termos de investimento, teremos obrigatoriamente de aumentar o nosso passivo, quanto menos menor e esse menos menor é influenciado pelos fundos comunitários que recebemos e é aí que nós temos que batalhar para ir ao encontro daquilo que foi as expectativas da criação da própria empresa, que esses fundos sejam majorados para entidades agregadas, como a APIN"*. O Senhor Dr. Rui Simões concluiu a sua intervenção, dizendo esperar ter coberto todas as questões, embora não de forma detalhada. -----

O **Senhor Deputado João Curvelo** retomou a palavra para agradecer os esclarecimentos. Disse ter ouvido os argumentos apresentados pelo Eng.º Pedro Batalhão e pelo Presidente Jorge Custódio. Disse que era verdade, que *"isto é um ambiente rural"*, que todos os concelhos da APIN estão inseridos em ambiente rural mas a comparação que fez à média era a média continental e no continente, em Portugal, existem concelhos ainda mais ruralizados, com geografias e relevos ainda piores, por isso não seremos de certeza um sítio com um relevo muito mau e à nossa volta há cidades, em que é muito fácil

g. A. A.

fazer chegar água a casa das pessoas e com conduta. Que, mesmo comparando à média por cluster, que é feito por regiões, o resultado não é assim tão pior, mas continua sempre abaixo da comparação com o cluster. Sobre as perdas reais, disse não ter feito nenhuma crítica às perdas reais, só disse que não sabia. O resultado de dois mil e vinte e dois era o primeiro que apresentava, o de dois mil e vinte e um não apresenta e o de dois mil e vinte só apresentava relativamente aos concelhos. Relativamente aos concelhos, queria dar esse exemplo que tem a ver com o relevo, a Pampilhosa da Serra tem um relevo mais complicado que a Lousã e é um concelho muito maior, apresentava resultados muito melhores que os da Lousã. A questão do relevo não é infalível, nem cega. Por último, disse querer dizer à Senhora Presidente sobre a questão do edital, que não iria intrometer-se nessa questão que teve com o Dr. Santinho, mas que achava que o problema maior não era esse, que o problema maior era "não termos informado o público", que "nós estamos aqui para representar as pessoas, estamos aqui a defender os seus interesses, para esclarecer para elas e não para nós única e exclusivamente, por isso, não está nada preocupado que possa ter recebido mais tarde ou mais cedo, apesar de que posso criticar isso, mas que a minha maior preocupação foi não ter sido dada publicidade. Se não queria colocar no edital, que tem toda a razão, poderia não o ter colocado que não é um ato deliberativo, devia ter dado publicidade porque foi muito importante a presença destes senhores aqui." Por último lugar disse querer evidenciar o que está claro, que esta assembleia não teve todas as condições para esclarecer todas as dúvidas que foram colocadas: "O Presidente Jorge Custódio disse que precisava de quatro horas para falar. O Eng.º Pedro Batalhão disse exatamente a mesma coisa, para nos encontrarmos noutro dia, para falarmos depois, para combinarmos. O que está aqui a acontecer foi uma combinação, só que essa combinação não teve condições absolutamente nenhuma. São oito e um quarto da noite e nós vamos iniciar a nossa sessão na assembleia. Ficou claro e evidente para toda a gente que isto não teve nem pés nem cabeça, nem os senhores puderam esclarecer da forma como queriam, nem nós pudemos fazer mais perguntas, por isso acha triste porque foi passado um atestado de incompetência a esta assembleia e não estou a referir-me a si, Senhora Presidente, não estou a pessoalizar, há uma maioria que a sustenta e é essa

Ad.  
Ch.

maioria que eu culpo, há uma maioria e a vontade dessa maioria deve ser feita, a vontade é que devia ter sido outra." Disse "tenho pena que tenha acontecido aqui, os modos como este assunto foi tratado e se calhar deixamos aqui o convite para virem num formato em que tenham tempo para esclarecer como gostariam e como eu gostaria". Recomendou que "já que são oito e meia da noite e que se vai iniciar agora a Assembleia, eu acho que não há condições para se iniciar uma assembleia às oito e meia da noite, por isso já que a assembleia vai acabar tarde de qualquer maneira, eu acho que se devia fazer uma pausa para as pessoas poderem sair, comer alguma coisa, estamos aqui há muitas horas, vamos estar muitas mais e não é adequado iniciar uma assembleia a esta hora, ao final das horas que já aqui estamos sem comer". -----

O **Senhor Presidente da Câmara** tomou a palavra, começando por dizer que usaram o tempo todo da sessão que, agora, até tinha sido permitido ao Senhor Deputado João Curvelo estar a dissertar sobre o modelo de assembleia, pelo que, afirmou que "tiveram o tempo todo que é necessário" e acrescentou "é triste que haja este tipo de situações". Disse ainda que nem o Senhor Presidente, nem o Eng.º Pedro Batalhão necessitavam de justificação, mas que o Senhor Presidente ao dizer que precisava de quatro ou cinco horas, tinha sido apenas uma força de expressão. Relativamente às comparações, o Senhor Presidente disse querer salientar uma questão que é que a APIN não gere a recolha seletiva que é feita nos municípios, a qual é feita pela ERSUC. Para terminar, disse ainda que o Município da Lousã não injetou dois milhões de euros na empresa e, de acordo com aquilo que tinha sido enunciado, quer pelo Presidente Jorge Custódio, quer pelo Senhor Dr. Rui Simões, os prejuízos de dois mil e vinte e um, foram um vírgula sete milhões e, de dois mil e vinte dois, dois virgula um milhões e que o município supriu esse défice naquilo que é a percentagem de participação no capital social e, portanto, números redondos, o valor que a Câmara Municipal assumiu relativamente a este défice foram setecentos mil euros. Dizer-se "que a Câmara Municipal já injetou dois milhões de euros é, no mínimo abusivo referir se esse montante." O Senhor Presidente acrescentou ainda que o senhor Presidente Jorge Custódio referiu o valor médio do défice, mas que, no ano de dois mil e dezanove, o valor do défice suportado pela Câmara, quando geria

diretamente o sistema, era bem superior ao valor que foi referido, *"conforme também já várias vezes aqui foi evidenciado nesta Assembleia, sempre que este tema é falado"*. O Senhor Presidente agradeceu ao vogal do Conselho de Administração, ao Senhor Dr. Rui Simões e ao Senhor Eng.º Pedro, a apresentação e a informação detalhada que fizeram relativamente às questões que foram colocadas. Referiu ser importante que exista esta informação e este esclarecimento relativamente ao funcionamento da APIN, aos princípios e objetivos subjacentes à sua criação e aos objetivos para o futuro e também ter-se, pela voz de outras pessoas, aquilo que são os desafios, as dificuldades *"que todos sentimos relativamente à constituição, ao desenvolvimento e a concretização desses mesmos objetivos. Muito obrigado."* -----

A **Senhora Presidente da Mesa** agradeceu ao Senhor Presidente e disse faltar também prestar os seus agradecimentos, em nome da Assembleia Municipal, pelo facto de se disponibilizarem, *"para estarem aqui a esclarecer todos os deputados numa forma exaustiva"*. Disse não ter ficado nenhuma questão por responder, *"até reforçaram, muitas das vezes, as questões que foram aqui levantadas e por isso muito obrigada pela vossa disponibilidade e pela forma como se apresentaram perante a Assembleia."* Continuou dizendo que ia ser dada continuidade à reunião, começando com a apreciação e votação da ata da reunião do dia vinte e sete de abril, a qual foi aprovada por unanimidade. Não participaram na votação os membros que dela não fizeram parte. -----

A **Senhora Presidente da Mesa** apresentou ao plenário uma proposta do Executivo Municipal com carácter excecional, pontual e urgente com base no nº 2 do artigo 50º do Regime Jurídico aprovado pela Lei 75/2013, de 12 de setembro, a fim da Assembleia Municipal deliberar, a título excecional e extraordinário, tendo em consideração as circunstâncias que estão previstas no ponto nº 3 do artigo 20º do Regimento da Assembleia Municipal, a inclusão de um ponto na Ordem de Trabalhos. A inclusão seria a emissão de pronúncia sobre a correção da carta administrativa oficial de Portugal, nos termos da alínea r) do número um do artigo 25.º do Regime jurídico aprovado pela Lei 75/2013, de 12 de setembro. A Senhora Presidente da Mesa referiu que *"para*

uma melhor contextualização" passaria seguidamente a palavra ao Senhor Presidente, para complementar o enquadramento, nos termos do qual "no dia vinte e um de junho recebi um ofício e já vou passar a ler, um ofício do Senhor Presidente da Câmara Municipal de Góis a solicitar pronúncia desta Assembleia, no prazo de dez dias, sobre a deteção de incorreções nos limites administrativos entre o território do concelho de Góis, já aprovado por deliberação na Assembleia Municipal de Góis e também da Câmara Municipal de Góis, e que pretende introduzir as adequadas correções devidamente justificadas. Mais informa que findo o prazo acima referido os dez dias este município, no princípio da defesa dos seus interesses, efetuará os procedimentos subsequentes para continuação do processo, de acordo com o que se encontra legalmente estabelecido." Acrescentou ter recebido o ofício "na semana passada, encaminhei ao Senhor Presidente que obviamente, tendo em consideração o timing que vem aqui referido, referiu que teríamos que nos pronunciar hoje, nesta Assembleia." A Senhora Presidente disse saber que o pedido tinha a ver com os limites na área e zona do Cabril, onde se alegavam incorreções nas cartas militares. Passou depois a palavra ao Senhor Presidente da Câmara. -----

O **Senhor Presidente da Câmara** procurando ser sucinto disse que, de facto, tinha sido no dia vinte e um, "que recebemos esta comunicação do município de Góis". Disse que o processo já tinha algum tempo, que diria pelo menos desde dois mil e dezanove, onde existiram diligências do município de Góis relativamente a possíveis alterações relativamente aos limites administrativos de cada um dos concelhos. Acrescentou que o objetivo, ou melhor, a situação que tinha sido exposta ao município da Lousã, nessa altura, era muito concreta e objetiva e nesse sentido foram feitas algumas diligências, nomeadamente até visitas de campo com representantes de dois municípios e, no que diz respeito ao concelho da Lousã, também da freguesia de Serpins. Nessas visitas foram feitas verificações e análises e foi tido um determinado entendimento. Depois dessas diligências, o município de Góis fez chegar ao município da Lousã um pedido que já não era circunscrito a essa situação, mas que englobava outras, nomeadamente, o espaço, a zona que a senhora presidente referiu do Cabril do Ceira. Afirmou que, portanto, "quando chegou

essa comunicação" o município da Lousã entendeu que a comunicação não estava em consonância com aquilo que estava definido e relativamente a essa questão específica nova, nomeadamente a zona do Cabril do Ceira, o município da Lousã discordou fundamentadamente do entendimento. Posteriormente a situação ficou parada, também por causa da pandemia e, depois, da alteração existente em Góis resultante das eleições autárquicas. O atual executivo de Góis retomou recentemente o processo, estabeleceu conversações com a Câmara Municipal e ficou presente que, de facto, as situações eram distintas e que poderia existir abertura do Município da Lousã, caso os pedidos fossem distintos, também. O município de Góis entendeu manter o pedido nos termos em que tinha feito e o município da Lousã entendeu que, nos termos em que estava, o pedido não poderia ser feito viabilizar. A situação ficou nesses termos e, *"também no dia vinte e um, recebemos a comunicação do Município de Góis, nos termos em que a senhora presidente já aqui referiu"*. Analisado o processo pelos serviços municipais, nomeadamente pela divisão de urbanismo, que tem competência nesta área, em termos dos fundamentos do pedido, foi emitido entendimento dos serviços que deveria existir a pronúncia e ser nesses termos que pedimos à Senhora Presidente da Assembleia que colocasse à consideração da Assembleia a inclusão do ponto para cumprirmos o prazo que está estabelecido e respondermos ao município de Góis, dentro desse prazo. O Senhor Presidente acrescentou que isto implicaria que o próprio município da Lousã se vá pronunciar enquanto órgão, posteriormente a própria Assembleia Municipal, porque reuniremos na próxima segunda feira. Disse ainda *"propomos é que seja uma pronúncia negativa em função daquilo que já referi e em função da discordância que apresentamos e que é fundamentada com base em vários elementos existentes e de instrumentos válidos de gestão e ordenamento do território."*

---

**A Senhora Presidente da Assembleia Municipal** colocou à votação a inclusão de mais um ponto, o qual seria o ponto dezasseis: "Pronúncia sobre a correção da Carta Administrativa Oficial de Portugal, nos termos da alínea r) do número um do artigo 25.º do Regime Jurídico aprovado pela Lei 75/2013, de 12 de

setembro, que foi aprovado por unanimidade. Assim sendo, a **ORDEM DE TRABALHOS** passou a ter a seguinte redação:-----

**1** - Apreciação de uma informação escrita do Senhor Presidente da Câmara sobre a Atividade Municipal bem como da situação financeira; -----

**2** - Apreciação e votação da 1.ª alteração ao mapa de pessoal do ano 2023; -----

**3** - Apreciação e votação da organização dos serviços municipais; -----

**4** - Apreciação e votação da prestação de contas consolidadas do ano 2022; -----

**5** - Apreciação e votação da revisão ao Orçamento n.º 2 e da revisão às Grandes Opções do Plano n.º 2 do ano 2023; -----

**6** - Apreciação e votação da alteração da Tabela de Taxas e Preços Municipais anexa ao Regulamento das Taxas e Preços Municipais - no que diz respeito à sua adaptação ao novo Regulamento de Ação Social Escolar; -----

**7**- Apreciação e votação da retificação do Regulamento de Concessão de Apoios a Instituições que exercem funções de interesse municipal no domínio da proteção civil; -----

**8** - Apreciação e votação da minuta de adenda n.º 2 do Auto de transferência de recursos no âmbito da transferência de competências do Município da Lousã para a União de Freguesias de Foz de Arouce e Casal de Ermio, ao abrigo da Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto; -----

**9** - Apreciação e votação da minuta de adenda n.º 2 do Auto de transferência de recursos no âmbito da transferência de competências do Município da Lousã para a Freguesia das Gândaras, ao abrigo da Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto; -----

**10** - Apreciação e votação da minuta de adenda n.º 2 do Auto de transferência de recursos no âmbito da transferência de competências do Município da Lousã para a União de Freguesias de Lousã e Vilarinho, ao abrigo da Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto; -----

**11** - Apreciação e votação da minuta de adenda n.º 2 do Auto de transferência de recursos no âmbito da transferência de competências do Município da Lousã para a Freguesia de Serpins, ao abrigo da Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto; -----

**12** - Apreciação e votação do Regulamento Municipal de Emergência Social; -----

**13** - Apreciação e votação do regulamento de Ação Social Escolar; -----

**14** - Apreciação e votação relativa à autorização da concessão de utilização privativa do domínio público para instalação e exploração publicitária (através de outdoors) no concelho da Lousã; -----

**15** - Apreciação e votação do Plano Municipal para a Igualdade e Não discriminação. -----

**16** - Pronúncia sobre a correção da Carta Administrativa Oficial de Portugal, nos termos da alínea r) do número um do artigo 25.º do Regime Jurídico, aprovado pela Lei 75/2013, de 12 de setembro. -----

**PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA:** -----

Dando continuidade à reunião a **Senhora Presidente da Assembleia Municipal** informou, no período antes da ordem de trabalhos, que tinham dado entrada duas moções que disse, oportunamente, terem sido remetidas a todos os membros. -----

**1.** Moção "Pela melhoria das acessibilidades do Concelho da Lousã", apresentada pelo Grupo Municipal do Partido Socialista. -----

Sobre esta moção, tomou a palavra o **Senhor Deputado Marco Sequeira** que disse que, de forma resumida, a moção ia ao encontro daquilo que, tanto o Partido Socialista da Lousã, como a Juventude Socialista da Lousã têm vindo a defender, que "*todos nós sabemos da importância que a Estrada Nacional 17 tem para a Lousã e para a região*", que, fruto do trabalho que tem sido realizado por parte das Autarquias, do estado central, das empresas e dos agentes locais, "*a atratividade da Lousã, e também dos concelhos do interior da região de Coimbra, tem vindo a aumentar e conseqüentemente o tráfego nesta estrada nacional também.*" Disse ainda ser "*do conhecimento de todos, quando as condições climatéricas se agravam, não somente no inverno, a circulação na via é extremamente dificultada e, em alguns momentos, torna-se intransitável, colocando em risco a segurança dos seus utilizadores.*" As respostas que têm vindo a ser dadas para a resolução destes problemas, nem sempre são as mais eficazes, sendo necessária uma intervenção efetiva nos taludes ao longo do troço e não apenas limitarem-se a pequenas intervenções como é o exemplo da colocação de baias de proteção, as quais, em primeira instância, não resolverão o problema de fundo, estreitam a via e condicionam ainda mais o fluxo de tráfego. Ao nível

AX  
02  
Q

da sinalização, vertical e horizontal, disse que era necessária uma efetiva melhoria, nomeadamente, ao nível das marcações rodoviárias, as quais "na sua grande maioria já não são visíveis", o que afirmou condicionar o tráfego e colocar em perigo a segurança dos seus utilizadores, essencialmente à noite, quando existem períodos de intenso nevoeiro. Face aos mencionados argumentos, "o Grupo Municipal do Partido Socialista vem por este meio, solicitar às entidades competentes que tomem medidas eficientes em relação às condições do traçado anteriormente referido, promovendo uma intervenção estrutural com vista a solucionar definitivamente os graves problemas de segurança rodoviária que afetam esta Estrada Nacional." O Senhor Deputado Marco Sequeira referiu ainda que a Estrada Nacional 17 muitas das vezes já não dava resposta, a vários níveis, às necessidades da mobilidade da região, sendo necessária uma alternativa que corresponda às expectativas e necessidades destas populações que confira condições adequadas de competitividade a vários concelhos que, não obstante as diversas dificuldades relacionadas com as acessibilidades a Coimbra e ao IP3, continuam a apresentar uma relevante atividade económica. Disse ser certo que "têm existido avanços relativamente a esta solução", mas que, no entanto, "dada a relevância que este projeto tem para os concelhos do interior e para a Região de Coimbra, é necessário que se reúnam todos os esforços para que o mesmo seja prioritário e se concretize com a maior celeridade possível." -----

Seguidamente foi dada pela Senhora Presidente da Assembleia Municipal a palavra ao **Senhor Deputado Rui Morais** que, após cumprimentar a Senhora Presidente, o Senhor Presidente, os senhores vereadores, e todos os deputados municipais, disse: "as duas moções de hoje, tanto a do PSD como a do PS, são gémeas, mas são falsas, falsas fisicamente e sobretudo na sua idade. Fisicamente, pois, ao contrário da moção do Partido Socialista, a moção apresentada pelo PSD, "Mobilidade +" apresenta propostas, sendo a sua gémea falsa, mais parecida com um artigo de opinião, porque não vi nenhuma proposta. Pela idade, por já ser uma intervenção do PSD desde mil novecentos e noventa e sete." Acrescentou que o PS tenta juntar-se ao PSD em algumas propostas quando nada acrescenta, que "no que respeita a propostas reais para o cidadão comum, o PSD fez, faz e continuará a fazer,

As  
h  
e

propondo alternativas que não vão só relativamente a A13, à Nacional 17 e à ligação Padrão Serpins, como está descrito na nossa moção e que, na falta de propostas na moção que consideramos um artigo de opinião, não votaremos contra, mas também não votaremos a favor de um artigo que devia ter sido apresentado no Trevim e não aqui.". Dirigindo-se ao Deputado Joel Fernandes, disse que trazia consigo "um boletim de filiação no PSD", "que o senhor, enquanto líder da bancada socialista, pode guardar como recordação e incentivo caso o deseje, ou então, se realmente quiser apresentar medidas sérias e exequíveis e não artigos de opinião, assinar. O "É Hora de Mudar" continua e o grupo socialista da Lousã também está a tempo. Muito obrigado." -----

A moção pela "Melhoria das acessibilidades do Concelho da Lousã" foi Aprovada com 17 (dezassete) votos a favor, 16 (dezasseis) do PS e 1 (um) do Bloco de Esquerda e 6 (seis) abstenções da Coligação do PPD/PSD-CDS/PP "É Hora de Mudar", quando se encontravam presentes vinte e três membros na sala (doc. nº 1 (um)); -----

**2. Moção "Mobilidade +" apresentada pelo grupo Municipal do PPD/PSD – CDS/PP** -----

O **Senhor Deputado Rui Morais** disse que, dado o envio das moções que acreditava terem sido alvo de análise, faria uma breve nota ao invés de ler exaustivamente a moção do nosso grupo PPD/PSD-CDS/PP. Assim afirmou que "a mobilidade no concelho da Lousã é mais um dos parentes pobres que afeta os nossos municípios. O grupo municipal coligação PPD/PSD-CDS/PP "É Hora de Mudar" vem, através desta moção, evidenciar a necessidade de fazer mais pela mobilidade e acessibilidade lousanenses, tendo em conta que este território se viu, nos últimos anos, privado do Sistema de Mobilidade do Mondego, da alternativa à Estrada da Beira, Estrada Nacional 17, proposta do PSD como já disse, desde mil novecentos e noventa e sete, mas que não teve resolução até ao momento, e de uma ligação digna ao IP3 e A13". Acrescentou que "nesta senda, o melhoramento dos serviços de transportes públicos é um dos pontos mais importantes, assegurando a acessibilidade e proximidade das pessoas aos serviços e trabalhos", pelo que propunham: Diversificar a oferta de transporte nos transportes públicos, não só no que diz respeito aos horários e rotas, mas também ao número de veículos a circular,

As  
es

nomeadamente, entre freguesias e para as zonas industriais da zona industrial de Alto do Padrão; A ligação condigna às freguesias, nomeadamente a Serpins, seja ela paralela do Metrobus ou pela continuação da Estrada Nacional 342, passando pelo Prilhão e pelo polo industrial de Serpins, permitindo chegar a Serpins em poucos minutos e servindo de canal de entrada da Lousã por parte das pessoas vindas de concelhos vizinhos como Góis e Arganil; Concretizar as obras de ligação entre Serpins, Coimbra e Metrobus o mais rápido possível; O fim imediato das portagens na autoestrada A13, na ligação Coimbra - Chão de Lamas/Miranda; Decidir enviar esta proposta a sua excelência, o Presidente da República, ao Senhor Presidente da Assembleia da República, ao Senhor Primeiro-Ministro, à Senhora Ministra da Coesão Territorial e à Comunicação Social. -----

Neste ponto inscreveu-se o **Senhor Deputado Joel Fernandes**, dirigindo-se ao Deputado Rui Morais, dizendo que considerava que *"o humor é uma das formas mais sublimes da inteligência"*, mas que tinha que lhe dizer que *"por dois motivos não posso preencher: primeiro, porque já me foi oferecida uma ficha, na altura, no Bar Laranja, em Coimbra, e eu, por motivos ideológicos, não aceitei e, segundo, como percebeu, já está preenchido o grupo municipal e eu, individualmente, não poderia participar"*. Reiterou que *"por esses dois motivos, mas principalmente pelo ideológico"* *"não vou poder aceitar, mas agradeço"*. Em segundo lugar, o Senhor Deputado disse que, do que tinha entendido da intervenção passada, e que achava não estar a cometer nenhuma inconfidência, houve aqui uma tentativa de conjugar moções e que tal não tinha sido possível. Disse ser assim, que umas vezes é possível e que, outras vezes, não e que *"trouxemos as duas à apreciação desta Assembleia Municipal, o que politicamente é legítimo e democrático"*. Em relação à moção em si, disse que a proposta que fizeram de conjugar moções, um dos argumentos, uma das razões que dizem ter apresentado era de que *"concordamos com alguns dos pressupostos da vossa moção, a questão do incremento da mobilidade e das melhorias da mobilidade, seríamos tolos se não fizéssemos"*, mas haver pressupostos com os quais não concordavam. Referiu ser, em certos assuntos, contra procedente, *"neste momento, quando ainda há estudos a decorrer"*, *"e há um concurso sobre transportes a decorrer neste momento na CIM, que até sabemos os*

contratempos que teve, devido também ao aumento dos custos e sobre o qual a Câmara Municipal até já tomou uma posição, com a qual o Grupo Municipal do Partido Socialista da Lousã também se solidariza." Acrescentou ainda o Senhor Deputado que "um dos pressupostos é a questão da implementação do Metro Mondego", sobre o que disse "sabemos que há um calendário definido e o calendário vai ser, esperamos, vamos continuar diligentes, como temos feito até agora, cumprido." Na questão das portagens, afirmou haver mesmo diferenças de opiniões. Disse "nós não acreditamos que seja exequível eliminar as portagens". Afirmou antes acreditarem e, já o terem defendido também publicamente, "numa reavaliação do valor das portagens, numa discriminação positiva para os territórios de baixa densidade" O Senhor Deputado concluiu dizendo que foram estes os pressupostos e que iriam as duas moções, afirmando "E democrático e neste caso, o grupo municipal do PS irá votar contra por base nestes pressupostos, não contra o pressuposto princípio".

A moção pela "Mobilidade +" foi reprovada com 16 (dezasseis) votos contra, 1 (um) abstenção do Bloco de Esquerda, 7 (sete) votos a favor da Coligação do PPD/PSD-CDS/PP "É Hora de Mudar". (doc. nº 2 (dois)); -----

Continuando a reunião no período antes da ordem do dia, foram realizadas as seguintes **Inscrições**: António José Gonçalves, Rui Morais, Daniela Santos, Santinho Antunes, Maria Antunes, João Curvelo, Patrícia Ramalheiro, Margarida Correia e Nelson Lopes. -----

O **Senhor Deputado António José Gonçalves** interveio, começando por dizer que a coligação "É Hora de Mudar" se demarcava, repugnava e condenava os atos de vandalismo que tinham vindo a público com pinturas nas paredes, "arrasando" o nome da Câmara Municipal, bem como da família Antunes. Disse também que, para os mais novos, "estas eram as redes sociais do pós 25 Abril, portanto, seria um lado negro no 25 de Abril pintar paredes e, com dizeres às vezes menos bem." Aproveitava para dizer que às sete horas e trinta minutos da manhã, no muro do Parque do Regueiro, estava umas dessas frases e às dez horas da manhã já estava tudo devidamente pintado. Disse o Senhor Deputado que gostava de dar os parabéns à rapidez com que a Câmara Municipal deu resposta a esta situação, mas só ter pena que "há aqui tanto assunto que o senhor presidente da Câmara já assumiu que realmente está

As  
C  
g

mal, mas continuam as coisas por fazer." Disse que passaria a dar o exemplo de algumas coisas e indicou: "A estrada para a Senhora da Piedade, ainda há bocadinho lá fui, estava um autocarro estacionado que foi virar ao castelo." Disse já ter falado nesta situação, haver uma parte em que a estrada está para cair, nitidamente, está sinalizada e afirmou não estar a ver que o Senhor Presidente faça alguma coisa. "Os passadiços estão com um troço cortado há muito tempo. Também lhe peço rapidez, a mesma rapidez que veio pintar os muros, rapidez para reparar, portanto, os passadiços". Acrescentou "As janelas da câmara, Senhor Presidente, as janelas da Câmara, como é que estamos com essa situação?", "O jardim da Câmara, Senhor Presidente, há dias passou nas redes sociais uma fotografia antiga da Câmara Municipal, com os jardins como deve ser e uma agora atual, para os mais atentos, pode-se ver que o jardim está completamente deplorável." Continuou o Senhor Deputado a sua intervenção dizendo que o Senhor Presidente, há dias, tinha recebido umas crianças, crianças que disse estarem "manipuladas por adultos", que vieram fazer uma manifestação a favor do ambiente. Disse que "o jardim é que não estava bem", que ao outro dia, "o Senhor Presidente parece que teve vergonha e mandou limpar, com uma roçadora". O Senhor Deputado acrescentou: "mandou limpar, mas que isso não é suficiente, nós queríamos e o senhor já assumiu que aquele jardim era para remodelar". O Senhor Deputado disse ainda que faltavam cinco bolotas nos cones de pedra e que só um é que tinha. Perguntou o Senhor Deputado: "Porque é que eu falo tanta vez nos jardins da Câmara?" Respondeu que "o Jardim da Câmara deveria ser o ex-líbris deste concelho e está tão maltratado, tão maltratado, tão maltratado que a mim confesso que tenho vergonha. Tenho vergonha daquele jardim que o senhor teima em não arranjar." Disse ainda o Senhor Deputado não concordar com os retalhos que o Senhor Presidente manda fazer e que se ficam a notar, no centro da vila. Questionou também "como é que está a situação da Quinta das Nogueiras? Já está resolvida? O Clube Recreativo de Vilarinho já está resolvido?". O Senhor Deputado afirmou que isto são tudo situações que se arrastam de assembleia em assembleia e que o Senhor Presidente, se quisesse, se tivesse "boa vontade, como fez com os muros, também resolvía". -----

O **Senhor Deputado João Curvelo** tomou a palavra para fazer uma referência às comemorações do feriado municipal, para deixar uma palavra de congratulação e disse querer fazer uma recomendação: *"Parece que encontrámos um espaço muito bom para se fazerem muitas atividades no concelho, especialmente as reuniões da Assembleia Municipal. Creio que a sala do Museu Carlos Reis tem o espaço, tem as condições e a dignidade que uma assembleia municipal deve ter para ser realizada e por isso queria deixar aqui a nossa recomendação para que, uma vez que as reuniões da Assembleia não são sistematicamente itinerantes, se pudessem fazer lá, parece-nos um excelente espaço."* -----

A **Senhora Presidente da Mesa** agradeceu a sugestão e disse ser, de facto, um magnífico lugar, passando a palavra à Senhora Deputada Patrícia Ramalheiro.

A **Senhora Deputada Patrícia Ramalheiro** começou por saudar a mesa da Assembleia Municipal, na pessoa da Senhora Presidente, o Executivo da Câmara e os Senhores Vereadores, colegas presentes, juntas de Freguesia e Presidentes de Juntas de Freguesia, Comunicação Social e munícipes e colaboradores da autarquia. Disse não poder deixar de passar uma mensagem, tendo em consideração estarmos no *terminus* de um ano letivo, realçando *"continuamos com boas práticas na área da educação e isso é muito saliente no nosso concelho."* Disse que *"Temos muitos projetos a serem desenvolvidos e citando alguns deles, como por exemplo, "Crescer Feliz na Escola" do Programa Mindfulness ou "Realiza.te" e "Imagine. Create. Succeed.", do "Futuro é teu", um concurso intermunicipal promovido pela CIM, direcionamos a nossa atenção para todo um trabalho exigente, mas desafiante, que a autarquia tem vindo a desenvolver com o Agrupamento de Escolas da Lousã, em prol da melhoria da qualidade de ensino e educação junto dos nossos jovens e crianças do nosso concelho."* Acrescentou que, *"independentemente de sabermos que foi um ano que teve algumas intempéries, a nível de muitas situações que culminaram, em alguma situação de greves e afins dos nossos professores", sobre o que expressou "continuamos também com eles nessa luta e em prol da solidariedade das suas reivindicações", "continuamos a dizer que o balanço é positivo, ou seja, quando somos reconhecidos, quer a nível concelhio, quer a nível municipal também, mas também a nível nacional e internacional, com as boas práticas*

e políticas implementadas, por exemplo, na área da juventude, como é exemplo disso, o selo municipal amigo da juventude, que teve cinco estrelas, a representação dos nossos jovens tem sido muito evidente e isso leva nos a dizer que continuamos a ter um bom trabalho neste sentido." Referiu ainda a Senhora Deputada que "a Marcha do Ambiente foi um sinal de que, de facto, temos as nossas escolas, as nossas crianças e jovens, todos em prol de boas práticas e sustentabilidade, neste concelho". Continuou, fazendo referência à "questão da literacia emergente, temos feito muito trabalho com a intervenção, por exemplo, da equipa multidisciplinar da autarquia que, em Serpins, teve a possibilidade de realizar no espaço Cura as sessões "Ler com crianças", ou seja, continua a ser uma das nossas principais áreas de intervenção a literacia". A Senhora Deputada prosseguiu a sua intervenção, realçando iniciativas, "como por exemplo, a educação, a importância da educação rodoviária em parceria com ACP Kids, que também continuamos a desenvolver junto do pré escolar, iniciativas de promoção, das boas práticas rodoviárias, de educação rodoviária e a questão da envolvência dos pais e dos jovens e das crianças no programa Mindfulness, que tem atividades promotoras da saúde mental, um problema tão emergente nos dias de hoje, onde também têm sido implementadas muitas atividades, quer em meio escolar, quer com a comunidade local." Disse ainda dar "os meus parabéns e damos os nossos parabéns ao agrupamento de escolas, porque conseguiu ficar no sexto lugar no posicionamento do ranking nacional das escolas e isso é muito bom para o concelho." Salientou "Estamos a melhorar dia a dia e estamos a dar passos evidentes neste concelho na questão das notas, da melhoria de notas". Disse que "importa é continuarmos a valorizar e a desenvolver um trabalho em rede que fomente a partilha de boas práticas e a troca de experiências pedagógicas, adequando a oferta formativa aos desafios e respondendo as necessidades da nossa população mais jovem." ---

O **Senhor Deputado Rui Morais** disse que, antes da sua intervenção, queria fazer uma nota nos termos da qual afirmou ter sido batido "o recorde de público presente. Eu acho que já é um recorde. Tivemos quatro pessoas." Seguidamente referiu-se ao tema "Habitação" sobre o que afirmou que "a habitação ou a falta dela é algo que merece da nossa parte toda a atenção e a observação constante e factual." Disse que sobre este tema, no passado

dia quinze de junho de dois mil e vinte e três, o colega deputado e secretário-geral da Juventude Socialista da Lousã, Marco Sequeira, por quem afirmou ter todo o respeito, escreveu no Trevim o que passou citar: "A habitação, para além de um direito constitucionalmente consagrado é um dos grandes pilares da qualidade de vida em sociedade e, no caso dos jovens, é crucial para a sua emancipação". Disse "eu não posso concordar mais com este parágrafo", subscrevendo igualmente o que o colega refere: "O aumento dos preços e as dificuldades no acesso ao crédito são uma dificuldade acrescida para os jovens, levando, assim, a que saiam cada vez mais tarde de casa dos pais. São necessárias políticas públicas assertivas que contribuam para regular o mercado, sem travar o investimento privado". Disse lembrar ainda que, "à semelhança do que já tratei nesta Assembleia Municipal, de nada vale ver e rever as medidas de habitação, a criação de mais habitação quando os impostos são altíssimos, superiores, muitas vezes, às grandes cidades, como acontece na Lousã." Continuou o Senhor Deputado, dizendo que, como já tinha dito e reiterava, "sem qualquer tom de ironia, com todo o respeito pelo colega Marco Sequeira," ainda que publique um artigo com algumas pitadas de pura demagogia, vindo a ofuscar a realidade quando diz que "apesar das dificuldades, nestes anos de governo do PS, o direito à habitação tem sido uma prioridade e está em marcha o seu investimento mais estruturante, continuaremos a lutar pelo direito à habitação." O Senhor Deputado Rui Morais afirmou dever lembrar, "antes que Vossas Excelências utilizem o típico argumento que a culpa é do Passos Coelho" que, nos últimos vinte e sete anos o Partido Socialista governou vinte e que bastava compreender uma lógica de proporcionalidade. Continuou "não é novidade dizer que Portugal e em Portugal há um problema sério na falta de habitação e, sobretudo, na falta de habitação acessível. A falta de habitação é só mais um empurrão que os jovens não precisavam para sair da Lousã. Infelizmente, a Lousã não está capaz nem de assegurar a minha fixação, muito menos das gerações que virão da minha. Desde dois mil e dez, Portugal caiu numa crise de oferta com a construção de novas casas a decair cerca de oitenta e cinco por cento ao longo das últimas décadas." Afirmou o Senhor Deputado que para ser mais breve, evitava dar aqui os dados, mas que poderia enviá-los se assim entendessem, mas que "como estava a dizer, senhor deputado Marco

Sequeira, a governação socialista falhou e continua a falhar numa gritante incapacidade de execução da solução de PowerPoints, prometem milhares de casas e milhares de milhões de investimento quando os portugueses não vivem em casas de papel. É preciso passar do PowerPoint para o Excel e do Excel para obra real. Falharam redondamente os anunciados programas de arrendamento acessível, renomeado depois de "Programa de Apoio à Renda", "Chave na Mão" "habitação vitalícia". Acrescentou que o Fundo Nacional de Reabilitação do Edificado, consumiu milhares de milhões e passados sete anos, não produziu uma casa e que, "curiosamente, os programas de habitação que apresentam de longe a melhor execução são os das regiões autónomas da Madeira e dos Açores, com treze e dezoito, respetivamente, em conjunto, cerca de 30 milhões, ou seja, um terço do total da execução". O senhor deputado disse que há uma "completa falta de rumo, inconstância e instabilidade, em navegação à vista, com medidas de curto prazo, sem cuidar dos efeitos a médio e longo prazo". Afirmou que "demostraram uma incapacidade, agravam o problema e prejudicam fortemente a atração de investimento que, sendo o longo prazo, carece de estabilidade, de confiança nas expectativas. As mudanças na orgânica da habitação, num curto prazo de um ano, são uma manifestação simbólica de instabilidades ainda mais substanciais." Deu como exemplo a "sucessão de contra reformas ao longo dos sete anos de governação socialista de António Costa, que, tal como noutras áreas, prejudica o ambiente do investimento e o funcionamento do mercado de habitação e arrendamento." Disse ainda poder dar um outro exemplo, que "em novembro, aprovaram um Programa Nacional de Habitação e foi depois, no Parlamento, na Assembleia da República, aprovado no mês de janeiro, sem novidade e que replica programas anteriores e menos de três meses depois, deitam tudo abaixo e refazem tudo." Para concluir, o Senhor Deputado Rui Morais afirmou "o PSD assume que há uma necessidade de solidariedade e redistribuição da nossa sociedade, mas esse papel deve ser realizado pelo Estado, através dos seus mecanismos preferencialmente orçamentais e fiscais e não ser imposto continuamente aos proprietários". Disse ser "iníquo e ineficiente, levando ao desinvestimento e degradação do parque habitacional, com prejuízo de médio e longo prazo para os governos e a sociedade em geral. O PSD tem

orgulho de ter sido, na sua história, responsável pelo maior programa de habitação pública na história democrática portuguesa, com um Programa Especial de Realojamento de mil novecentos e noventa e três, que criou habitação para mais de cento e oitenta mil pessoas, mas também por ter devolvido dinamismo à reabilitação urbana e à revitalização dos grandes centros das cidades, com as reformas de dois mil e doze e dois mil e quinze. Após sete anos de governação socialista, os jovens portugueses são os últimos a sair de casa, nos índices da Europa, com trinta e três virgula seis anos, face aos vinte e seis virgula cinco anos da União Europeia. Em mais sete anos de governação socialista, a idade média aumentou quatro virgula sete anos, dos vinte e oito virgula nove anos em dois mil e quinze. Além das propostas da coligação "PPD/PSD -CDS/PP, É Hora de Mudar" sobre este assunto, deixo ainda a recomendação de leitura e análise das propostas do Partido Social Democrata, como as medidas apresentadas sobre novos caminhos de habitação e da juventude social democrata, nomeadamente a moção sobre a habitação jovem no Congresso do YEPP, apresentada há poucos dias em Braga, relembrando ainda o Porta 65, Sistema de Apoio Financeiro ao Arrendamento por jovens, apresentado por nós, Juventude Social Democrata". O Deputado Rui Morais concluiu afirmando que "a habitação e só mais um empurrão que os jovens não precisavam para sair da Lousã e o PS, nestes anos de governo, nem a habitação, nem a saúde, nem educação, nem os jovens são uma prioridade. Muito obrigado." -----

A **Senhora Deputada Daniela Santos** apresentou cumprimentos à Senhora Presidente da Mesa da Assembleia e restantes membros, Senhor Presidente da Câmara, senhores vereadores, senhores deputados, funcionários da autarquia, imprensa e público presente. Disse que "apesar de não constar na atividade do presidente, mas devia porque, ter de falar sobre a festa de São João neste ponto, resultaria em prejuízo da organização do tempo da nossa bancada. Afirmou não ter sentido nenhum falar do São João em setembro. Sobre o São João disse ser "um momento importante para todos os lousanenses, que permite a todas as associações, coletividades e outras entidades que fizeram parte deste nosso grande evento concelhio, mostrar o que melhor se faz na nossa Lousã e por isso mesmo, a coligação É Hora de mudar, quer dar os parabéns a todos os que participaram por todo o trabalho, esforço e

dedicação para que corresse o melhor possível, sem dúvida que a Lousã tem muito orgulho em contar com todos eles". Disse também querer dar "os meus parabéns à Câmara Municipal e Juntas de Freguesia, que também contribuíram para que corresse o melhor possível", mas que, dias após os festejos do São João, importava refletir sobre aquilo que se passou, o que correu bem e o que correu mal e pontos a serem melhorados futuramente. Disse também que "não nos devemos esquecer hoje de todos aqueles que merecem a resposta e que já levam muito tempo, tendo em consideração as vezes que se fizeram ouvir de alguns governantes". Como ponto favorável, disse destacar o início da utilização dos copos reutilizáveis. No entanto, disse também terem reparado que os copos não faziam menção à Lousã, ao São João, "como seria de esperar e como existe em outros concelhos ou outros eventos", citando como exemplo a Feira da Vinha e do Vinho, na Anadia, a Expofacic, em Cantanhede ou "tantos outros". Como pontos desfavoráveis, salientou "os lugares sentados, mais desconfortáveis que o habitual para assistir ao desfile das marchas porque, de forma diferente dos anos anteriores, estes foram constituídas por tábuas finas e assim desconfortáveis, levando a que algumas pessoas abandonassem o desfile mais cedo, tal era o incómodo". A Senhora Deputada disse fazer uma ressalva "porque poderá haver aqui algumas vezes que se levantarão, eu fui marchante, este ano não marchei, mas tenho pessoas que estão todos os anos a assistir ao desfile das marchas e repararam nesse pormenor". Outro ponto que disse que consideravam "insuficiente é a falta de animação durante a tarde, havendo somente espetáculos à noite". Questionou se "O São João é só à noite?". Relativamente ao espaço da nave de exposições e aos expositores que lá se encontravam, bem como aqueles que lá circulavam, "ano após ano, verifica-se pouca ventilação e falta de refrigeração". A Senhora Deputada questionou "vamos continuar assim?" De dentro passou para o exterior da nave e à falta de espaços cobertos, "tendo as pessoas de estar sujeitas ao sol e calor forte que se faz sentir nestes dias", pois não havia senão poucos guarda-sóis, bem como como a falta de refrigeração para bebidas e comidas que existia cá fora. A Senhora Deputada perguntou "não podíamos evoluir nesse sentido?". Seguidamente foi questionado pela Deputada Daniela Santos se "Não podemos também deixar a proposta de isenção de taxas de ruído de

esplanada na noite de São João para todos os outros, que não aquilo que é o tradicional?". Afirmou também que um outro ponto que saltou à vista e que importava falar nesta assembleia era a restauração que esteve presente. Disse cumprir repensar este modelo, que não podemos querer pessoas de fora a comer cá ou, mesmo os nossos lousanenses, e termos pouco espaço para o fazer. Referente ainda à alimentação e bebida, disse que queria questionar sobre "se houve obrigação, pela parte da Câmara Municipal, dos vendedores de cerveja contribuírem com um só fornecedor." Quanto a sanitários, nomeadamente na noite da Travessa, em que afirmou que, de todos os arraiais populares na noite de São João ser dos que mais se destaca, disse que se verificava, ano após ano, a falta de casas de banho. Sobre este ponto perguntou se "não se poderá colocar mais, em outros pontos estratégicos, para evitar aglomerações, filas enormes e outros casos até deploráveis em via pública, em um só sítio." Disse ser de salientar que este grupo municipal, já no ano passado, evidenciou estes mesmos aspetos e fez recomendações para repensar o sistema do São João, "mas cremos que para o ano vai continuar tudo igual". Disse proporem que o Executivo reúna com os comerciantes para questionar o que correu bem e o que correu mal, disse haver sempre espaço para que se possa melhorar. Por fim, a Senhora deputada fez referência a um outro assunto, "o cineteatro e as suas obras intermináveis que merecem novamente destaque". Afirmou a Senhora Deputada que, em dezembro de dois mil e vinte e dois, "eu, aqui, nessa última assembleia do ano, questioneei perante vós, se estas obras teriam a conclusão prevista para maio passado, como foi divulgado." Disse que, no entanto, não tinha obtido resposta, "nem não, nem sim". Estando a terminar o mês de junho, "estas ainda não têm fim à vista, aparentemente". A Senhora Deputada questionou "quanto tempo mais temos de esperar para a abertura do cineteatro? Há uma data prevista para a conclusão das obras e abertura?" Disse esperar que seja a última intervenção nesse sentido, "pois todos nós já andamos há muito tempo à espera disto". Concluiu afirmando que, "como anteriormente dito, os lousanenses merecem mais e melhor." -----

A **Senhora Deputada Maria Antunes** tomou a palavra para dizer que, mais um ano letivo chegava ao fim, "marcado, sem dúvida, por uma enorme instabilidade e contestação da classe docente e não docente, que ao longo

Antunes  
@

deste ano letivo foi ocupando as nossas ruas, defendendo direitos e lembrando a todos nós como a educação e a escola pública estão em risco." Acrescentou que "em junho, fomos confrontados com uma nova realidade, não menos preocupante e/ou desconcertante, que foi a realização das provas de aferição em suporte digital, sobretudo para os alunos do segundo ano do primeiro ciclo". Referiu ter constituído "um fator perturbador, tendo em conta a realidade das nossas escolas, o que foi notório, a nível nacional, pelas contestações públicas que todos nós podemos ver e ouvir". Continuou a Senhora Deputada, dizendo que "este ano letivo foi também um ano onde a descentralização continuou na ordem do dia" justificando que "talvez porque com ela reina a incerteza desequilibrada entre a escassez de verbas e as necessidades, encargos e compromissos que urgem ser assumidos pelas autarquias." Salientou que "uma das principais preocupações do município está relacionado com as verbas necessárias para a conservação e manutenção dos equipamentos educativos, para financiar encargos com recursos humanos, pessoal docente não docente, instalações, apoios alimentares, atividades de enriquecimento curricular, atividades de animação e apoio às famílias." Disse presumirem "que o valor transferido tenha sido suficiente, pois, mesmo com a presença da ministra responsável cá na nossa Lousã, não se ouviu nenhuma palavra do Senhor Presidente sobre o assunto". A Senhora Deputada Maria Antunes prosseguiu a sua intervenção dizendo que "Para além de todas as questões já referidas, que são comuns à nossa comunidade escolar, outras questões, como as obras urgentes, a requalificação da escola secundária, a escassez preocupante de recursos humanos e técnicos no sentido de dar resposta às crianças, cada vez em maior número do nosso concelho, com necessidades educativas especiais, bem como ainda da transferência de cerca de setenta crianças de três, quatro e cinco anos da Santa Casa da Misericórdia para o Jardim de Infância da Lousã constituem, sem dúvida, fatores de preocupação e de uma certa intranquilidade." Disse que "assim termina mais um ano letivo, pautado por grandes questões que a todos diz respeito, não fosse a educação responsabilidade de todos nós. Terminou a sua intervenção com uma pergunta: "Afiml, que rumo pretende o PS dar à educação? -----"



O **Senhor Deputado Nelson Lopes** retomou a palavra pedindo que lhe fosse permitido fazer só uma breve nota, para dizer que concordava em absoluto com aquilo que o deputado João Curvelo tinha dito que, de facto, também tinha estado na sessão solene, *"que é uma magnífica sala e sem dúvida nenhuma, que considero também que seja um espaço muito adequado para a realização de algumas sessões desta Assembleia"*. Continuou dizendo que, *"como tenho referido em várias ocasiões, a Lousã é um concelho diferente, com uma dinâmica ímpar, com uma Câmara Municipal ativa e colaborativa e com organizações e pessoas com grande valor, com uma enorme capacidade de organizar diversas iniciativas e alcançar importantes feitos, seja em termos coletivos ou individuais."* Afirmou *"estamos permanentemente a assistir à demonstração disso mesmo"* e que queria começar por destacar *"os Bombeiros Municipais da Lousã, que celebraram, no passado mês de maio, cento e dezanove anos de atividade."* Disse ser *"sem sombra de dúvida"*, uma organização que desempenha um papel importantíssimo junto da comunidade lousanense, na defesa e salvaguarda das pessoas e dos seus bens e que nesse *"caminho percorrido, que já vai longo"*, importava agradecer a todas as mulheres e homens que, com sacrifício, dedicação e vontade de servir o próximo, têm contribuído para o enorme prestígio desta corporação." Referiu ainda que, na mesma ocasião tinha tomado posse o novo comandante, Pedro Santa, *"um elemento que tem dado provas da sua grande competência"*, a quem desejava as maiores felicidades. O Senhor Deputado continuou a sua intervenção, dizendo que *"Pelo seu grande simbolismo, quero aqui também destacar a realização de mais uma edição da "Descida da Serra da Lousã em Cadeira de Rodas" organizada pela ARCIL, com o apoio do Município"*. Disse tratar-se de uma iniciativa exemplo, que consiste num *"enorme desafio para quem participa nela e uma superior fonte de inspiração para quem assiste"*. No plano individual, disse querer deixar uma palavra de *"grande reconhecimento pelo importante feito alcançado pelo músico e compositor lousanense Hélder Bruno, que com uma carreira já longa e de grande qualidade"*, pela obtenção no passado mês de maio, com o seu tema Island, *"uma prestigiante vitória nos Prémios Internacionais da Música Portuguesa."* Por último, o Senhor Deputado destacou a importância de uma Associação que, recentemente, celebrou vinte e nove anos ao serviço do

desenvolvimento local. Afirmou falar "obviamente da Dueceira que, ao longo destes vinte e nove anos, tem prestado um grande serviço em prol do desenvolvimento desta região e tem contribuído de forma determinante para a melhoria de vida das populações." Acrescentou que "como Grupo de Ação Local, teve um extraordinário desempenho no quadro de fundos comunitários que está a finalizar, obtendo excelentes taxas de compromisso nas candidaturas aprovadas, nas diversas linhas de financiamento que lançou neste território e que, neste momento, se encontra a construir, de forma exemplar, a nova estratégia de desenvolvimento local, envolvendo e ouvindo com esse propósito um grande número de agentes do território, de forma a conseguir um documento orientador adequado e alinhado com aquelas que são as necessidades e oportunidades do seu território de intervenção." O Senhor Deputado concluiu "Utilizando a frase que a Dueceira adotou para este processo de construção na nova estratégia: "O Futuro começa agora". E eu acrescento: que seja longo e próspero para esta importante Associação."

O **Senhor Deputado Santinho Antunes** disse que o Senhor Presidente da Câmara não se encontrava, mas deixava a pergunta para um dos senhores vereadores. Questionou "perante as surpresas consecutivas que têm sido as transferências de competências, parece que vamos ter mais uma, que é a transferência de competências dos museus, para as câmaras." Disse pretender saber a propósito, "como é que ela vai ter ou se vai ter efeitos na Lousã e de que forma é que vai ter esses efeitos." -----

**A Senhora Presidente da Mesa** agradeceu as várias intervenções e deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara a fim de prestar as informações e esclarecimentos tidos por convenientes e oportunos neste período antes da Ordem do Dia. -----

**O Senhor Presidente da Câmara** começou a sua intervenção fazendo referência às questões relativas à Estrada da Senhora da Piedade, sobre o que afirmou que "se os autocarros, nomeadamente hoje, um autocarro, um veículo pesado foi virar ao castelo, tal não deveria acontecer". Relativamente às questões ou às patologias que a estrada apresenta, a informação de que dispõe é que, no próximo mês de julho será possível assinar um contrato, conforme a senhora ministra também nos referiu na sua intervenção, no passado dia vinte e quatro. Reforçou tratar-se de um contrato de

AA  
A

financiamento, que vai permitir ter intervenção adequada relativamente à situação que está identificada, devidamente analisada e definida tecnicamente, em termos de intervenção necessária. Sobre as intervenções de manutenção dos passadiços, afirmou estar em crer que, *"se não se iniciaram já no início da semana, teriam início por estes dias"*, intervenção de ajustes ou de melhorias ou intervenção de manutenção nalgumas situações. Acrescentou o Senhor Presidente que a situação a que o Senhor Deputado António José Gonçalves se tinha referido, da zona que está interdita, estava diretamente relacionada com a intervenção que é necessário fazer na estrada e na plataforma. Relativamente ao jardim da Câmara Municipal, informou o Senhor Presidente que a perspetiva que a Câmara Municipal tem é de realizar uma intervenção mais alargada, que também englobe a reformulação, a beneficiação e melhoria, conforme se queira chamar, daquele espaço. Acrescentou, porém, que, de facto, a manutenção que a empresa contratada pela Câmara Municipal tem feito no espaço não é adequada e que ele próprio tinha tido a oportunidade, ainda recentemente, *"de fazer ver essa situação e essa debilidade relativamente à prestação do serviço que estava a ser realizado."* Sobre a situação de "correção de alguns pilaretes", informou o Senhor Presidente que *"o serviço está adjudicado pela Câmara, já foram aprovionados os materiais e os serviços irão executar essas melhorias, essas correções referidas pelo senhor deputado António Gonçalves."* Relativamente à Quinta das Nogueiras, afirmou não ter nenhuma nova informação e que sobre a questão do Clube Recreativo Vilarinhense, *"estamos a trabalhar juntamente com a direção, no sentido de resolver, de solucionar a questão."* Relativamente à intervenção da Senhora Deputada Patrícia Ramalheiro, o Senhor Presidente disse querer salientar *"o investimento continuado e robusto que fazemos nesta área da educação, em diferentes formas de expressão, nomeadamente em termos de desenvolvimento de projetos ou de apoio a projetos e a iniciativas da comunidade escolar que consideramos relevantes para o desenvolvimento das crianças e jovens e para um enquadramento do processo de ensino e aprendizagem que seja mais adequado, mais estimulante"*. O Senhor Presidente afirmou ainda *"Temos consciência que nem tudo é possível realizar, mas também temos bem consciência do valor que não tem só a dimensão financeira, mas que*

também tem expressão de outras formas relativamente a esta área da educação." Relativamente à intervenção da senhora deputada Daniela Santos, o Senhor Presidente informou ter tomado boa nota das questões referidas. Acrescentou que "umas são mais pertinentes do que outras ou que, umas são mais fundamentadas do que outras, mas que tomamos boa nota". Referiu ainda que "também nós temos essa perspectiva de melhoria e posso dizer que, ainda não tinha terminado o evento, já estávamos também a analisar algumas questões relativamente a essas possíveis melhorias e não só o executivo e também toda a estrutura que está envolvida e sim, identificamos algumas questões que não correram tão bem como nós desejávamos, nomeadamente a diminuição das condições das bancadas relativamente a anos anteriores." Afirmou "nós investimos, nós trabalhamos para que as coisas corram bem e também não ficamos satisfeitos quando as coisas não correm de acordo com aquilo que é o empenho, o compromisso e o investimento que fazemos nessas situações." Referiu ainda o senhor Presidente que, "porque falamos também de ambiente", a diferença, em números redondos entre copos reciclados personalizados ou como aqueles que tiveram, era só de mil e quinhentos para quatro mil e quinhentos euros. Disse, por isso, achar que estava "perfeitamente justificado a diferença, até em nome daquilo que é o ambiente, a sustentabilidade". Salientou que achava ser diferente gastar-se mil e quinhentos ou quatro mil e quinhentos e que o objetivo era atingido com o copo que foi utilizado, pelo que, afirmou considerar que personalizar por três mil euros, "até ambientalmente é uma coisa desfasada" e ter sido essa a opção e que foi o próprio Presidente da Câmara que fez essa opção porque entendeu que não havia racionalidade nesta diferença de preço que foi apresentada à Câmara Municipal. Sobre a falta de animação durante o dia, afirmou que ela tinha acontecido. "Existiu animação, comparativamente com anos anteriores, consideramos que mais relevante, mais pertinente". Relativamente às condições, disse o Senhor Presidente que "o espaço tem as especificidades que reconhecemos e também todos reconhecemos que a temperatura naqueles dias foi bastante elevada" e ser sempre difícil nessas circunstâncias, criar as condições mais adequadas naquele tipo de espaço. Acrescentou que "ainda este ano procuraremos criar ali algumas condições que mitiguem esse efeito, porque, atendendo à tipologia, às características do

q. ASX.

espaço e ao tipo de funcionamento que ali é feito, não é simples conseguir criar as condições ideais para o funcionamento." Relativamente ao espaço exterior, foi afirmado que o mesmo tem também determinadas características, disse que se "podemos todos concordar que, em termos de utilização mais regular, o sombreamento poderia ser uma questão positiva", mas pensar que a Senhora Deputada também concordaria consigo que, em termos de recinto para espetáculos, se tivermos essas árvores, cria determinados condicionamentos e, se calhar, torna-se um espaço menos adequado para esse tipo de espetáculos. Em relação à quantidade de WCS disponibilizados, o Senhor Presidente informou que os WCS disponibilizados foram em número e em linha com aquilo que tem sido disponibilizado e de acordo com as identificações das necessidades. Mas, disse ser um facto que "neste tipo de eventos nunca se consegue criar as condições" e temos também a consciência de que, nomeadamente para as senhoras, a acessibilidade a este tipo de espaços e, portanto, o uso é mais complicado relativamente a estas situações, embora diga que "no caso do arraial da Travessa estiveram um número de WCS que consideramos que é significativo relativamente àquilo que é o espaço e o tipo de evento". Sobre o Cineteatro Municipal o Senhor Presidente afirmou: "Senhora deputada, a sua vontade não é maior que a da Câmara, de concretizar a obra.", mas acrescentou pensar "que toda a gente que tem de forma particular ou profissional, ou de forma pessoal ou profissional, tido a necessidade de realizar obras, compreende o constrangimento, as dificuldades acrescidas que tem a sua execução" afirmou que "Esta obra é uma obra que tem determinadas especificidades, desde logo é uma reabilitação, é um processo que se iniciou em dois mil e vinte, que, entretanto, teve a pandemia e também os efeitos diretos e indiretos da guerra, que no setor da construção civil são conhecidos." afirmou ainda o Senhor Presidente que "aquilo que lhe posso garantir é isso mesmo, que a vontade do executivo será maior, eu diria que será pelo menos igual, mas será claramente maior do que a sua de ver concretizada a obra, no mais curto espaço de tempo, por variadas razões, algumas daquelas que referiu, mas também por outras e, portanto, o nosso trabalho diário é nesse sentido e estamos focados na concretização daquele empreendimento, daquela obra até ao final deste ano". O Senhor Presidente informou ainda a Senhora

Deputada que a Câmara já estava a trabalhar, simultaneamente, para além deste foco na concretização das obras, "já estamos a trabalhar, na estruturação de todo o funcionamento e naquilo que é a necessária programação e preparação das condições de funcionamento, nomeadamente em termos normativos e tudo aquilo que é o plano de gestão do espaço e, portanto, também com isso acho que evidenciamos aquilo que é o nosso interesse, em colocar ao serviço da comunidade, o Teatro Municipal da Lousã." Em resposta à Senhora Deputada Maria Antunes, que referiu alguns pontos relativamente à educação, o Senhor Presidente informou, em primeiro lugar, sobre o discurso que tinha feito no dia vinte e quatro de junho, que nunca se consegue, num discurso daquele tipo, fazer menção a todas as questões. Depois, disse também o Senhor Presidente, que teve a necessidade de abreviar o discurso em função das circunstâncias, em função da necessidade de intervenção da senhora ministra e da necessidade de ela se deslocar para outro compromisso e em função do tempo que a cerimónia demorou. Mas acrescentou o Senhor Presidente que referiu o tema da descentralização e ter perfeita consciência disso e ter até referido, nomeadamente, dirigindo-se diretamente à senhora ministra e dizendo-lhe que contávamos com ela noutras temáticas, como temos contado no processo de descentralização, para criar melhores condições do que aquelas que eram as condições de partida do processo da descentralização. O Senhor Presidente disse ter bem consciência de que fez essa menção "e, portanto, aquilo que temos hoje em termos de descentralização é melhor, é mais adequado" e que não era por nenhuma razão da descentralização que existia alguma perturbação no funcionamento do setor da educação no concelho da Lousã. Relativamente a recursos humanos e técnicos, referiu o Senhor Presidente que podia dizer à Senhora Deputada que "nós também temos bem consciência e temos lutado a vários níveis, em vários momentos, em diferentes instâncias, relativamente à revisão dos rácios de assistentes operacionais e de técnicos específicos para acompanhamento a crianças e jovens que carecem desse apoio." Disse ainda o Senhor Presidente que "a vários níveis, felizmente, hoje essa questão está mais bem encaminhada, porque também lhe posso dizer que nem sempre em outros municípios senti a mesma sensibilidade ou a mesma atenção que nós temos no concelho da

Lousã para esta temática." Acrescentou que, "neste momento, aquilo que lhe posso dizer, é que temos essa perspetiva de que os rácios de assistentes operacionais e técnicos para acompanhamento de crianças e jovens com estas características será melhorado, que reconhecia que "é sempre insuficiente, especialmente para aquilo que todos nós desejamos e queremos, em termos de enquadramento a essas crianças e jovens," mas que aquilo que tem registado é que "temos feito um investimento maior do que em outros municípios no sentido de criar as melhores condições para as crianças e jovens" e que não será alheio a esse facto, o facto de muitas delas escolherem o concelho da Lousã em detrimento de outros. Disse haver situações e questões, em termos de capacidade, que se põem e que muitas vezes nem é só à Câmara Municipal, mas também a outras entidades que são nossas parceiras neste domínio, mas haver a perspetiva de que "temos um enquadramento melhor, mas também temos bem presente e continuaremos a lutar para que possa existir melhor enquadramento". Relativamente à transferência das crianças da Misericórdia para o Jardim de Infância da Lousã afirmou o Senhor Presidente ser um processo que tem a ver com a criação de mais lugares em creche, no âmbito de uma candidatura apresentada pela Santa Casa da Misericórdia, acompanhada pela Câmara, e que tem como objetivo dar uma resposta, em termos de lugares de creche, maior relativamente àquilo que é a necessidade já registada e a perspetiva que queremos crer em função daquilo que são os dados, que será a necessidade para o futuro. Afirmou o Senhor Presidente ser um processo provisório, em função desta circunstância e que tem trabalhado com a direção do agrupamento e com as diversas entidades no sentido de que o processo seja o mais tranquilo, mas claro que é um processo que tem estas características e, que irá exigir adaptação no jardim de infância da Lousã. Disse pensar e ser necessário, também, ter isso presente, ser um processo em nome de um bem maior, que é conseguirmos, no concelho da Lousã, ampliar o número de lugares em creche, que afirmou ser uma questão importante que temos que ter sempre presente. Seguidamente o Senhor Presidente disse querer também assinalar ou juntar-se às menções que o senhor deputado Nelson Lopes fez, relativamente às várias entidades e personalidades do concelho, que também vão evidenciando aquela que é uma boa dinâmica e uma boa capacidade

e qualidade. Disse reconhecer ser bom e ser um bom indicador daquilo que é "a saúde da comunidade lousanense. Em resposta ao Senhor Deputado Santinho Antunes, o Senhor Presidente disse ter-se ausentado em parte "da intervenção do Senhor Deputado Nelson Lopes e da sua", mas que de acordo com a nota que tinha, tinha feito menção à transferência dos museus para as câmaras, mas que no caso do município da Lousã, não há lugar a essa transferência porque os museus são da gestão e da propriedade da própria Câmara Municipal. Disse ainda que, eventualmente, haverá uma outra dimensão, que será a inclusão na Rede Nacional de Museus, "que é um trabalho diferente, mas a gestão e a propriedade da Câmara Municipal de qualquer um deles, do Museu Álvaro Viana de Lemos, do Museu Etnográfico Louzã Henriques e daquilo que será a Casa-Museu da Lagartixa, essa gestão é feita diretamente pela Câmara Municipal." Entretanto, o Senhor Presidente pediu desculpa porque só agora tinha consultado o e-mail e queria dar nota que o Senhor Vereador Alcindo Quaresma mandou uma comunicação a dizer que, por outros compromissos assumidos, não poderia estar na Assembleia. ---

A **Senhora Presidente da Assembleia Municipal** agradeceu a informação e todas os outros esclarecimentos que deu e disse que se iniciaria a discussão dos pontos da ordem de trabalhos. -----

#### **PONTO UM DA ORDEM DE TRABALHOS:**-----

**1** – Apreciação de uma informação escrita do Senhor Presidente da Câmara sobre a Atividade Municipal bem como da situação financeira. (doc. nº 3 (três)).

**Inscrições:** António Gonçalves, João Curvelo, Ana Bandeira, Joel Fernandes, Marco Sequeira e Pedro Santos. -----

O **Senhor Deputado António Gonçalves** disse que "ao estar a analisar a informação escrita do senhor Presidente, verifico que continuamos sem datas." Afirmou "Os senhores já admitiram que isto tinha que trazer datas que continua sem datas". Questionou "Querem-nos esconder alguma coisa?", "A nós ou aos nossos munícipes, querem-nos esconder alguma coisa ou isto é a tal democracia a que o senhor presidente da Câmara, há bocadinho se referiu, ainda cá os senhores da APIN? Afirmou que, "se calhar é esta democracia, eu continuo a dizer que isto não é nada, uma informação escrita por meses, sem datas, isto para mim não é nada." Disse também o Senhor Deputado que, ao

AX  
A  
G

analisar a informação escrita entendia que era muita festa e muito pouco trabalho. Disse não estarem na assembleia municipal para "avaliar, nem aprofundar as festas que o concelho faz durante este período de tempo". Disse que isso lhe fazia lembrar o jornal Trevim, que disse também mais parecer um jornal de festas. Acrescentou já ter sido falado aqui também a questão do Cineteatro, que não se iria alongar muito sobre a reabilitação do cineteatro, mas que gostaria de saber se o senhor presidente já sabia quanto é que se vai gastar a mais. Disse não ir utilizar a palavra derrapagem "porque depois faz um trocadilho com o rally". Referiu também não poder deixar de criticar aquela apresentação dos abrigos junto à estação, que afirmou ser "ridículo" estar a inaugurar abrigos antes do sistema estar em funcionamento, "que realmente só deste Partido Socialista". Disse o Senhor Deputado continuar a "achar que a rede ciclável, há sítios onde não tem condições para ter pistas de bicicletas". Continuou a sua intervenção fazendo referências às festas, disse que "em junho não está aqui a Feira de São João e também não está aqui o encontro das Vespas, que foi, portanto, no dia vinte e cinco. O 10 de Junho também não está aqui, curiosamente." Referiu, "mas eu até percebo isto, não tem datas, portanto até percebo". Relativamente à Casa da Lagartixa, questionou se, "está em laboração ou está em execução?", referiu que se o Presidente quisesse esclarecer, agradecia. Para finalizar, disse que infelizmente não via na informação nenhuma reunião com as Infraestruturas de Portugal e continuamos com a EN 342 "na mesma", continua a haver acidentes, a estrada não é marcada, não via também as obras do nó dos Pegos. Disse que se o senhor presidente quisesse também falar sobre isto, que há muito tempo que se andava a falar na variante 342 e continuavam "sem que se faça nada". Disse ter visto que aquele litígio com Windpark "já saiu" e que "aquela empresa que estava para fazer as obras da escola também desapareceu". Afirmou que gostaria que o Senhor Presidente pudesse esclarecer sobre essa empresa que estava a pedir uma indemnização de seiscentos mil euros. -----

A **Senhora Deputada Ana Bandeira** disse que dada a hora da sua primeira intervenção cumprimentava todos de igual forma e começaria por dizer que, como está bem patente na informação do Senhor Presidente, a Lousã tem sido palco de um grande dinamismo também no que diz respeito aos diversos eventos que se distribuem pelo seu concelho e que refletem um enorme

empenho das suas gentes em mostrar o seu potencial gastronómico, turístico, o nosso património. Disse estar a referir-se às Festas da Nossa Senhora da Piedade, à semana dedicada em Serpins à sua Broa e ao Pastel de Alvites, ao décimo quarto encontro de malabarismo que decorreu também em Serpins, aos Fins de Semana Gastronómicos do Cabrito, entre tantos outros. Disse que sabia que "são festas", mas ser importante evidenciar *"este dinamismo da nossa região e é isso que traz investimento também, é isso que traz promoção e conhecimento da nossa região"*. Não poder deixar de referir a Sessão Solene do nosso Feriado Municipal que decorreu na Casa Museu Carlos Reis". Disse também que *"será de concordância geral que as obras de renovação do edifício da Casa da Lagartixa, permitirão albergar um importante espólio lousanense e ser palco de eventos numa sala dotada de sobriedade e bom gosto"*. Salientou que *"todos aqueles que assistiram a tão solene momento saberão do que falo"*. Reforçando ainda o papel da valorização do interior disse ter-se realizado, no passado dia treze de junho, a sessão de abertura do curso de pós-graduação em cadastro predial. Afirmou que a formação será realizada pelo Politécnico de Coimbra e contaria com a parceria da Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra. Mencionou também que os formandos terão apoios de bolsas, atribuídas no âmbito do Projeto "Impulsionar as Pessoas e o Território" e que em setembro se previa a abertura de novos cursos, nomeadamente, de cursos técnicos superiores profissionais, na área da floresta e ambiente. Sobre este assunto disse que *"estes cursos permitirão sem dúvida atrair à Lousã um específico público estudantil, em áreas cada vez mais fulcrais para a atividade que se pretende desenvolver em torno do equilíbrio ambiental sustentável e da promoção e proteção da nossa floresta."* Disse não ter dúvidas que *"este é o caminho certo para a Lousã."* -----

O **Senhor Deputado Pedro Santos** tomou a palavra, começando por cumprimentar todos os presentes e dizendo querer apenas elaborar uma pequena pergunta a propósito do Congresso Ibérico da Bandeira Azul. Pediu que o Senhor Presidente explicasse o processo de atribuição da Bandeira Azul e fizesse o ponto de situação das praias fluviais da Lousã e a importância que atribui para o concelho, por ter recebido este congresso. -----

O **Senhor Deputado João Curvelo** disse que, na última Assembleia Municipal tinha falado da questão das requalificações das vias e ter lido na informação escrita, que tanto nas obras e empreitadas, como no Centro 2020, que todas as requalificações estão a ser feitas. Disse ter dado na última Assembleia Municipal o exemplo da Avenida Dom Manuel, que *“de lá até cá ainda não teve mais nenhum desenvolvimento”* e que dava outro exemplo que disse achar ser um *“problema grave”*, que já têm chegado questões de furos, etc., junto à rotunda ao pé da rua do *Intermarché* onde está um passeio destruído por um acidente que houve com um camião, já há quase um ano atrás e que ainda não foi requalificada. Disse haver pessoas que tiveram lá problemas. Disse querer também congratular a Câmara pela rapidez com que colocou um espelho junto à Santa Casa da Misericórdia, no sítio onde disse haver muitos acidentes e que tinha sido destruído durante o São João, mas foi rapidamente colocado. Referiu ainda que queria deixar o repto, que esta eficiência com que se colocou o espelho naquele sítio tão preciso, fosse também a eficiência com que se conseguisse resolver outros problemas tão graves que existem na requalificação de ruas, noutras freguesias, que não a freguesia da Lousã, onde, de facto, há buracos e outros problemas. Disse **querer**, como fez na Assembleia passada, deixar esse repto, para que se consiga acelerar o processo de requalificação nas outras freguesias e não só aqui no centro. -----

O **Senhor Deputado Marco Sequeira** retomou a palavra, dizendo que, neste ponto, lhe fosse permitido realçar dois eventos desportivos que tinham decorrido recentemente no concelho: O primeiro, o Rally de Portugal, uma prova de dimensão mundial que teve duas passagens pelo concelho. Disse que numa prova tão exigente de organizar, seria de realçar *“o empenho e a dedicação de todas as entidades e voluntários para que o evento decorresse da melhor forma e, na minha opinião, correu muito bem.”* Salientou que, desde a organização ao público, que afirmou ter-se comportado de forma exemplar e onde a esmagadora maioria deixou apenas na serra as suas pegadas e as belas memórias de mais uma passagem do rally. Em segundo lugar fez uma referência ao *Fox Enduro Race*, um evento organizado pelo Montanha Clube e apoiado pela Câmara Municipal no qual foi possível assistir a diversos espetáculos, demonstrações, exposição de bicicletas e

equipamentos. Disse ainda ter havido uma boa dinâmica comercial e empresarial. Ainda nesta área desportiva, referiu que, *"com a chegada ao fim de mais uma época desportiva, foram muitos os casos de sucesso de atletas e equipas Lousanenses que conseguiram triunfar nas suas modalidades e que nos enchem a todos de orgulho"*. Afirmou querer deixar uma palavra de gratidão a todos os clubes, associações desportivas e *"a todos aqueles que estão, direta ou indiretamente, envolvidos nos resultados obtidos ao longo da época"*, os quais afirmou serem reflexo do trabalho que tem vindo a ser desenvolvido ao longo dos últimos anos na área do desporto. Disse que neste grupo se incluía o Rugby Club da Lousã *"que celebrou recentemente meio século de existência"* e que ao longo de décadas, tem realizado um trabalho exemplar ao nível desportivo, com várias conquistas e foram sempre longe *"fazer amigos do clube e da Lousã"*. Endereçou ao clube *"felicitações em mais um aniversário"* e desejou *"votos de muito sucesso no futuro"*. Por último, em relação à intervenção do senhor deputado Rui Morais, afirmou que a moção aqui apresentada hoje não é nova, que se o senhor for averiguar, a JS apresentou esta moção desde dois mil e dezoito em vários fóruns distritais e nacionais. -----

A **Senhora Presidente da Assembleia** pediu ao Deputado Marco Sequeira que concluísse a sua intervenção. -----

O **Senhor Deputado Marco Sequeira** pediu para abordar o assunto da habitação, sobre o que disse ser verdade, que nem tudo estava bem feito e que, no artigo que tinha sido falado não foi *"de todo o que quis referir"*. Disse ser uma temática *"muito complexa"*, que *"não bastava estalar os dedos e estava tudo resolvido"* e sim, está em marcha um investimento robusto e foi o Partido Socialista que o colocou em marcha. Disse tomar boa nota dos documentos que o senhor deputado tinha recomendado a leitura e agradecia, visto que *"no programa eleitoral do PSD às últimas eleições legislativas a temática quase não está presente."* -----

O **Senhor Deputado Joel Fernandes** disse pretender referir-se sinteticamente a alguns pontos, congratular-se pela apresentação do protótipo dos abrigos na Lousã, que o sistema de Metro Mondego vai servir vários concelhos, naturalmente, a Lousã, Miranda e Coimbra, de diferentes cores políticas também, *"mas a apresentação de protótipos foi feita cá"*. Disse que da

JS  
A

mesma maneira, a apresentação do sistema de bilhética que foi apresentado será um sistema de bilhética integrado e que permitirá mais serviços também aos lousanenses, mas também a toda a região. Disse ainda querer dar nota *"de mais este avanço"*, como disse fazer em todas as assembleias municipais, em que faz questão de referir o Metro Mondego, referindo ainda que *"nos manteremos vigilantes à execução do projeto, no calendário que foi apresentado"*. Depois afirmou também querer referir a empreitada que arrancou na Avenida Dr. José Maria Cardoso e Rua Francisco Fernandes Costa, nomeadamente a ligação à questão da rede de ciclovias e a requalificação das vias rodoviárias, mas também toda esta questão da rede de ciclovias que afirmou ir complementar o serviço, que certamente ia oferecer melhores condições, não muitas, mas melhores condições, que a ciclovia era uma alternativa, apesar de não ser obrigatória. Reiterou ser uma alternativa e uma mudança de paradigma e de mentalidade, que, *"mesmo para quem usa, eu que a uso, nem sempre me lembro e às vezes não a uso erradamente."* Ainda nesta empreitada, o Senhor Deputado referiu o aumento do número de lugares de estacionamento na Rua Francisco Fernandes Costa. Disse ser certo que noutras intervenções nem sempre isto foi possível, mas neste caso, sim. Referiu ainda que, como já tinha sido referida na sua primeira intervenção, saltaria a questão do défice dos transportes. Finalmente disse querer fazer um pedido ao Senhor Presidente, que, *"como referiu no seu discurso no feriado municipal, e evidenciou as questões de regras de financiamento e participações e que sabemos que estas linhas de financiamento em participações nos fundos comunitários para a captação de investimento para o concelho só é possível graças a uma gestão que permita ter também capacidade financeira para acompanhar essa participação europeia, se quer desenvolver nesta Assembleia alguns dos projetos futuros que têm para nos apresentar"*. -----

O **Senhor Presidente** tomou a palavra dizendo querer dar uma palavra à Senhora Deputada Daniela Santos, que o São João não vinha referido na informação porque a informação foi encerrada a dezanove de junho e o São João é posterior a essa data e haver sempre esta metodologia. Relativamente à informação, o Senhor Presidente disse que a mesma é feita por ordem cronológica, que a próxima informação seria a partir do dia vinte de junho até

ao dia que for encerrada. Referiu ainda que, com a informação prestada também terá respondido a duas questões do senhor deputado António José Gonçalves. Relativamente à Casa da Lagartixa, o Senhor Presidente disse estar em execução a empreitada de reabilitação do interior da casa e, portanto, é isso que temos neste momento em execução, uma obra que disse ter sido adjudicada e em desenvolvimento e financiada no âmbito do PDR e ser isso *"que vamos concretizar no sentido, depois, de operacionalizar o funcionamento daquele edifício."* Seguidamente afirmou que, quanto a reuniões com o IP, aquilo que podia dizer é que uma das últimas reuniões não foi feita por si, que tinha sido feita pela vereação, pelo Senhor Vereador João Santos e que *"temos comunicações várias relativamente às questões da EN 342, questões da variante a Foz de Arouce e também da Estrada da Beira, Nacional 17. Sobre a questão do nó dos Pegos, informou o Senhor Presidente que "é um processo que tem vindo a ser trabalhado, que existiram reuniões recentes entre a equipa projetista contratada pela Câmara, a própria Câmara Municipal e a IP, para afinar o projeto de acordo com algumas situações que a própria IP tinha colocado, relativamente à documentação que lhes foi enviada."* Informou ainda que *"a nossa perspetiva é nos próximos dias encerrar essa etapa do processo, para depois apresentar à IP o projeto de execução que possa ser lançado pela IP para a concretização daquele objetivo."* Relativamente à informação escrita, o Senhor Presidente disse que o processo relativo à DGPW S.A, consta da informação, na página seis, ser logo o primeiro processo com o n.º 1805/22.7 BEBRG do Tribunal do TAF de Coimbra. O Senhor Presidente disse ainda que Câmara não tem mais nenhuma diligência depois da apresentação do seu fundamento de oposição à ação, isto é, não houve mais nenhum desenvolvimento. Relativamente à intervenção da Senhora Deputada Ana Bandeira, o Senhor Presidente disse que *"à semelhança do que fiz relativamente ao senhor deputado Nelson Lopes, acho que evidencia bem a importância desta dinâmica associativa e que aquilo que lhe posso dizer é que vamos continuar a realizar e a apoiar eventos que consideremos pertinentes relativamente à dinâmica económica, à promoção, à notoriedade do concelho e ao contributo para o dinamismo da região."* Referiu também que um projeto importante, que também não era um processo simples nem de rápida implementação, mas que continuavam a dar

passos efetivos na sua consolidação era a Escola da Floresta. Ao Senhor Deputado Pedro Santos, o Senhor Presidente respondeu que tinha sido a primeira vez que o Congresso Ibérico se tinha realizado em Portugal e que foi feito na Lousã. Disse ser um *"congresso importante, que nós temos participado nestas questões do ambiente, de forma alargada, em diferentes temáticas e esta é uma das dimensões em que temos participado, a bandeira azul"*. Disse ainda o Senhor Presidente que uma das questões mais importantes deste congresso tinha sido a partilha de boas práticas, a partilha de experiências e também a partilha de alguns desafios com que estamos confrontados, relativamente à questão da Bandeira Azul, nomeadamente, municípios que têm a sua localização nesta região que têm tido desafios acrescidos relativamente àquilo que é o cumprimento dos critérios para obtenção da Bandeira Azul. O Senhor Presidente afirmou que *"como é sabido, têm existido algumas dificuldades."* Disse querer também aqui dizer *"que as condições das praias, mesmo não tendo bandeira azul, são adequadas, são boas para serem usadas, nomeadamente no que tem a ver com a qualidade da água"*, que esta era uma mensagem que importava passar, *"não menosprezando a importância do galardão"*, mas ser importante que todos tenham consciência que há critérios exigentes, nomeadamente da excelência, que não tem sido possível atingir em função de questões muito específicas e concretas que, nos últimos anos, têm tido mais expressão. Ao Senhor Deputado João Curvelo, o Senhor Presidente da Câmara disse que, por muito que se beneficia a rede viária, vai sempre haver bastante mais para beneficiar, por variadas razões. Acrescentou que aquilo que também podia dizer é que é um objetivo, *"cada vez mais difícil de concretizar, a beneficiação mais alargada ou mais expressiva das vias das vias municipais"*. Como fundamentos, apontou, desde logo, haver um conjunto de objetivos e de critérios de fundos comunitários que levam a que esses fundos comunitários não sejam afetos a estes objetivos, o que disse ser *"uma dificuldade que já vem acontecendo há alguns anos e que por exemplo, no próximo quadro comunitário de apoio, essa situação ainda se agravará, porque não há verbas significativas, eu diria que são mesmo muito residuais para questões de vias rodoviárias"*. O Senhor Presidente afirmou que, no entanto, procurava dar algumas respostas, conjugando fundos comunitários e fundos próprios. Referiu ainda que foram conseguidas



algumas melhorias em obras financiadas e, brevemente, seria lançado um procedimento de contratação pública para concretizar algumas beneficiações da rede viária municipal, nas várias freguesias. Sobre se iria ser com a expressão ou corresponder a todas as necessidades, disse que não iria, mas *"vamos procurar concretizar algumas, indo prioritariamente a algumas que serão mais pertinentes, em conjugação com as próprias juntas de freguesia, na identificação dessas questões"*. Disse ainda o Senhor Presidente que a Câmara não vai conseguir investir na dimensão daquilo que uma freguesia gostaria e que a própria Câmara Municipal reconhece como necessária, mas ser o possível, dentro daquilo que são as condições atuais. Mudando de tema, o Senhor Presidente disse querer também salientar a importância dos eventos referidos, *"porque são de dimensão internacional"* pelo Senhor Deputado Marco Sequeira, os quais afirmou terem *"vários impactos positivos a vários níveis"*. Relativamente ao Metro Mondego, disse querer salientar a importância dos desenvolvimentos que têm acontecido e de *"podemos ter hoje uma perspetiva muito melhor, no sentido positivo do que tínhamos há uns tempos"*. Quanto aos objetivos para o próximo ciclo de fundos comunitários, disse que os mesmos estavam identificados, dentro daquilo que são os critérios de financiamento e os objetivos a que o país se propôs e que a própria União Europeia tem, objetivos de regeneração urbana, de mobilidade sustentável e de requalificação de algumas infraestruturas. A pretexto da intervenção da Senhora Deputada Maria Antunes, disse que há bocado não tinha referido, a questão da escola secundária. Sobre este assunto informou que da parte da Câmara Municipal todo o trabalho estava desenvolvido e que o processo *"está em análise"*. Disse pensar *"que vamos ter boas notícias relativamente à via de financiamento"*, ser pelo menos isso que se perspectivava, isto é, melhores condições, mais adequadas de financiamento num instrumento mais vantajoso. Afirmou que, dentro do processo de descentralização, aquilo que podia dizer é que o projeto de beneficiação e modernização da escola básica da Lousã está também a ser desenvolvido e ser também um objetivo identificado no âmbito da descentralização de competências. Disse serem estes *"alguns dos objetivos que temos para o futuro"*. Na saúde, referiu a construção do segundo edifício que permitia melhores condições infraestruturais às unidades locais no

ASX  
h

desempenho da sua missão e que também já estava o projeto pronto. Disse que perspectivava que, no âmbito do PRR, abrisse aviso que permitisse candidatar aquela obra importante naquilo que é a dimensão física infraestrutural de condições para melhor servir a população. -----

**PONTO DOIS DA ORDEM DE TRABALHOS:** -----

**2** – Apreciação e votação da 1.ª alteração ao mapa de pessoal do ano 2023 (doc. nº 4 (quatro)). -----

**Inscrições:** Não houve inscritos. -----

Colocada à votação a proposta da 1.ª alteração ao mapa de pessoal do ano 2023 foi aprovada por maioria, com 17 (dezassete) votos a favor, 16 (dezasseis) do PS e 1 (um) do Bloco de Esquerda, 6 (seis) abstenções da Coligação do PPD/PSD-CDS/PP “É Hora de Mudar”. Estavam presentes na sala vinte e três elementos. -----

**PONTO TRÊS DA ORDEM DE TRABALHOS:** -----

**3** - Apreciação e votação da organização dos serviços municipais (doc. nº 5 (cinco)); -----

**Inscrições:** Não houve inscritos. -----

Colocada à votação a proposta de organização dos serviços municipais foi aprovada por maioria com 17 (dezassete) votos a favor, 16 (dezasseis) do PS e 1 (um) do Bloco de Esquerda, 6 (seis) abstenções da Coligação do PPD/PSD-CDS/PP “É Hora de Mudar”. Estavam presentes na sala vinte e três elementos. -

**PONTO QUATRO DA ORDEM DE TRABALHOS:** -----

**4** - Apreciação e votação da prestação de contas consolidadas do ano 2022 (doc. nº 6 (seis)); -----

**Inscrições:** Inscreveram-se os Deputados António Gonçalves e Nelson Lopes. --

O **Senhor Deputado António Gonçalves** disse que dava agora razão ao Senhor Presidente quando disse “há bocado” que não tinham sido dois milhões que foram injetados, porque que “se calhar foram mais”, facto esse a que deveria ser associado a falta de receitas. Concluiu a sua intervenção dizendo que iam votar contra. -----

O **Senhor Deputado Nelson Lopes** disse, neste ponto estar em apreciação o Relatório de Gestão e Contas Consolidadas, que integra as Contas do Município, enquanto entidade consolidante, as contas das entidades designadas por empresas locais, na proporção da percentagem de

participação do Município nessas entidades. Referiu que, no caso do Município da Lousã, o perímetro de consolidação é composto apenas pelo próprio Município e pela empresa pública intermunicipal APIN, onde o Município detém uma participação de 18,39 %. Na consolidação de contas, o valor do custo das participações que o Município detém em outras entidades é ajustado em função da evolução do valor contabilístico da parte de capital detida pelo valor proporcional no capital próprio das entidades incluídas no já referido perímetro de consolidação. Concluiu pois, que *"na consolidação em apreço e em consequência do resultado que a APIN apresentou no exercício de dois mil e vinte e dois, foi necessário ajustar algumas rubricas dos documentos financeiros, conforme foi devidamente antecipado na prestação de contas individual, que foi aprovada na reunião de vinte e sete de Abril desta Assembleia Municipal, o que foi concretizado neste conjunto de documentos, que evidenciam a posição financeira consolidada do Município em trinta e um de dezembro de dois mil e vinte e dois, devidamente suportada nos elementos contabilísticos produzidos pelos técnicos das duas entidades e certificados por auditor independente e por isso, na nossa opinião, merecedores de toda a confiança, pelo que o voto do Grupo Municipal do PS será favorável."* -----

Colocada à votação a proposta de prestação de contas consolidadas do ano 2022 foi aprovada por maioria com 16 (dezasseis) votos a favor do PS, 6 (seis) votos contra da Coligação do PPD/PSD-CDS/PP "É Hora de Mudar" e 1 (um) abstenção do BE. Estavam presentes na sala vinte e três elementos. -----

#### **PONTO CINCO DA ORDEM DE TRABALHOS:**-----

**5** - Apreciação e votação da revisão ao Orçamento n.º 2 e da revisão às Grandes Opções do Plano n.º 2 do ano 2023(doc. n.º 7 (sete));-----

**Inscrições:** Inscreveu-se a Deputada Margarida Correia-----

A **Senhora Deputada Margarida Correia** começou por dizer que, antes de mais, queria indicar que o Grupo Municipal do PS/Lousã iria votar favoravelmente o documento, com fundamento na *"pertinência, em grosso modo, das três alterações propostas"* que se referem à área dos apoios sociais, à habitação, nomeadamente, ao ajustamento de ações relacionadas com o 1º Direito, o Programa de Habitações a Custos Controlados e ao Programa Condomínio de Aldeias, precavendo a futura aprovação de uma

APIN  
h  
g

candidatura ao Fundo Ambiental. Disse que, numa perspetiva mais geral, recordava e realçava que as GOP, Grandes Opções do Plano, se concretizam nas escolhas de gestão e de aplicação de fundos públicos que gerem a atuação da Autarquia e do Executivo Municipal e que, nesse sentido, *"sensivelmente a meio deste ano, é importante realçar a aplicação competente dos fundos públicos, alinhada com o projeto de desenvolvimento para o concelho que foi votado por maioria dos Lousanenses"*. Salientou ainda que poderia referir mais, mas que destacava apenas três áreas de intervenção: O estruturado e estratégico investimento nas pessoas, consagrado nas GOPs com cerca de sete, virgula cinco milhões de euros e que tem incidência prioritária nas áreas da intervenção social, da educação, do desporto, da cultura e da saúde; a qualificação do território, eixo fundamental para o contínuo crescimento da Lousã, para a adaptação aos tempos modernos respeitando o seu passado e que se tem concretizado com os investimentos na regeneração urbana, na mobilidade suave, mas também em intervenções de menor dimensão financeira em todo o concelho, mas que representam muito para o quotidiano dos munícipes e, por fim, a promoção, pela realização de eventos de dimensão nacional e internacional, que já aqui tinha sido mencionada, mas também através de ações de estruturação de produto turístico e de valorização da Serra da Lousã, potenciando a afirmação do concelho como centro estruturante na região. A Senhora Deputada disse terminar, indicando que *"para o Partido Socialista da Lousã esta é a opção correta, continuar a trabalhar para aumentar, ainda mais, a qualidade de vida dos Lousanenses e a atratividade da Lousã."* -----

Colocada à votação a proposta de revisão ao Orçamento n.º 2 e da revisão às Grandes Opções do Plano n.º 2 do ano 2023, a mesma foi aprovada por maioria, com 17 (dezassete) votos a favor, 16 (dezasseis) do PS e 1 (um) do Bloco de Esquerda e 6 (seis) abstenções da Coligação do PPD/PSD-CDS/PP "É Hora de Mudar". Estavam presentes na sala vinte e três elementos.-----

#### **PONTO SEIS DA ORDEM DE TRABALHOS:**-----

**6** - Apreciação e votação da alteração da Tabela de Taxas e Preços Municipais anexa ao Regulamento das Taxas e Preços Municipais - no que diz respeito à sua adaptação ao novo Regulamento de Ação Social Escolar (doc. n.º 8 (oito)); -----

**Inscrições:** Não houve inscritos. -----

Colocada à votação a proposta de alteração da Tabela de Taxas e Preços Municipais a mesma foi aprovada por unanimidade. Estavam presentes na sala vinte e três elementos. -----

**PONTO SETE DA ORDEM DE TRABALHOS:** -----

7- Apreciação e votação da retificação do Regulamento de Concessão de Apoios a Instituições que exercem funções de interesse municipal no domínio da proteção civil (doc. nº 9 (nove)); -----

**Inscrições:** Não houve inscritos. -----

Colocada à votação a proposta de retificação do Regulamento de Concessão de Apoios a Instituições que exercem funções de interesse municipal no domínio da proteção civil, a mesma foi aprovada por unanimidade. Estavam presentes na sala vinte e três elementos. -----

A **Senhora Presidente da Assembleia Municipal** propôs seguidamente que a apreciação e discussão geral dos pontos oito, nove, dez e onze da ordem de trabalhos fosse feita conjuntamente, passando-se depois à votação individual.

**Inscrições:** Inscreveram-se os deputados Santinho Antunes, Helena Correia e Nelson Lopes. -----

O **Senhor Deputado Santinho Antunes** afirmou que basicamente querer reiterar o que disse antes, isto é, que a transferência "*seja feita por Vossas Excelências, com a responsabilidade devida, sabendo o que estão a aceitar e aceitando esse compromisso.*" -----

A **Senhora Deputada Helena Correia** cumprimentou a Senhora Presidente da Assembleia, o Senhor Presidente da Câmara, os Senhores Vereadores, os elementos da Assembleia, Presidentes de Junta e comunicação social e funcionários da autarquia. Disse que, na discussão destes pontos, mas sobretudo no que dizia respeito à Junta de Freguesia de Lousã e Vilarinho, disse que a proposta de adenda ao auto de transferência de recursos apresentada à aprovação da assembleia espelhava o trabalho em rede e de proximidade que caracteriza a atividade da Junta de Freguesia e da Câmara Municipal. Referiu que após cerca de um ano de trabalho, ter sido entendido ser necessário ajustar os valores dos recursos financeiros para fazer face às competências transferidas. Disse que "*claramente, nunca o suficiente*", mas recordava o que tinha referido anteriormente, que a transferência de

competências é um processo e a adenda é mais uma etapa nesse processo. Disse que *"nunca é um caminho fácil"*, mas que a opção por um processo de negociação, aberto e claro, significava que foram criadas condições para servir melhor os cidadãos e que permitia, igualmente, *"melhorar o que houver a melhorar, sempre com o fim de contribuir para a melhoria do conforto dos nossos fregueses"*. Referiu também que a face mais visível das transferências é aquela a que refere a alínea b) do nº 1 do artigo 2º do Decreto-lei nº 57/2019 de 30 de abril, isto é, a limpeza das vias e espaços públicos, a qual afirmou absorver quase todos os recursos humanos e financeiros da Junta de Freguesia, aos quais acrescia ainda a contratação externa para garantir a qualidade e rapidez do serviço. Disse que *"não obstante o esforço das nossas equipas de rua, a guerra contra as ervas e a vegetação que ocupa o espaço público é uma tarefa inglória, agravada pelas condições atmosféricas instáveis, pelo compromisso assumido de não utilização de herbicidas e ainda pela progressiva desertificação e abandono de alguns lugares"*. Disse estarem a estudar forma de ir alterando gradualmente este paradigma com a criação de pequenos espaços de pasto para permitir a polinização, contribuindo também para a gradual retenção da água e cumprimento dos objetivos de sustentabilidade que todos almejam. Mas reafirmou que, como tinha dito, *"este é um caminho"*, o que significava que *"está a ser percorrido"*. Por último afirmou que o documento tinha sido aprovado na Assembleia de Freguesia com os votos favoráveis do PS e do BE. -----

O **Senhor Deputado Nelson Lopes** expôs sobre os pontos em discussão da ordem de trabalhos que os novos órgãos executivos do Município e das Freguesias, que tinham tomado posse no seguimento do ato eleitoral de setembro de dois mil e vinte e um, iniciaram negociações que culminaram em acordos com todas as Freguesias para a transferência de competências e se traduziram na transferência de uma verba anual para o conjunto das freguesias de cento e setenta e seis mil euros. Referiu ainda que o processo de transferência de competências, *"além de assegurar uma maior coesão territorial e reforçar a autonomia das Juntas de Freguesia, fomenta também o seu papel de agentes de políticas de proximidade, pois são os órgãos destas autarquias aqueles que estão mais próximos das pessoas e que conhecem com mais detalhe e rigor a realidade no território"*. Disse ainda o Senhor

AX  
AB  
gr

Deputado que, recentemente, tinha sido efetuada uma avaliação conjunta entre o Executivo da Câmara Municipal e os Presidentes das Juntas de Freguesia sobre a execução das competências transferidas e ter sido consensual a necessidade de atualizar os recursos financeiros fixados nos autos, ajustando-os à realidade económica atual. Disse ainda que como todos sabiam, a invasão da Rússia à Ucrânia, a crise energética, as dificuldades sentidas nas cadeias de abastecimento e os enormes níveis de inflação que se verificaram no último ano *"têm provocado dificuldades acrescidas na gestão das autarquias"* e que nesse contexto e *"com o objetivo maior de criar, em cada momento, as melhores condições para servir os lousanenses"*, a Câmara Municipal tinha acordado com a União de Freguesias de Foz de Arouce e Casal de Ermio, uma atualização dos recursos financeiros fixados no auto para o montante de vinte e um mil, duzentos e cinquenta euros, com a Freguesia das Gândaras uma atualização para o montante de dezassete mil e quinhentos euros, com a União de Freguesias de Lousã e Vilarinho uma atualização para o montante de cento e trinta e sete mil e quinhentos euros e com a Freguesia de Serpins uma atualização para o montante de quarenta e três mil, setecentos e cinquenta euros, *"totalizando o montante anual de duzentos e vinte mil euros de transferência para as freguesias, representando um aumento de 25% em relação ao montante acordado em dois mil e vinte e dois"*. O Senhor Deputado disse que *"acompanhado o que foi dito pela Senhora Presidente da Junta de Freguesia de Lousã e Vilarinho"*, enaltecia o esforço e empenho da Câmara Municipal e das Juntas de Freguesia, que permitiu chegar a um entendimento sobre a atualização dos recursos financeiros que serão transferidos para as juntas de freguesia, o que disse, certamente, iria facilitar a continuidade do excelente trabalho de proximidade que as freguesias prestam à comunidade. Em conclusão, o Senhor Deputado Nelson Lopes, afirmou que o voto da bancada do Partido Socialista ia no sentido de aprovar as propostas de adendas aos autos de transferências de competências. -----

O **Senhor Presidente da Câmara** tomou a palavra para dizer *"graficamente"* iria referir que um dos pontos, em termos de objetivos que tinha para o futuro e que tinha escrito na sua intervenção para o feriado municipal, era o aprofundamento do trabalho de parceria com as Juntas de Freguesia. Afirmou que, como tinha dito a Senhora Presidente da Junta de Freguesia da Lousã e

Vilarinho, "este é um passo de um caminho que temos vindo a percorrer no sentido de criar as melhores condições de resposta em parceria às populações, aos nossos munícipes, no caso das freguesias", aos fregueses que disse que "servem e que procuram servir da melhor forma". -----

**PONTOS OITO DA ORDEM DE TRABALHOS:** -----

**8** - Apreciação e votação da minuta de adenda n.º 2 do Auto de transferência de recursos no âmbito da transferência de competências do Município da Lousã para a União de Freguesias de Foz de Arouce e Casal de Ermio, ao abrigo da Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto (doc. n.º 10 (dez)); -----

Colocada à votação a proposta de adenda n.º 2 do Auto de transferência de recursos no âmbito da transferência de competências do Município da Lousã para a União de Freguesias de Foz de Arouce e Casal de Ermio, a mesma foi provada por maioria com 17 (dezassete) votos a favor, 16 (dezasseis) do PS e 1 (um) do Bloco de Esquerda e 6 (seis) abstenções da Coligação do PPD/PSD-CDS/PP "É Hora de Mudar. Estavam presentes na sala vinte e três elementos.---

**PONTO NOVE DA ORDEM DE TRABALHOS**-----

**9** - Apreciação e votação da minuta de adenda n.º 2 do Auto de transferência de recursos no âmbito da transferência de competências do Município da Lousã para a Freguesia das Gândaras, ao abrigo da Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto (doc. n.º 11 (onze); -----

Colocada à votação a proposta de adenda n.º 2 do Auto de transferência de recursos no âmbito da transferência de competências do Município da Lousã para a Freguesia das Gândaras, a mesma foi provada por maioria com 17 (dezassete) votos a favor, 16 (dezasseis) do PS e 1 (um) do Bloco de Esquerda e 6 (seis) abstenções da Coligação do PPD/PSD-CDS/PP "É Hora de Mudar. Estavam presentes na sala vinte e três elementos. -----

**PONTO DEZ DA ORDEM DE TRABALHOS**-----

**10** - Apreciação e votação da minuta de adenda n.º 2 do Auto de transferência de recursos no âmbito da transferência de competências do Município da Lousã para a União de Freguesias de Lousã e Vilarinho, ao abrigo da Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto (doc. n.º 12 (doze)); -----

Colocada à votação a proposta de adenda n.º 2 do Auto de transferência de recursos no âmbito da transferência de competências do Município da Lousã para a União de Freguesias de Lousã e Vilarinho, a mesma foi provada por

maioria com 17 (dezassete) votos a favor, 16 (dezasseis) do PS e 1 (um) do Bloco de Esquerda e 6 (seis) abstenções da Coligação do PPD/PSD-CDS/PP "É Hora de Mudar. Estavam presentes na sala vinte e três elementos. -----

#### **PONTO ONZE DA ORDEM DE TRABALHOS** -----

**11** - Apreciação e votação da minuta de adenda n.º 2 do Auto de transferência de recursos no âmbito da transferência de competências do Município da Lousã para a Freguesia de Serpins, ao abrigo da Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto (doc. n.º 13 (treze)); -----

Colocada à votação a proposta de adenda n.º 2 do Auto de transferência de recursos no âmbito da transferência de competências do Município da Lousã para a Freguesia de Serpins, a mesma foi provada por maioria com 17 (dezassete) votos a favor, 16 (dezasseis) do PS e 1 (um) do Bloco de Esquerda e 6 (seis) abstenções da Coligação do PPD/PSD-CDS/PP "É Hora de Mudar. Estavam presentes na sala vinte e três elementos. Estavam presentes na sala vinte e três elementos. -----

#### **PONTO DOZE DA ORDEM DE TRABALHOS** -----

**12** - Apreciação e votação do Regulamento Municipal de Emergência Social (doc. n.º 14 (catorze)); -----

**Inscrições:** Inscreveu-se o deputado João Fernandes -----

O **Senhor Deputado João Fernandes** disse que, com a proposta a autarquia evidenciava estar empenhada em dar resposta a uma realidade exigente do ponto de vista económico e social, fazendo parte da Rede das Autarquias Amigas das Famílias. Disse ainda que estes apoios davam resposta imediata às situações de emergência social, como são exemplo a medicação e habitação e que andavam na ordem dos quarenta e oito mil euros anualmente. Concluiu dizendo que neste ponto, o grupo municipal do PS votaria favoravelmente. -----

Colocada à votação a proposta do Regulamento Municipal de Emergência Social foi aprovada por unanimidade. Estavam presentes na sala vinte e três elementos. -----

#### **PONTO TREZE DA ORDEM DE TRABALHOS** -----

**13** - Apreciação e votação do Regulamento de Ação Social Escolar (doc. n.º 15 (quinze)); -----

**Inscrições:** Inscreveu-se o Senhor Deputado Santinho Antunes. -----

*Handwritten signature in blue ink.*

O **Senhor Deputado Santinho Antunes** disse que o grupo municipal "É Hora de Mudar" tinha tido o gosto de apresentar uma proposta, que achava que era algo cuja inserção no regulamento consideravam deveria ter sido ponderada, não só na parte que se referia ao desporto escolar, "*sabendo da gratuidade do mesmo*", mas também nas restantes questões que foram propostas. O Senhor Deputado afirmou que "*queremos dizer que vamos continuar a trabalhar para colaborar com aquilo que for necessário, que não são estas contrariedades que nos vão deixar de o fazer*". -----

O **Senhor Presidente da Câmara** agradeceu os contributos apresentados e disse que tentam sempre "*na medida do possível*" integrar, "*de acordo com a análise que foi efetuada*". -----

Colocada à votação a proposta do Regulamento de Ação Social Escolar foi aprovada por unanimidade. Estavam presentes na sala vinte e três elementos.

#### **PONTO CATORZE DA ORDEM DE TRABALHOS**-----

**14** - Apreciação e votação relativa à autorização da concessão de utilização privativa do domínio público para instalação e exploração publicitária (através de outdoors) no concelho da Lousã (doc. nº 16 (dezasseis)); -----

**Inscrições:** Inscreveram-se os Deputados António Gonçalves e Marco Sequeira.

O **Senhor Deputado António Gonçalves** começou por dizer já ter trazido este assunto a assembleias anteriores e que "*nós gostaríamos até inclusivamente que desaparecessem de lá os outdoors*" disse que "*isso seria o ideal*". Sobre o sentido de voto afirmou "*nós vamo-nos abster*". Reiterou "*nós gostaríamos que os outdoors desaparecessem porque descaracterizam toda aquela zona do Freixo, até à Vila*". Disse que tínhamos uma rotunda à entrada muito bonita, mas que estava descaracterizada e feia devido aos outdoors. O Senhor Deputado acrescentou ainda que também não estava a ver que a medida trouxesse grandes mais valias ao nível de taxas ao município. -----

O **Senhor Deputado Marco Sequeira** tomou a palavra para dizer que "*esta é uma temática que já tinha sido identificada e até já foi abordada nesta Assembleia*" e ser de elogiar a solução aqui apresentada. Disse que, "*numa breve pesquisa realizada a outros municípios, até como forma de comparação*", podiam verificar que este regulamento, através da divisão em lotes, permitia pelo menos dar oportunidade aos operadores de menor dimensão do concelho e assim evitar monopólio. Disse que também em

relação às localizações, lhe parecia ser *"uma solução inteligente"*, pois tem em conta os locais onde os operadores vão trabalhando informalmente, ou seja, tem interesse económico, mas que reduzia a sua quantidade e assim daria resposta à questão da harmonia paisagística. O Senhor Deputado terminou questionando se, no futuro, poderiam ser lançados outros concursos, como por exemplo, para espaços publicitários digitais. -----

O **Senhor Presidente da Câmara** disse ser *"um passo que consideramos importante no sentido de melhorar, de regular a presença destes mecanismos publicitários, dispositivos publicitários que, de facto, têm tido uma presença, desadequada no concelho e em particular nalguns locais como aquele que o senhor deputado António Gonçalves já referiu"*. Acrescentou que o documento permitia intervir, que não seria uma intervenção plena, que depois *"há sempre os espaços privados, onde a Câmara Municipal não tem a capacidade de evitar a colocação"*, mas que poderia ter a possibilidade de intervenção a outro nível, nomeadamente na taxação. Quanto à presença dos *outdoors*, o Senhor Presidente disse que este regulamento viria no sentido positivo e no sentido do que já tinha sido evidenciado e reclamado nesta assembleia. O Senhor Presidente concluiu que era nessa perspetiva que trazia o documento e que sobre o mesmo, para além da possibilidade de intervenção de todo o Executivo, tinha sido ouvida a própria associação empresarial, para além de outros elementos que consideraram relevantes, que o senhor deputado Marco Sequeira também já tinha referido. -----

Colocada à votação a proposta de autorização da concessão de utilização privativa do domínio público para instalação e exploração publicitária (através de *outdoors*) no concelho da Lousã a mesma foi aprovada por maioria com seis abstenções da Coligação do PPD/PSD-CDS/PP "É Hora de Mudar. Estavam presentes na sala vinte e três elementos. -----

#### **PONTO QUINZE DA ORDEM DE TRABALHOS**-----

**15** - Apreciação e votação do Plano Municipal para a Igualdade e Não discriminação (doc. nº 17 (dezassete)); -----

**Inscrições:** Não houve inscritos. -----

Colocada à votação a proposta do Plano Municipal para a Igualdade e Não discriminação a mesma foi aprovada por unanimidade. Estavam presentes na sala vinte e três elementos. -----



**PONTO DEZASSEIS DA ORDEM DE TRABALHOS**

**16** - Pronúncia sobre a correção da Carta Administrativa Oficial de Portugal, nos termos da alínea r) do número um do artigo 25.º do Regime Jurídico, aprovado pela Lei 75/2013, de 12 de setembro (doc. nº 18 (dezoito));

**Inscrições:** Inscreveram-se os Senhores Deputados Santinho Antunes e Joel Fernandes

O **Senhor Deputado Santinho Antunes** disse que "Só para ter a certeza do procedimento", questionava se este assunto iria voltar à Assembleia.

O **Senhor Presidente da Câmara** informou que "este pedido em concreto, com esta formulação, não".

O **Senhor Deputado Joel Fernandes** disse que, face à urgência que lhes tinha sido explicada do assunto, o grupo municipal do PS concordava com a pronúncia negativa, tal como foi sugerido, em defesa dos interesses do concelho da Lousã.

Colocada à votação a correção da Carta Administrativa Oficial de Portugal a mesma foi aprovada por unanimidade. Estavam presentes na sala vinte e três elementos.

**A Senhora Presidente da Mesa** agradeceu a presença de todos e informou que estava cumprida a Ordem de Trabalhos, solicitando a aprovação da assembleia para que todas as decisões fossem aprovadas em minuta, a fim de que as mesmas possam produzir efeitos imediatos, sendo a aprovação em minuta feita por unanimidade, com os votos favoráveis do PS, da Coligação "É Hora de Mudar" PPD/PSD-CDS/PP e do BE, quando estavam presentes na sala vinte e três elementos. A Senhora Presidente da Assembleia desejou a todos boas férias e bom trabalho.

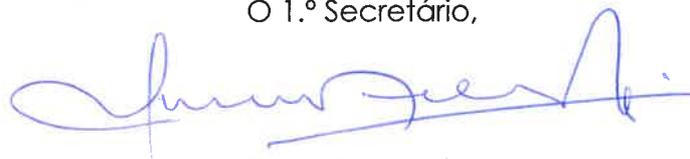
Nada mais havendo a tratar, **a Senhora Presidente da Mesa**, depois de terem assinado todas as folhas de presenças, declarou encerrada a reunião, eram vinte e três horas e trinta minutos.

A Presidente da Mesa,



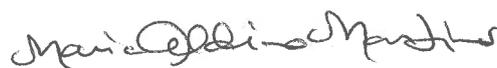
Ana Ferreira

O 1.º Secretário,



Orlando Ferreira

A 2ª Secretária,



Maria Aldina Martins